

CARTA SOCIAL DA CHAMUSCA

relatório final
agosto 2023



Cofinanciado por



Entidade Promotora



Entidade Executora



Carta Social da Chamusca

Relatório Final

agosto 2023

Equipa Técnica

Coordenação Global

Luís Carvalho

Coordenação Executiva

Inês Andrade

Consultores

Carla Figueiredo

Gonçalo Caetano

Liliana Calado

Sónia Vieira

Índice

0. NOTA DE APRESENTAÇÃO.....	11
1. ENQUADRAMENTO SOCIAL	13
1.1. Conceito de coesão social	13
1.2. Contextualização da rede de equipamentos e respostas sociais no programa de investimentos nacionais.....	14
1.3. Transferência de Competências para as Autarquias Locais e a Criação do Instrumento de Cartas Sociais Municipais	17
1.4. A Carta Social no Município: histórico e processo de revisão em curso	21
2. QUADRO DE REFERÊNCIA TERRITORIAL	29
2.1. Rede territorial e urbana.....	29
2.1.1. O contexto regional	29
2.1.2. Transformações concelhias	30
2.1.3. Movimentos pendulares	34
2.2. Dinâmica demográfica.....	36
2.2.1. Evolução populacional.....	36
2.2.2. Comportamentos demográficos	37
2.2.3. Estruturas etárias	38
2.3. Base económica e social.....	40
2.3.1. Níveis de instrução e qualificação	40
2.3.2. Níveis de atividade e de emprego	40
2.3.3. Grupos sociais carenciados e em situação de risco.....	42
3. CARACTERIZAÇÃO DAS ENTIDADES GESTORAS DOS EQUIPAMENTOS SOCIAIS.....	53
3.1. Perfil das entidades	53
3.2. Âmbito de intervenção	54
3.3. Atividade.....	55
3.4. Investimento Previsto.....	56
3.5. Análise de Constrangimentos.....	57
4. CARACTERIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS SOCIAIS	59
4.1. Domínios de Atuação.....	59
4.2. Padrão locativo.....	60
4.3. Caracterização Geral.....	62

4.4. Recursos Humanos	70
5. CARACTERIZAÇÃO DAS RESPOSTAS SOCIAIS	73
5.1. Infância e Juventude	73
5.1.1. Centro de Atividades de Tempos Livres	74
5.1.2. Creche	81
5.2. População Adulta	85
5.2.1. Pessoas Idosas	86
5.2.1.1. Centro de Dia	86
5.2.1.2. Centro de Convívio	94
5.2.1.3. Estrutura Residencial para Idosos	101
5.2.1.4. Serviço de Apoio Domiciliário	108
5.2.1.5. Academia/Universidade Sénior	115
5.3. Pessoas Vítimas de Violência	119
5.3.1. Centro de Atendimento	120
6. EXERCÍCIO DE CENARIZAÇÃO	121
6.1. Enquadramento	121
6.2. Modelo de Estimativa Adotado	121
6.3. Cenarização por domínio específico	123
7. AUSCULTAÇÃO DE PARCEIROS	129
8. ANÁLISE SWOT	131
9. MODELO ESTRATÉGICO	133
9.1. Visão Estratégica	133
9.2. Modelo Territorial	141
9.3. Eixos de Intervenção e Tipologias de Ações	144
9.4. Programa de Ação	149

Índice de Quadros

Quadro 1 – Investimentos Previstos pela “Carta de Equipamentos Sociais do Município da Chamusca”, de 2010, por Domínio de Intervenção e Resposta Social em cada um dos Agrupamentos Territoriais (€).....	25
Quadro 2 – Calendarização dos Investimentos Previstos pela “Carta de Equipamentos Sociais do Município da Chamusca”, de 2010, por Domínio de Intervenção e Resposta Social.....	26
Quadro 3 – Calendarização das Ações Previstas pela “Carta de Equipamentos Sociais do Município da Chamusca”, de 2010, por Domínio de Intervenção e Resposta Social	26
Quadro 4 – Evolução da população residente segundo a dimensão dos lugares (%)	32
Quadro 5 – Evolução da População em Lugares com mais de 300 habitantes no Concelho da Chamusca e Variação 2001-11	33
Quadro 6 – Evolução recente da população no Concelho da Chamusca e densidade populacional	37
Quadro 7 – Evolução dos comportamentos demográficos (‰).....	38
Quadro 8 – Evolução da Estrutura Etária da População Residente (%)	38
Quadro 9 – Evolução dos índices demográficos (%).....	39
Quadro 10 – Evolução da taxa de analfabetismo (%).....	40
Quadro 11 – Níveis de instrução da população residente em 2021 (%).....	40
Quadro 12 – Evolução das taxas de atividade e desemprego (%).....	41
Quadro 13 – Evolução da população desempregada.....	41
Quadro 14 – Evolução da estrutura da população ativa (%)	41
Quadro 15 – Pensionistas da segurança social em 31 dezembro (N.º), por tipo de pensão, 2014 e 2020	42
Quadro 16 – Pensões da segurança social (milhares de €), por Local de residência, 2014-2020	44
Quadro 17 – Pensões da segurança social (milhares de €), por tipo de pensão, 2014 e 2020	44
Quadro 18 – Valor médio das pensões da segurança social (€/ N.º), 2014-2020.....	45
Quadro 19 – Valor médio anual das pensões da segurança social (€/ N.º), por tipo de pensão, 2014 e 2020	45
Quadro 20 – População residente com dificuldades, tipo de dificuldade, grau de dificuldade, 2011, em Chamusca	46
Quadro 21 – Beneficiárias/os da prestação social para a inclusão da segurança social (N.º), 2019 e 2020	46
Quadro 22 – Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira (%), 2001, 2011 e 2021	47
Quadro 23 – Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e profissionais não qualificados, 2014-2019	48
Quadro 24 – Beneficiários do Rendimento Social de Inserção (n.º e % da população residente com 15 ou mais anos), 2014-2020	49
Quadro 25 – Valor processado de subsídios de desemprego da segurança social (milhares €), 2014-2020	50
Quadro 26 – Beneficiárias/os de subsídios de desemprego, da segurança social (N.º), por Grupo etário, 2021	51
Quadro 27 – Âmbito geográfico da intervenção da entidade, segundo a tipologia da entidade, em 2021 (N.º)	54

Quadro 28 – Âmbito geográfico da intervenção da entidade, segundo o domínio de intervenção da entidade, em 2021 (N.º)	55
Quadro 29 – Entidades segundo o domínio de intervenção, em 2021 (N.º)	56
Quadro 30 – Investimentos programados a curto prazo (2 anos), segundo a freguesia onde está localizada atualmente a entidade gestora/proprietária e os equipamentos sociais, em 2021 (N.º)....	57
Quadro 31 – Equipamentos sociais, por domínio de intervenção, em 2021 (N.º)	60
Quadro 32 – Equipamentos por freguesia, em 2021 (N.º)	62
Quadro 33 – N.º de recursos humanos, segundo a dimensão dos equipamentos, em março de 2021 (N.º)	71
Quadro 34 – Oferta de respostas e serviços sociais, por domínio de intervenção no Concelho, em 2021	73
Quadro 35 – Evolução demográfica do concelho, 2025 e 2031 (A - cenário tendencial e B – cenário alternativo voluntarista, C - cenário alternativo retrativo).....	123
Quadro 36 – Evolução da população jovem e da população-alvo de creche, 2025 e 2031 (cenários de referência para a programação)	123
Quadro 37 – Evolução da população jovem e da população-alvo de creche, 2025 e 2031 (cenários de referência para a programação), por freguesia.....	125
Quadro 38 – Evolução da população idosa e da população-alvo de Centro de dia e ERPI, 2025 e 2031 (cenários de referência para a programação), por freguesia	127
Quadro 39 - Análise SWOT.....	131
Quadro 40 – Normas de Programação Aplicáveis às Respostas e Serviços Sociais de Nível Local	137
Quadro 41 – Normas de Programação Aplicáveis às Respostas e Serviços Sociais de Nível Concelhio – Localização de Proximidade	138
Quadro 42 – Normas de Programação Aplicáveis às Respostas e Serviços Sociais de Nível Concelhio – Localização Central.....	140
Quadro 43 – Programa de Ação da Carta Social da Chamusca	150

Índice de Figuras

Figura 1 – Enquadramento geográfico do Concelho da Chamusca	29
Figura 2 – Sistema Territorial e Urbano do Oeste e Vale do Tejo	30
Figura 3 – Sistema de Acessibilidades do Concelho da Chamusca e da Região	31
Figura 4 – Indivíduos residente no Concelho da Chamusca 2011-2021 (n.º).....	33
Figura 5 – Densidade populacional da Chamusca, 2021.....	34
Figura 6 – Proporção da população residente que entra e sai na unidade territorial (movimentos pendulares) (%), 2021	35
Figura 7 – População residente empregada ou estudante (n.º), por local de trabalho ou estudo, Chamusca, 2021.....	35
Figura 8 – Evolução da população no Concelho da Chamusca entre 1950 e 2021	36
Figura 9 – Pirâmide etária do Concelho da Chamusca, 2021	39
Figura 10 – Total de pensionistas da segurança social em 31 dezembro (N.º), 2014-2020, Chamusca .	43
Figura 11 – Pensões da Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações no total da população residente com 15 e mais anos (%), Lezíria do Tejo e Chamusca	44
Figura 12 – Abono de família para crianças e jovens da segurança social (N.º), Concelho de Chamusca	45
Figura 13 – População estrangeira residente no Concelho de Chamusca, 2008-2020.....	47
Figura 14 – População estrangeira residente, variação 2010/2020 (%).....	48
Figura 15 – Beneficiárias/os do rendimento social de inserção, da segurança social (N.º) por grupo etário, em Chamusca, 2020 (%)	49
Figura 16 –Beneficiárias/os de subsídios de desemprego, da segurança social (N.º), por sexo, em Chamusca, 2014-2021.....	50
Figura 17 –Localização da oferta de equipamentos, por domínio de intervenção no Concelho, em 2021	61
Figura 18 – Equipamentos sociais, segundo o ano de entrada em funcionamento, em 2021 (N.º).....	62
Figura 19 –Equipamentos sociais, segundo o tipo de instalações, de construção e de ocupação do edifício, em 2021 (N.º).....	63
Figura 20 –Equipamentos sociais, segundo a avaliação das condições de funcionamento, em 2021 (N.º)	65
Figura 21 –Condições de mobilidade no edifício, pessoas com mobilidade condicionada, em 2021 (N.º)	67
Figura 22 – Condições de acesso ao edifício, em 2021 (N.º)	67
Figura 23 –Funcionalidades dos equipamentos, em 2021 (N.º).....	69
Figura 24 –Estado de Conservação dos equipamentos, em 2021 (N.º)	69
Figura 25 –Oferta de respostas e serviços sociais, para o domínio de intervenção da Infância e Juventude, no Concelho, em 2021.....	74
Figura 26 – Capacidade máxima e utentes atuais dos CATL, em 2021 (N.º)	76
Figura 27 –Utentes dos CATL entre os anos 2019, 2020 e 2021 (N.º)	77
Figura 28 – Utentes dos CATL por grupo etário (%)	78
Figura 29 –Fontes de financiamento para a resposta social CATL, 2021 (N.º).....	80
Figura 30 –Utentes das creches por sexo e grupo etário (N.º)	83

Figura 31 – Oferta de respostas e serviços sociais, para o domínio de intervenção das Pessoas Idosas, no Concelho, em 2021	85
Figura 32 – Abertura de centros de dia, por intervalos de anos, em 2021 (N.º)	87
Figura 33 – Capacidade máxima e utentes atuais dos centros de dia, em 2021 (N.º)	88
Figura 34 – Utentes dos centros de dia entre os anos 2019, 2020 e 2021 (N.º)	89
Figura 35 – Utentes dos centros de dia, por grupo etário (%)	90
Figura 36 – Perfil dos recursos humanos afetos aos centros de dia, em 2021 (%)	92
Figura 37 – Fontes de financiamento para a resposta social centro de dia, 2021 (N.º)	93
Figura 38 – Abertura de centros de convívio, por intervalos de anos, em 2021 (N.º)	95
Figura 39 – Capacidade máxima e utentes atuais dos centros de convívio, em 2021 (N.º)	96
Figura 40 – Utentes dos centros de convívio entre os anos 2019, 2020 e 2021 (N.º)	97
Figura 41 – Utentes dos centros de convívio, por grupo etário (%)	98
Figura 42 – Perfil dos recursos humanos afetos aos centros de convívio, em 2021 (%)	99
Figura 43 – Fontes de financiamento para a resposta social centro de convívio, 2021 (N.º)	101
Figura 44 – Abertura de ERPI, por intervalos de anos, em 2021 (N.º)	102
Figura 45 – Capacidade máxima e utentes atuais das ERPI, em 2021 (N.º)	103
Figura 46 – Utentes das ERPI, entre os anos 2019, 2020 e 2021 (N.º)	104
Figura 47 – Utentes das ERPI, por grupo etário (%)	105
Figura 48 – Perfil dos recursos humanos afetos às ERPI, em 2021 (%)	107
Figura 49 – Abertura de SAD, por intervalos de anos, em 2021 (N.º)	109
Figura 50 – Capacidade máxima e utentes atuais dos SAD, em 2021 (N.º)	110
Figura 51 – Utentes dos SAD entre os anos 2019, 2020 e 2021 (N.º)	111
Figura 52 – Utentes dos SAD, por grupo etário (%)	112
Figura 53 – Perfil dos recursos humanos afetos ao SAD, em 2021 (%)	113
Figura 54 – Utentes da Academia/Universidade Sénior entre 2019 e 2021 (N.º)	116
Figura 55 – Características dos utentes da Academia/Universidade Sénior, em 2021 (%)	117
Figura 56 – Oferta de respostas e serviços sociais, para o domínio de intervenção das Pessoas Vítimas de Violência, no Concelho, em 2021	119
Figura 57 – Objetivos da Visão Estratégica da Carta Social da Chamusca	134
Figura 58 – Princípios da Visão Estratégica da Carta Social da Chamusca	135
Figura 59 – Indicadores de base definidos nas Normas de Programação e Caracterização de Equipamentos Coletivos	136
Figura 60 - Contributo da Rede de Equipamentos Coletivos Sociais para o Sistema Urbano Policêntrico do Concelho da Chamusca	143

Acrónimos

AML	Área Metropolitana de Lisboa
APAV	Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
CAF	Componente de Apoio à Família
CAT	Centro de Acolhimento Temporário
CATL	Centro de Atividades de Tempos Livres
CEDRU	Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano
CERCI	Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados
CIM	Comunidade Intermunicipal
CFL	Com Fins Lucrativos
CLAS	Conselhos Locais de Ação Social
CLDS	Contratos Locais de Desenvolvimento Social
CSIF	Comissões Sociais de Freguesia
CSM	Cartas Sociais Municipais
CSS	Cartas Sociais Supramunicipais
DS	Diagnóstico Social
ERPI	Estrutura Residencial para Pessoas Idosas
INE	Instituto Nacional de Estatística
ISS	Instituto de Segurança Social
IPSS	Instituições Particulares de Solidariedade Social
LT	Lezíria do Tejo
MS	Ministério da Saúde
MTSSS	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
PAIES	Programa de Apoio ao Investimento em Equipamentos Sociais
PARES	Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais
PDS	Plano de Desenvolvimento Social
PIDDAC	Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
PNAI	Plano Nacional de Ação para a Inclusão
PROCOOP	Programa de Celebração ou Alargamento de Acordos de Cooperação para o Desenvolvimento de Respostas Sociais
RLIS	Redes Locais de Intervenção Social
RNCCI	Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados
RSES	Rede de Serviços e Equipamentos Sociais
SAD	Serviço de Apoio Domiciliário
SFL	Sem Fins Lucrativos
SI	Sistemas de Informação
UCC	Unidade de Cuidados na Comunidade

(página propositadamente deixada em branco)

0. Nota de apresentação

A rede de equipamentos coletivos constitui uma componente fundamental na promoção do desenvolvimento sustentável e integrado nas suas diversas dimensões, sendo simultaneamente instrumento de qualificação e valorização de centros urbanos e instrumento de fomento da equidade e qualidade de vida das populações.

A Rede de Serviços e Equipamentos Sociais (RSES), enquanto elemento fundamental na promoção e no desenvolvimento da proteção social, traduz-se na oferta de um conjunto alargado de respostas sociais, direcionadas sobretudo para os grupos mais vulneráveis, com um papel determinante no combate das situações de pobreza, bem como na promoção da inclusão social e da conciliação entre a atividade profissional e a vida pessoal e familiar.

Neste contexto, a Carta de Equipamentos Sociais, enquanto ferramenta essencial ao estudo da dinâmica da RSES, apresenta-se como um instrumento de informação privilegiado de caracterização e análise, essencial para o processo de conceção e adequação das políticas sociais, para o apoio ao planeamento territorial e à preparação da tomada de decisão, afirmando-se também como meio fundamental na linha de informação ao cidadão.

Em Portugal, as Cartas de Equipamentos Sociais/Cartas Sociais ganharam visibilidade nos últimos anos no âmbito do planeamento social e territorial a diferentes escalas – freguesia, Concelho, região ou mesmo do país –, constituindo um instrumento frequentemente utilizado e para os quais existem vários métodos e técnicas de elaboração, em função dos objetivos pretendidos e dos indicadores e problemáticas em estudo com maior relevância em cada território. Constituem-se como um importante instrumento de suporte ao planeamento setorial/territorial, sendo de grande utilidade para apoiar uma intervenção informada que considere devidamente as principais especificidades, necessidades, problemáticas e desafios de cada território.

O recente Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, relativo à transferência de competências no domínio da ação social para os Municípios, visa consolidar um maior envolvimento e papel de alguns atores-chave, nomeadamente dos Municípios e das CIM. Com base nesse enquadramento legal, no quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, estabelece-se que *“cabe aos órgãos dos Municípios a competência para a elaboração e divulgação das cartas sociais municipais, para a emissão de parecer sobre a criação de serviços e equipamentos sociais com apoios públicos, para a coordenação da execução dos programas dos contratos locais de desenvolvimento social, para o desenvolvimento de programas de promoção de conforto habitacional para pessoas idosas, para assegurar o serviço de atendimento e de acompanhamento social, para a elaboração dos relatórios de diagnóstico técnico e acompanhamento e a atribuição de prestações pecuniárias de caráter eventual em situações de carência económica e de risco social, para a celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários do rendimento social de inserção, bem como para a implementação da componente de apoio à família para crianças que frequentam o ensino pré-escolar da rede pública”*.

Igualmente relevante no contexto do referido diploma, consagra-se *“a transferência de várias competências para as entidades intermunicipais, as quais constituem um instrumento de reforço da cooperação intermunicipal, que passa pela participação na organização dos recursos e no planeamento das respostas e equipamentos sociais ao nível supraconcelhio, pelo exercício das competências das plataformas supraconcelhias e pela elaboração de cartas sociais supramunicipais para a identificação de prioridade e respostas sociais a nível intermunicipal”*. Neste âmbito, a alínea a) do número 2 do artigo 3.º sinaliza

como competência dos órgãos das entidades intermunicipais *"Participar na organização dos recursos e no planeamento das respostas e equipamentos sociais ao nível supraconcelhio, exercendo as competências das plataformas supraconcelhias e assegurando a representação das entidades que as integram"*.

Neste quadro, e dado que a carta de equipamentos sociais do Município se encontra bastante desatualizada (2010) e o mapeamento de necessidades locais e sub-regionais surge como uma oportunidade para planear e adequar a rede de infraestruturas sociais à procura previsível nos próximos anos e, complementarmente, dar suporte e enquadramento informado a candidaturas a apresentar aos diversos instrumentos de financiamento a disponibilizar na presente década, é fundamental a elaboração da Carta de Equipamentos e Respostas Sociais do Município.

O documento que agora se apresenta, de Fase 3, integra as diversas componentes estruturadoras da Carta de Equipamentos e Respostas Sociais do Município: Parte I (Enquadramento Social); Parte II (Contextualização Territorial), Parte III (Caracterização das Entidades Gestoras), Parte IV (Caracterização dos Equipamentos Sociais), Parte V (Caracterização das Respostas Sociais); Parte VI (Procura Potencial); Parte VII (Exercício de Cenarização); Parte VIII (Auscultação de Parceiros); Parte IX (Análise SWOT) e X (Modelo Estratégico).

Para a elaboração deste documento, a equipa efetuou reuniões com o Município e lançou um processo de inquirição a diversos stakeholders, com destaque para as entidades gestoras dos diversos equipamentos e respostas sociais presentes no Concelho. Para além das opiniões e informações associadas a esse processo, a elaboração da Carta de Equipamentos e Respostas Sociais do Município fundamentou-se simultaneamente em diversos documentos e fontes publicadas, destacando-se obviamente os provenientes do Município, bem como dos referenciais estatísticos produzidos pelo INE ou disponibilizados na Carta Social (MTSS).

Este documento constitui uma ferramenta de cariz prospetivo, capaz de ajudar a tomar decisões no presente e de conduzir com eficácia as mudanças de fundo e circunstanciais (incluindo num novo quadro de competências municipais e de renegociação de apoios financeiros comunitários), de forma a consolidar-se uma rede eficaz de equipamentos e respostas de ação social, integrada numa rede mais ampla de equipamentos coletivos, que permita operacionalizar novos conceitos e diretrizes e garanta uma maior integração e inclusão social e territorial.

Saliente-se que não obstante o documento faça parte da Câmara Municipal da Chamusca e tenha sido elaborado tecnicamente por uma entidade externa (CEDRU), ele corresponde a um processo e produto que contou com a participação ativa dos atores e agentes sociais locais, traduzindo a realidade da política social municipal e as propostas de resposta que se perspetivam e consideram imprescindíveis no Concelho. Neste sentido, a Carta de Equipamentos e Respostas Sociais do Município é um exercício que tentou através da participação alargada, obter consensos quanto ao planeamento e ordenamento da rede de equipamentos e respostas sociais concelhios e, em alguns casos, supramunicipais.

Nota final: A realização deste instrumento, entre o segundo semestre de 2021 e o primeiro trimestre de 2023, coincidiu com a emergência de saúde pública gerada pela pandemia de COVID-19 (oficialmente declarada a 11 de março de 2020). Sendo inequívoco que as consequências sociais e económicas deste acontecimento serão profundas e duradouras, exigindo uma resposta adequada das políticas públicas nacionais e locais, a Carta de Equipamentos e Respostas Sociais do Município não pode refletir ainda o impacto que terá em diversas dimensões-chave sobretudo ao nível da evolução sociodemográfica, da procura por equipamentos e respostas sociais e da capacidade de investimentos do Município.

1. Enquadramento social

1.1. Conceito de coesão social

No decurso dos últimos anos, o conceito de coesão social registou uma importante evolução, nomeadamente entre as sociedades ocidentais, assumindo particular acuidade e relevância, nos tempos atuais, pautados pela emergência constante de novos desafios, atenuação ou supressão de outros, desencadadores de importantes transformações nas condições da ação pública e privada.

Este conjunto de desafios integra, desde logo, o crescimento do desemprego motivado pelas crises económicas e financeiras cíclicas que têm atingido as sociedades atuais, agravado mais recentemente pela crise pandémica da COVID-19, atingindo grupos tradicionalmente muito afetados pelo fenómeno do desemprego, como sendo a população adulta ativa em idade avançada e fracas qualificações, mas também novos grupos de indivíduos, em particular, a população jovem com qualificação superior, que se confrontam com maiores desafios de inserção profissional.

Este conjunto de desafios integra, igualmente, fenómenos como o envelhecimento populacional (que encerra em si implicações financeiras desconhecidas para o estado até então), a crescente heterogeneidade de pessoas em situação de dependência, com necessidade de apoio continuado, a emergência de patologias que acarretam cuidados sociais prolongados.

Destacam-se também as múltiplas e complexas transformações verificadas na família tradicional, marcadas num primeiro tempo pela sua fragmentação e ingresso massificado da mulher no mercado de trabalho, com perda da disponibilidade da principal cuidadora no contexto familiar, e num segundo tempo pelo facto da entidade família refletir nas suas dinâmicas as muitas transformações sociais que se vão sucedendo, muitas vezes impulsionada pela reconfiguração do emprego e das relações laborais.

Paralelamente, outros fenómenos têm-se consolidado no decorrer do século XXI, associados à crescente preocupação com as questões ambientais e que teve como consequência o aumento da pressão sobre o estado no sentido de demonstrar o impacto ambiental da legislação produzida, das políticas desenhadas e dos projetos implementados; às mudanças tecnológicas potenciadoras de formas inovadoras de desenho e implementação de políticas públicas e de novos métodos de prestação de serviços (por exemplo, o governo eletrónico); ao crescente poder da comunicação social, traduzido em novos níveis de escrutínio e validação de políticas públicas; às perceções mais exigentes sobre os mínimos de qualidade de vida humana, com especial enfoque nos grupos mais vulneráveis ou temáticas mais sensíveis (por exemplo, a pobreza infantil, a violência doméstica, o desemprego de longa duração ou as múltiplas formas de discriminação); à perda de influência das fontes tradicionais de autoridade e controlo social (por exemplo, família tradicional); à insistência na necessidade de novos níveis de *accountability* e transparência públicas; e à mudança de expectativas sobre a qualidade e adaptabilidade dos serviços públicos, potenciada pelos processos de globalização, que facilitaram o contacto com outras realidades sociais proporcionando, por essa via, novas possibilidades e termos de comparação.

Concomitantemente, verifica-se um declínio das capacidades operacionais do Estado, nomeadamente no que se prende com os seus recursos financeiros e humanos, possibilitando a emergência de novos atores, com interesses e motivações distintos, assumindo o Estado cada vez mais funções de regulador. A própria volatilidade e incerteza dos contextos internacionais, leva a que os instrumentos tradicionais de gestão e controlo do Estado, dos quais são exemplo os normativos legais, apresentem

dificuldades evidentes de ajuste a estas novas realidades globais, onde o tempo e o espaço são fortemente relativizados pelos novos meios de comunicação e transporte, pelos mercados únicos e pela abertura de fronteiras) e a crescente complexidade dos fenómenos sociais, a qual exige novas formas de conhecimento especializado, tornando o Estado mais dependente de fontes externas de informação.

Esta *new ecology* complexa, desconhecida e em constante mutação, questiona as políticas, programas e serviços públicos (e privados), na sua substância, mas também na sua geometria de implementação e monitorização, obrigando à introdução regular de ajustes e revisões. De igual modo, questiona, em particular, o conceito de coesão social e a forma como o mesmo é apropriado pelos diferentes *stakeholders* (públicos e privados, individuais e coletivos).

Sendo certo que o conceito de coesão social oferece várias definições na literatura sobre o tema, foi adotada, para efeitos do presente trabalho, a definição proposta pelo Conselho da Europa no documento “Concerted development of social cohesion indicators - Methodological guide ” (2005), segundo o qual “A coesão social traduz a capacidade de uma sociedade para garantir o bem-estar de todos os seus membros, minimizando as disparidades e evitando a polarização, segundo uma perspetiva de responsabilidade partilhada”.

Esta definição adota dois princípios nucleares e complementares, segundo uma abordagem ativa e dinâmica ao processo de coesão social: i) direito igual de todo e qualquer cidadão aceder ao sistema mais vasto de liberdades, direitos e garantias que possibilite o pleno exercício da sua cidadania; ii) redução das desigualdades socioeconómicas e o aprofundamento das oportunidades de vida para que todos os cidadãos tenha acesso aos recursos disponíveis e considerados fundamentais para o seu bem-estar e qualidade de vida.

A definição proposta pelo Conselho da Europa resulta de um processo gradual de evolução e de adaptação aos novos desafios e prioridades emergentes, baseada no conhecimento e na plena consciencialização sobre os efeitos negativos decorrentes da inexistência de coesão social, assente numa valorização e respeito efetivo pelos Direitos Humanos, com responsabilidades partilhadas entre todos os *stakeholders*, independentemente da sua natureza jurídica e área de atuação.

1.2. Contextualização da rede de equipamentos e respostas sociais no programa de investimentos nacionais

A promoção da coesão social assume elevada transversalidade a diversas áreas da vida humana e social, constituindo-se também ela um domínio-chave na estratégia de desenvolvimento sustentável de um país, tão mais valorizado quanto maior o nível de desenvolvimento humano e social em que um país se encontra. Para o alcance do objetivo da coesão social, concorrem múltiplos fatores, entre os quais os equipamentos, serviços e respostas sociais assumem um papel nevrálgico, na medida em que permitem assegurar respostas a segmentos da população, essenciais para garantir a dignidade humana, o seu bem-estar social e contínuo processo de bem-estar e desenvolvimento.

Por conseguinte, na “Agenda 2030, para o Desenvolvimento Sustentável”, os serviços e as respostas sociais estão subjacentes a muitos dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) definidos. É o caso do objetivo 1 erradicar a pobreza, do objetivo 2 erradicar a fome, objetivo 3 saúde de qualidade, objetivo 4 educação de qualidade, objetivo 5 igualdade de género, objetivo 10 reduzir as desigualdades, entre outros.

Concomitantemente, observa-se também um alinhamento das reformas e investimentos nacionais com a promoção de níveis superiores de dotação destes serviços e respostas sociais nos vários territórios e regiões, em que se tem procurado assegurar o devido equilíbrio entre a necessária racionalidade económica dos investimentos realizados com a fundamental equidade espacial.

Assim, o PRR desenhado para o país estabelece três roteiros para o reforço da resiliência nacional, um dos quais o roteiro das vulnerabilidades sociais, no qual, a par do Serviço Nacional de Saúde e da Habitação, estão incluídos as respostas sociais e o Programa de Eliminação de Bolsas de Pobreza. Estas componentes são concretizadas através de um conjunto de 16 reformas, que enquadram os investimentos a realizar, entre as quais o RE-5 - Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais, que visa a expansão da rede com o objetivo de aumentar a cobertura populacional e territorial das respostas em matéria de envelhecimento e infância (lares de idosos e creches) e, em simultâneo, a respetiva adaptação estrutural com vista a uma maior resiliência a choques. Na componente C3 – Respostas Sociais do PRR, definem-se como prioritárias as seguintes concretizações:

- › requalificar e alargar a rede de equipamentos e respostas sociais visando, entre outros, a adaptação das estruturas ao atual contexto sanitário e de transição digital, aumentando a cobertura da população e do território;
- › desenvolver soluções de proximidade e inovadoras para melhor responder às necessidades, promovendo-se a autonomia, prevenindo a dependência e retardando a institucionalização, garantindo ainda formas diferenciadas de prestação de cuidados no contexto sanitário atual;
- › garantir condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou incapacidade aos diversos domínios da vida em sociedade.

Neste contexto, assume-se como prioritária a implementação de uma nova geração de equipamentos e respostas sociais para o envelhecimento e a infância, bem como para a promoção de combate à pobreza e exclusão social.

Num quadro de promoção da coesão social, decorrente do processo de integração europeia, assistiu-se em Portugal, nas últimas décadas, a um crescimento considerável da oferta de equipamentos sociais, respostas e serviços sociais. Observou-se, assim, uma consciencialização do poder político, com efeitos ao nível da Administração Central e Local, mas também da sociedade, em geral, para a importância que estas estruturas físicas assumem na promoção da oferta de serviços e de respostas sociais, essenciais na promoção do bem-estar e qualidade de vida, bem como de contextos mais integradores e inclusivos. Procurou-se assim intervir em áreas tradicionais centradas na promoção de uma maior equidade, mas também em novos domínios que espelham dinâmicas sociais, económicas, culturais e epidemiológicas emergentes.

O investimento público dirigido a estes equipamentos foi substancial, possibilitando, simultaneamente uma acentuada ampliação da rede e uma renovação das estruturas físicas existentes, o que em muito contribuiu para a qualificação material da oferta.

Os momentos de crise económica, financeira e social experienciados ao longo da última década, seja o desencadeado pela crise económica e financeira em 2009, quer pela recente crise sanitária, vieram reiterar a centralidade das redes de equipamentos, serviços e respostas sociais na provisão de respostas aos segmentos mais vulneráveis da população, sejam os mais convencionais, como as crianças e os idosos, quer a novos públicos como os desempregados, os imigrantes e os que são afetados por quadros de doença e incapacidade inesperada.

Neste contexto, as cartas de equipamentos e respostas sociais, em muito impulsionados nos anos mais recentes, assumiram-se como importantes instrumentos de planeamento. Ao mesmo tempo que têm contribuído para promover um melhor ordenamento e gestão do território, bem como um desenvolvimento mais sustentável, têm-se constituído como determinantes na promoção de melhores e mais equitativas redes a múltiplas escalas, capazes de aumentar a resiliência dos indivíduos, famílias e comunidades para fazer face aos novos desafios e transformações emergentes.

O esforço nacional realizado nesta matéria, no decurso dos últimos anos, materializa-se numa vasta diversidade de programas de apoio ao investimento nas redes de equipamentos, serviços e respostas sociais, assim como de programas de apoio ao desenvolvimento social, entre os quais se destacam os seguintes:

- **Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES)** – Criado pela Portaria n.º 426/2006, tem por finalidade apoiar o desenvolvimento e consolidar a rede de equipamentos sociais no território continental. Constituiu-se como um programa de investimento muito abrangente e ambicioso, quer em termos territoriais, quer sociais, que explicam que o Programa tenha já conhecido várias gerações (PARES 2.0 e PARES 3.0, esta última criada por via da publicação da Portaria n.º 201-A/2020, de 19 de agosto).
- **Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC)** – no quadro dos objetivos e ações do setor da Segurança Social, com especial relevância para os investimentos em equipamentos sociais, o PIDDC tem como objetivos assegurar às Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) ou entidades equiparadas, apoios financeiros no âmbito dos investimentos, designadamente na criação, ampliação ou remodelação de equipamentos sociais, possibilitando assim melhorar o acesso a esta oferta, bem como promover níveis superiores de qualificação da mesma.
- **Programa de Apoio ao Investimento em Equipamentos Sociais (PAIES)** – Criado pela Portaria n.º 869/2006 de 29 de agosto, visa estimular o investimento em equipamentos sociais, apoiando as entidades privadas, nomeadamente a iniciativa privada lucrativa.
- **Programa de Celebração ou Alargamento de Acordos de Cooperação para o Desenvolvimento de Respostas Sociais (PROCOOP)** – Criado pela Portaria n.º 100/2017, de 7 de março, o PROCOOP que assenta na abertura de procedimentos concursais com vista à seleção de respostas sociais, regula as regras para o alargamento da cooperação estabelecida entre o Instituto da Segurança Social, I. P., e as instituições particulares de solidariedade social ou legalmente equiparadas, através de novos acordos de cooperação ou do alargamento dos acordos vigentes.
- **Redes Locais de Intervenção Social (RLIS)** – Criada pelo Despacho n.º 12154/2013, de 24 de setembro, a RLIS é um modelo de organização, de uma intervenção articulada e integrada, de entidades públicas ou privadas com responsabilidade no desenvolvimento da ação social e na promoção de uma cultura de inovação social, com um âmbito de atuação que abrange todo o território nacional.
- **Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS)** – Criados pela Portaria n.º 396/2007 de 2 de abril (com alterações introduzidas pela Portaria n.º 285/2008, de 10 de abril), visa promover a inclusão social multisectorial e integrada dos cidadãos, através de ações a executar em parceria, por forma a combater a pobreza persistente e a exclusão social em territórios deprimidos. A importância dos CLDS tem-se repercutido na criação de diversas gerações dos mesmos, sendo a mais recente CLDS-4G.
- **Programa de Cooperação para o Desenvolvimento da Qualidade e Segurança das Respostas Sociais** – Criado em 2003, este Programa visa promover a qualidade das respostas

sociais de âmbito público, privado e solidário, garantindo a satisfação das suas necessidades e expetativas.

- › **Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI)** – Criada em 2006, resultante de uma parceria entre os Ministérios do Trabalho Solidariedade e Segurança Social (MTSSS) e da Saúde (MS), visam a prestação de cuidados de saúde e de apoio social de forma continuada e integrada a pessoas que, independentemente da idade, se encontrem em situação de dependência, na sequência de episódio de doença aguda ou na necessidade de prevenção de agravamentos de doença crónica.

Sem prejuízo de outros programas nacionais de apoio ao investimento em equipamentos sociais e de desenvolvimento social poderem aqui ser elencados, os anteriormente apresentados constituem marcos particularmente relevantes da política social promovida no país, sobretudo, no decorrer dos últimos 20 anos. Estes programas demonstram o enfoque na promoção da rede de equipamentos sociais de âmbito coletivo, geral, mas evidenciam também a crescente preocupação com qualificação da oferta adequando-a aos novos padrões de exigência social.

1.3. Transferência de Competências para as Autarquias Locais e a Criação do Instrumento de Cartas Sociais Municipais

Num quadro de reforço da autonomia e das competências do poder local, os anos mais recentes ficaram indelevelmente marcados pela transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social. Esta nova abordagem assenta no pleno reconhecimento de que as Autarquias constituem estruturas fundamentais para a gestão de serviços públicos numa dimensão de proximidade e, portanto, de uma importância central na promoção de um melhor acesso e atendimento dos cidadãos aos diversos cuidados sociais.

No âmbito do processo de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social destacam-se, em particular, alguns marcos legais, que importa aqui salientar, pela forma como reconduziram este processo.

- › **Lei n.º 50/2018 - Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais** – De acordo com a presente Lei estabeleceu-se o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local. Em conformidade com o seu Artigo 12.º, em matéria de ação social, estabelece-se como competência dos órgãos municipais:
 - assegurar o serviço de atendimento e de acompanhamento social;
 - elaborar as Cartas Sociais Municipais, incluindo o mapeamento de respostas existentes ao nível dos equipamentos sociais;
 - assegurar a articulação entre as Cartas Sociais Municipais e as prioridades definidas a nível nacional e regional;
 - implementar atividades de animação e apoio à família para as crianças que frequentam o ensino pré-escolar, que correspondam à componente de apoio à família, nos termos do n.º 4 do artigo anterior;

- elaborar os relatórios de diagnóstico técnico e acompanhamento e de atribuição de prestações pecuniárias de caráter eventual em situações de carência económica e de risco social;
 - celebrar e acompanhar os contratos de inserção dos beneficiários do rendimento social de inserção;
 - desenvolver programas nas áreas de conforto habitacional para pessoas idosas, designadamente em articulação com entidades públicas, instituições particulares de solidariedade social ou com as estruturas de gestão dos programas temáticos;
 - coordenar a execução do Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social, em articulação com os conselhos locais de ação social;
 - emitir parecer, vinculativo quando desfavorável, sobre a criação de serviços e equipamentos sociais com apoios públicos.
- › **Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto** – Mais recentemente, o presente Decreto-Lei concretizou mais uma etapa do processo de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social. Na sua Secção II relativa aos instrumentos estratégicos e de planeamento, estabelece um conjunto de orientações para instrumentos como a Carta Social Municipal e a Carta Social Intermunicipal, que importa aqui considerar. Assim, no Artigo 4.º estabelece para a Carta Social que:
- a carta social municipal é o instrumento estratégico de planeamento da rede de serviços e equipamentos sociais, incluindo o mapeamento das respostas existentes ao nível dos equipamentos sociais, que prevê a rede de respostas sociais adequada às necessidades e apoia a decisão, devendo estar articulada com as prioridades definidas a nível nacional e regional.
 - compete à Câmara Municipal elaborar, manter atualizada e divulgar a carta social municipal.
 - compete à assembleia municipal aprovar a carta social municipal, e as suas revisões, após discussão e parecer dos Conselhos Locais de Ação Social (CLAS).
 - após a aprovação pela assembleia municipal, deve a carta social municipal ser remetida aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das autarquias locais e da segurança social.
 - a inclusão, na carta social municipal, de novos equipamentos sociais não determina a obrigatoriedade de celebração de acordos de cooperação por parte da segurança social, estando os mesmos sujeitos à disponibilidade orçamental e aos critérios de acesso e de priorização, nos termos definidos pelo membro do Governo responsável pela área da segurança social.

Já no seu Artigo 5.º relativo à Carta Social Supramunicipal estabelece que:

- a Carta Social supramunicipal é o instrumento estratégico para identificação de prioridades de respostas sociais a nível intermunicipal.
- compete ao conselho intermunicipal ou ao conselho metropolitano das entidades intermunicipais elaborar, manter atualizada e divulgar a carta social supramunicipal.
- compete à assembleia intermunicipal aprovar a carta social supramunicipal e as respetivas revisões.

- os órgãos das entidades intermunicipais competentes devem assegurar a articulação entre a carta social supramunicipal e as prioridades definidas a nível nacional e regional.
- a inclusão, na carta social supramunicipal, de novos equipamentos sociais não determina a obrigatoriedade de celebração de acordos de cooperação por parte da segurança social, estando os mesmos sujeitos à disponibilidade orçamental e aos critérios de acesso e de priorização, nos termos definidos pelo membro do Governo responsável pela área da segurança social.

Em matéria de conteúdo, atualização e divulgação da carta social municipal e supramunicipal, o Artigo 6.º deste mesmo Decreto-Lei define que a caracterização dos conteúdos, assim como as regras de atualização e de divulgação das cartas sociais municipais e supramunicipais, são reguladas por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das autarquias locais e da segurança social. Por último, importa ainda referir que especificamente em matéria de serviços e equipamentos, o Artigo 7.º define que, primeiro, compete à câmara municipal emitir parecer sobre a criação de serviços e equipamentos sociais financiados através de programas de investimento com apoios públicos, após aprovação da carta social municipal pela assembleia municipal; e em segundo que o parecer referido no número anterior deve estar em conformidade com a carta social municipal e em articulação com as prioridades definidas a nível nacional e regional, e assume caráter vinculativo quando desfavorável.

- › **Portaria n.º 66/2021, de 17 de março** – Já no corrente ano de 2021, foi publicada em Diário da República a presente Portaria relativa à Modernização do Estado e da Administração Pública e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Mais especificamente, esta regula o disposto nas alíneas b), c) e i) do n.º 1 e da alínea b) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, e o disposto na secção II do capítulo II do referido decreto-lei, designadamente a criação das cartas sociais municipais e supramunicipais e fixa os respetivos conteúdos, regras de atualização e de divulgação, bem como os procedimentos de revisão. De acordo com a mesma Portaria, entende-se que a “A Carta Social surgiu como resposta à necessidade de reforçar os mecanismos de planeamento territorial e de apoio à tomada de decisão, pretendendo-se que constituam um instrumento de caráter oficial, global e de fácil acesso, com a informação mais relevante respeitante à rede de serviços e equipamentos sociais de um determinado território”, visando assim este instrumento de planeamento a promoção de territórios coesos socialmente, bem como “uma rede de serviços e equipamentos sociais adequadamente dimensionada e distribuída, de forma a responder com elevados níveis de eficiência às carências e problemáticas sociais existentes, bem como a tentar antecipar aquelas que a um ritmo acelerado vão surgindo, em resultado das transformações sociais, na nossa sociedade”.

Com a presente portaria criam-se assim as Cartas Sociais Municipais (CSM) e as Cartas Sociais Supramunicipais (CSS), regulando os respetivos conteúdos, as regras de atualização, divulgação, bem como os procedimentos de revisão.

Esta Portaria estabelece o conceito de Carta Social Municipal, no seu Artigo 3.º, segundo o qual:

- a carta social municipal é um instrumento de diagnóstico e de planeamento estratégico e ordenamento prospetivo da rede de serviços e equipamentos sociais ao nível concelhio.
- a carta social municipal é, ainda, um documento fundamental de apoio à decisão pública em matéria de criação ou desenvolvimento de serviços e equipamentos sociais, por forma a garantir que, ao nível do Concelho, se dispõe de uma rede de

serviços e equipamentos adequadamente dimensionada e distribuída e que responda com eficiência às carências e problemáticas sociais diagnosticadas.

- como instrumento de diagnóstico e planeamento prospetivo, a carta social municipal deve conter:
 - uma caracterização do território, designadamente nas vertentes demográfica, socioeconómica e física;
 - o mapeamento dos serviços e equipamentos sociais existentes, incluindo georreferenciação dos mesmos;
 - uma prospeção que, em face das necessidades identificadas, estabeleça a evolução planeada e programada da rede de serviços e equipamentos sociais, o seu dimensionamento, a tipologia das respostas e a articulação com os índices de cobertura nacional, no quadro da evolução demográfica e socioeconómica de cada Concelho.
- a carta social municipal deve, necessariamente, estar articulada com o ordenamento da rede de serviços e equipamentos sociais aos níveis supramunicipal e nacional e garantir a coerência com os instrumentos de gestão territorial municipal, bem como com as prioridades definidas a nível nacional e regional.

No seu Artigo 4.º são definidas as finalidades deste instrumento de planeamento, a saber:

- a carta social municipal visa, em face das necessidades diagnosticadas, a adequação, otimização e racionalização dos serviços e equipamentos sociais existentes e previstos, bem como a coerência no planeamento do alargamento da rede de serviços e equipamentos.
- assumindo uma dupla vertente de diagnóstico e intervenção planeada, a carta social municipal deve permitir um planeamento conjunto e articulado entre os vários níveis de decisão pública.
- nos termos do número anterior e por forma a garantir uma gestão mais eficiente, eficaz e racional dos recursos, as entidades públicas competentes devem concertar a sua atuação com as instituições de solidariedade social e os Conselhos Locais de Ação Social (CLAS).

Por último, importa salientar que no seu artigo 5.º são definidos os conteúdos da Carta Social, seguidamente apresentados:

- para além do disposto no n.º 3 do artigo 3.º, a carta social municipal deve conter a caracterização dos serviços e equipamentos sociais existentes, em construção ou com financiamento público aprovado, a respetiva localização, entidade titular, resposta social e capacidades.
- a carta social municipal inclui também uma análise prospetiva que, em face das necessidades em serviços e equipamentos diagnosticadas e das principais carências e problemáticas sociais identificadas, determine os domínios e os locais de intervenção social prioritária, defina os critérios de programação dos serviços e equipamentos sociais, oriente os investimentos das entidades públicas, solidárias e lucrativas e defina as medidas a adotar e respetiva justificação.
- dos elementos referidos nos n. os 1 e 2, e de outros que se considerem necessários, é remetido relatório ao competente organismo da segurança social, nos termos a

definir por despacho do membro do Governo responsável pela área da segurança social.

- a carta social municipal incide sobre os serviços e equipamentos sociais da rede solidária, pública e lucrativa.
- a inclusão na carta social municipal de novos serviços e equipamentos sociais ou a ampliação dos existentes não determina a obrigatoriedade de celebração de acordos de cooperação por parte da Segurança Social.
- os acordos referidos no número anterior estão sujeitos à disponibilidade orçamental e às medidas de política definidas pelo membro do Governo responsável pela área da segurança social.

A presente Portaria estabelece ainda que a elaboração, atualização e divulgação da carta social municipal é da competência da câmara municipal e que esta deverá remeter a proposta de carta social municipal para parecer do CLAS, no âmbito do qual se pronunciam os serviços competentes da segurança social, dispondo o CLAS de um prazo de 45 dias para o proferir. É ainda responsabilidade da câmara municipal remeter a proposta final, acompanhada do parecer do CLAS, à apreciação e votação pela assembleia municipal. Após aprovação, a carta social municipal deverá ainda ser remetida, para conhecimento, aos membros do Governo responsáveis pelas áreas da solidariedade e segurança social e das autarquias locais e, por último, proceder à sua publicitação no respetivo sítio da Internet.

No Artigo 9.º da presente Portaria é estabelecido que a carta social municipal tem uma vigência de 4 anos sendo revista, obrigatoriamente, findo esse período. Sem prejuízo deste período de vigência, fica salvaguardado na presente Portaria que constitui fundamento para a sua revisão transformações que se reflitam significativamente no planeamento estratégico e no ordenamento da rede de serviços e equipamentos sociais anteriormente aprovados, bem como a alteração na orientação das políticas públicas nacionais ou locais, por solicitação dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da solidariedade e segurança social e das autarquias locais ou por iniciativa do próprio Município. Assim, a revisão é efetuada quando é reconhecido que a rede de serviços e equipamentos sociais se revela desconforme com os princípios, objetivos e parâmetros técnicos do ordenamento da rede aplicáveis.

Por último importa ainda salientar que a necessidade da Carta Social municipal se manter atualizada em consonância com o diagnóstico social e o plano de desenvolvimento social elaborados pelo CLAS, e quando ocorra o encerramento ou a criação de serviços e equipamentos sociais.

1.4. A Carta Social no Município: histórico e processo de revisão em curso

O Município da Chamusca dispõe de uma Rede Social, um programa criado através da Resolução do Conselho de Ministros de 18 de Novembro de 1997, regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de Junho, com a finalidade de impulsionar o trabalho de parceria alargada incidindo na planificação estratégica da intervenção social local, abrangendo atores sociais de diferentes naturezas e áreas de intervenção, visando contribuir primordialmente para dois objetivos nevrálgicos, a erradicação da pobreza e da exclusão social e a promoção do desenvolvimento social ao nível local.

A Rede Social do Concelho da Chamusca foi criada em 2003, através da constituição do Conselho Local de Ação Social de Chamusca (CLAS). Atualmente, a Rede Social conta com 31 parceiros e o CLAS da Chamusca com 30 membros, designadamente:

- › Agrupamento de Escolas da Chamusca;
- › Assembleia Municipal de Chamusca;
- › Associação de Bombeiros Voluntários Chamusquenses;
- › Câmara Municipal de Chamusca;
- › CÁRITAS;
- › Centro de Acolhimento Social do Chouto;
- › Centro de Apoio Social da Carregueira;
- › Centro de Apoio Social da Parreira;
- › Casulme, Centro de Acolhimento Social de Ulme;
- › Aconchego, Centro de Apoio Social de Vale de Cavalos;
- › Centro de Emprego e Formação Profissional de Santarém;
- › Centro de Saúde de Chamusca;
- › Centro Distrital da Segurança Social Santarém;
- › Comissão Fabriqueira da Igreja de S. Brás;
- › CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens;
- › Guarda Nacional Republicana;
- › IDT – Centro de Respostas Integradas do Ribatejo;
- › Junta de Freguesia de Carregueira;
- › União de Freguesias da Chamusca e Pinheiro Grande;
- › União de Freguesias de Parreira e Chouto;
- › Junta de Freguesia de Ulme;
- › Junta de Freguesia de Vale de Cavalos;
- › Ludoteca de Chamusca;
- › SNIPI – Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância;
- › Santa Casa da Misericórdia de Chamusca;
- › Fundação Rafael Duque;
- › Fábrica do Empreendedor;
- › ATB – Associação Tempos Brilhantes;
- › Farpa - Associação Familiares e Amigos do Doente Psicótico;
- › Associação Alzheimer.

Na Lezíria do Tejo existe ainda a Plataforma Supraconcelhia da Lezíria do Tejo, presidida pela Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, que agrega as Redes Sociais deste território, entre as quais se inclui a Rede Social da Chamusca. Estas Plataformas Territoriais, como órgão da Rede Social, foram criadas com a finalidade de promover a organização dos recursos e o planeamento das respostas e equipamentos sociais ao nível supraconcelhio. Centram-se na discussão e concertação

produzida em torno dos diagnósticos sociais e problemáticas identificadas pelos Conselhos Locais de Ação Social.

De acordo com o N.º 3, do Art.º 32.º, do Decreto-Lei N.º 115/2006, de 14 de junho, a Plataforma Supraconcelhia da Lezíria do Tejo tem as seguintes competências:

- › debater estratégias para a concretização do Plano Nacional de Ação para a Inclusão (PNAI) no território;
- › garantir a harmonização e articulação das iniciativas desenvolvidas pelas diferentes parcerias de âmbito concelhio, que atuam no plano social;
- › promover reuniões temáticas setoriais para aprofundar o conhecimento e análise dos problemas sociais do território, tendo em conta a dimensão de género;
- › analisar e promover a resolução ou o encaminhamento para o nível nacional dos problemas que lhe forem apresentados pelos diferentes Conselhos Locais de Ação Social (CLAS) da Plataforma, concretizando o princípio da subsidiariedade;
- › promover a circulação de informação pertinente pelas entidades que compõem os CLAS da Plataforma.

De acordo com o Instituto de Segurança Social, integram a Plataforma Supraconcelhia da Lezíria do Tejo representantes das seguintes entidades:

- › os representantes dos Centros Distritais do Instituto da Segurança Social das áreas territoriais respetivas;
- › os dirigentes das entidades e serviços relevantes da Administração Pública das áreas territoriais respetivas;
- › os presidentes dos CLAS respetivos;
- › os representantes das Instituições Particulares de Solidariedade Social, Organizações Não Governamentais e Associações Empresariais e Sindicais com expressão nacional e com delegações nos territórios respetivos.

A Rede Social tem inerentes responsabilidades em matéria de planeamento integrado e participado, com o objetivo de assegurar uma adequada e equitativa cobertura de serviços e equipamentos locais, a par da rentabilização dos respetivos recursos, de forma a assegurar um desenvolvimento social integrado e sustentável, nomeadamente, através do Diagnóstico Social (DS), do Plano de Desenvolvimento Social (PDS), dos Planos de Ação Anuais e dos Sistemas de Informação (SI).

O pré-diagnóstico da Chamusca foi realizado em 2004 e o primeiro Diagnóstico Social um ano mais tarde, tendo este sido posteriormente alvo de revisão (Diagnóstico Social do Concelho da Chamusca, maio de 2016). Constituindo-se este como um documento relativamente recente, não obstante, a crise pandémica desencadeada pela COVID-19 em 2020 e seus múltiplos efeitos económicos e sociais, importa destacar os 6 eixos de intervenção identificados no Concelho, nomeadamente:

- › consolidação da Rede Social Concelhia;
- › crianças e jovens;
- › emprego e Formação;
- › idosos e Pessoas Dependentes;
- › habitação;

- › saúde.

No âmbito do planeamento social integrado e sustentável, a Carta Social constitui-se como um instrumento de planeamento estratégico da maior relevância, na medida em que permite aos vários atores concelhios, de natureza pública, privada ou social, dispor de um retrato preciso e atualizado da oferta de equipamentos, respostas e serviços sociais no território concelhio, mas por outro lado, porque possibilita o desenvolvimento de um exercício de programação da rede, para um horizonte temporal de curto e médio prazo, de modo a adequá-la à realidade concelhia e suas especificidades em constante mutação.

Foi neste contexto, que em 2010, foi elaborada a “Carta de Equipamentos Sociais do Município da Chamusca”, realizada pelo CEDRU, Lda. para a Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, no âmbito de um processo mais alargado que decorreu em simultâneo para os restantes dez Municípios da Lezíria do Tejo.

Tendo em vista os fins apresentados, o documento apresentava três objetivos fundamentais:

- › a caracterização da dinâmica territorial e demográfica do Município (tendo como padrão comparativo o contexto regional da Lezíria do Tejo e o contexto nacional) e a realização de projeções demográficas de modo a perspetivar a procura previsível para o ano de 2021;
- › a identificação, levantamento e caracterização atualizada da oferta de equipamentos e de respostas sociais existentes no Município, identificando as principais carências e constrangimentos existentes;
- › a formulação de um programa de intervenção de qualificação da capacidade de resposta da rede de equipamentos e respostas sociais existente no Concelho tendo como horizonte temporal o ano 2021.

A “Carta de Equipamentos Sociais do Município de Chamusca” no seu programa de intervenção estimou um total de 20 ações, que totalizam cerca de 6,6 milhões de euros de investimento, repartidos por quatro domínios de intervenção, a Infância e Juventude, os Idosos e a População Dependente, Pessoas com Comportamentos Aditivos e suas Famílias e, por último, a Família e Comunidade, com a seguinte distribuição orçamental:

- › o domínio da População Idosa e Dependente, absorvia cerca 76% do valor total (5 milhões de euros); cerca de 73% deste montante (3,7 milhões de euros) encontrava-se destinado à resposta social Lar de Idosos. Os Centros de Convívio/Centros de Dia apresentavam a segunda parcela de investimento mais importante (970 mil euros);
- › o domínio da Infância e Juventude abrangia cerca de 858 mil euros do investimento previsto, correspondente a 12,9% do investimento global. Importa salientar as respostas sociais de Creche/Creche familiar, que representavam cerca de 10% do investimento previsto (cerca de 658 mil euros);
- › os dois restantes domínios de intervenção apresentavam uma relevância mais moderada no âmbito do investimento global, correspondentes a 4,5% no caso das Pessoas com Comportamentos Aditivos e suas Famílias e 6,8% no que trata ao domínio da Família e Comunidade.

A “Carta de Equipamentos Sociais do Município de Chamusca”, de 2010, apresentava uma visão territorial dos investimentos em que se destacava a importância do Agrupamento Territorial da Carregueira/Pinheiro Grande, que absorvia cerca de 39% do montante total previsto (cerca de 2,6 milhões de euros); tendo em consideração a população prevista para 2021 de acordo com o exercício

das projeções demográficas (cenário tendencial), constata-se que se previa efetuar um investimento de 848 euros por habitante.

Em segundo lugar surgia a sede de Concelho com cerca de 1,8 milhões de euros de investimento, correspondentes a uma capitação de 605 euros. Finalmente o Agrupamento Territorial de Vale de Cavalos, onde os montantes de investimento e respetiva capitação eram substancialmente inferiores.

Este padrão territorial de investimento refletia os princípios das políticas regionais e urbanas de discriminação positiva, que tendem a privilegiar os principais centros urbanos enquanto fornecedores de serviços centrais.

Quadro 1 – Investimentos Previstos pela “Carta de Equipamentos Sociais do Município da Chamusca”, de 2010, por Domínio de Intervenção e Resposta Social em cada um dos Agrupamentos Territoriais (€)

Domínio / Resposta Social	Chamusca	Carregueira	Vale de Cavalos	Todos	TOTAL
Infância e Juventude	308	350	200	-	858
Creche	108	350	-	-	458
Creche Familiar	-	-	200	-	200
Outras (Infância)	200	-	-	-	200
Idosos e População Dependente	1.535	1.685	1.000	800	5.020
Centro de Convívio e Centro de Dia	185	185	-	600	970
Lar de Idosos	1.350	1.500	800	-	3.650
Serviço de Apoio Domiciliário	-	-	-	200	200
Centro de Alojamento Temporário	-	-	200	-	200
Pessoas com Comportamentos Aditivos e suas Famílias	-	300	-	-	300
Comunidade Terapêutica	-	300	-	-	300
Família e Comunidade	-	250	-	200	450
Centro de Aconselhamento Familiar	-	250	-	-	250
Ajuda Alimentar	-	-	-	200	200
TOTAL (X 1.000€)	1.843	2.585	1.200	1.000	6.628
TOTAL (%)	27,8	39,0	18,1	15,1	27,8
POPULAÇÃO PREVISTA (2021)	3.045	3.048	3.304	9.397	9.397
CAPITAÇÃO (€)	605,3	848,1	363,2	106,4	705,3

Fonte: Carta de Equipamentos Sociais do Município da Chamusca, de 2010

O cronograma das intervenções da “Carta de Equipamentos Sociais do Município da Chamusca”, de 2010, considerou investimentos faseados em três momentos: curto prazo (biénio 2010/11), médio prazo (biénio 2012/13) e longo prazo (após 2014).

De acordo com o referido cronograma, detalhadamente apresentado no quadro seguinte, estimava-se que a maioria do investimento fosse efetuada durante o período de vigência do QREN (até 2013); neste período os investimentos contemplam cerca de 3,6 milhões de euros. Após 2014, previa-se investimentos de cerca de 1,6 milhões de euros.

Não obstante esta programação, a imprevisibilidade de contexto económico e social, especialmente atendendo a que a “Carta de Equipamentos Sociais do Município da Chamusca”, de 2010” foi elaborada em plena crise económica e financeira, conhecida como a Crise do Subprime, considerada por muitos economistas a maior crise económica mundial desde a Grande Depressão (1929), levou a que se considerasse em particular no cronograma proposto, que as ações estimadas poderiam ser objetivo de alterações significativas.

Quadro 2 – Calendarização dos Investimentos Previstos pela “Carta de Equipamentos Sociais do Município da Chamusca”, de 2010, por Domínio de Intervenção e Resposta Social

Domínio / Resposta Social	Curto Prazo (2010/11)	Médio Prazo (2012/13)	Longo Prazo (Após 2014)	Ao Longo do Tempo	TOTAL
Infância e Juventude		208	350	300	858
Creche		8	350	100	458
Creche Familiar		200			200
Outras (Infância)				200	200
Idosos e População Dependente	1.700	1.170	1.250	900	5.020
Centro de Convívio e Centro de Dia		370		600	970
Lar de Idosos	1.500	800	1.250	100	3.650
Serviço de Apoio Domiciliário				200	200
Centro de Alojamento Temporário	200				200
Pessoas com Comportamentos Aditivos e suas Famílias		300			300
Comunidade Terapêutica		300			300
Família e Comunidade	250			200	450
Centro de Aconselhamento Familiar	250				250
Ajuda Alimentar				200	200
TOTAL (X 1.000€)	1.950	1.678	1.600	1.400	6.628
TOTAL (%)	29,4	25,3	24,1	21,1	29,4

Fonte: Carta de Equipamentos Sociais do Município da Chamusca, de 2010

Uma análise mais detalhada das ações previstas revela que estas se repartiam por três vetores estratégicos fundamentais, nomeadamente:

- › criar Novas Respostas Sociais, privilegiaram-se as intervenções de carácter estruturante e que poderiam apresentar um maior espectro territorial, de modo a suprir carências detetadas durante o diagnóstico, quer numa lógica concelhia quer numa lógica regional.
- › melhorar a Cobertura das Respostas Sociais Existentes, pretendia-se elevar os níveis de resposta nos domínios e respostas sociais que denotavam fragilidades de acordo com o diagnóstico realizado no âmbito da Carta de Equipamentos Sociais, em 2010, ou que se estimava virem a ocorrer em resultado das projeções de evolução dos públicos-alvo.
- › qualificar a Oferta de Equipamentos e Serviços, visava melhorar as condições humanas, operacionais e de funcionamento dos equipamentos e respostas sociais, respondendo às fragilidades identificadas no processo de recenseamento, incrementando os níveis de qualidade do serviço prestado ao cidadão.

O documento desenvolvido apresentava um conjunto preliminar de propostas relativas à calendarização das ações previstas, por domínio de intervenção, tipologia específica de ação e respetivo horizonte temporal.

Quadro 3 – Calendarização das Ações Previstas pela “Carta de Equipamentos Sociais do Município da Chamusca”, de 2010, por Domínio de Intervenção e Resposta Social

Domínio	Resposta Social	Projeto / Ação	Agrupamento Territorial	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
Infância e Juventude	Creche	Ampliação da Creche (mais uma sala)	Chamusca		X	
		Creche da Carregueira	Carregueira			X
		Creche Familiar	Vale de Cavalos		X	
		Qualificação do equipamento existente	Chamusca	X	X	X
	CATL	Qualificação e Diversificação dos CATL	Chamusca	X	X	X
Idosos e Dependentes		Centro de Convívio da Chamusca	Chamusca		X	

Domínio	Resposta Social	Projeto / Ação	Agrupamento Territorial	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo
	Centro de Convívio e Centro de Dia	Centro de Convívio da Carregueira	Carregueira		X	
		Qualificação dos Equipamentos Existentes	Todos	X	X	X
	Lar de Idosos	Lar de Idosos da Carregueira	Carregueira	X		
		Lar da Chamusca	Chamusca			X
		Lar de Idosos da Parreira	Vale de Cavalos		X	
		Lar de Idosos de Vale de Cavalos	Vale de Cavalos		X	
		Qualificação do Equipamento Existente	Chamusca	X	X	X
	Serviço de Apoio Domiciliário	Ampliação e diversificação dos serviços prestados nos SAD existentes	Todos	X	X	X
	Centro de Alojamento Temporário	Unidade de Acolhimento Temporário	Vale de Cavalos	X		
Pessoas com comportament os Aditivos e Suas Famílias	Comunidade Terapêutica	Unidade de Cuidados Continuados na área da Saúde Mental associada à toxicodependência	Carregueira		X	
Família e Comunidade	Centro de Aconselhamento Familiar	Centro de Aconselhamento Familiar	Carregueira	X		
	Ajuda Alimentar	Consolidação da Bolsa de Ajuda Alimentar	Todos	X	X	X

Fonte: Carta de Equipamentos Sociais do Município da Chamusca, de 2010

Volvidos mais de 10 anos desde a elaboração deste documento, o mesmo encontra-se naturalmente desajustado, pelo que se impõe proceder à sua revisão. O processo de Revisão da Carta Social do Município da Chamusca agora em curso constitui-se crucial por quatro razões centrais:

- › o processo de recenseamento das entidades equipamentos, serviços e respostas sociais que é desenvolvido, exercício basilar da Carta Social e que constituiu um procedimento complexo, em termos concetuais e operacionais, permite realizar um retrato exato e atualizado da oferta social existente no território concelhio, com identificação das principais potencialidades e constrangimentos;
- › o processo de caracterização económica, social e territorial concelhia e sua inserção e principais dinâmicas regionais e nacionais, tendo por base informação oficial tão recente quanto possível, permite melhor identificar padrões e tendências de procura de equipamentos e respostas sociais no curto e médio prazo;
- › a realização de novas projeções demográficas possibilitará perspetivar a procura previsível para os anos de 2025 e de 2031;
- › o exercício de programação da oferta social, considerando as três premissas anteriores (oferta existente, dinâmicas económicas, sociais e territoriais em curso e projeções demográficas) possibilitará assegurar uma contínua adequação do esforço de investimento, público, privado e social, às necessidades, assim como assegurar a necessária sustentabilidade dos equipamentos sociais, que por Lei deverá ser revista ao fim de 4 anos (2026), mas que será desenhada para garantir a sua adequação até ao final da década, sendo um instrumento de planeamento de suporte aos investimentos até 2030.

Por conseguinte, proceder à Revisão da Carta Social da Chamusca constitui-se essencial, pois assegura a necessária compatibilização entre a oferta e a procura, acompanhando as múltiplas dinâmicas que se desenvolvem no território, constitui-se determinante num quadro de promoção do desenvolvimento social integrado e sustentável do Concelho.

O processo de revisão da Carta Social da Chamusca procura ainda responder a quatro grandes desafios, nomeadamente:

- › promover um processo de governação ativa, assente na mobilização dos atores-chave ao longo de todo o processo de Revisão da Carta Social;
- › compatibilizar a oferta social com o quadro normativo em vigor, que garanta uma efetiva integração das diferentes políticas públicas;
- › orientar o desenvolvimento de equipamentos e respostas sociais, num quadro de proteção biofísica do território e valorização dos recursos existentes, em estreita articulação com o modelo de ordenamento concelhio e regional;
- › promover um processo de monitorização e de avaliação que garanta o devido acompanhamento da Carta Social, com mecanismos devidamente estabelecidos que permitam aceder regularmente a informação crítica, essencial para garantir a flexibilidade deste instrumento de planeamento;
- › criar um instrumento de referência concelhio que possibilite uma tomada de decisões informada e adequada, com vista à promoção de melhores condições de vida para os seus residentes, num horizonte temporal determinado, correspondente a cerca de 10 anos letivos (aproximadamente 2030).

2. Quadro de referência territorial

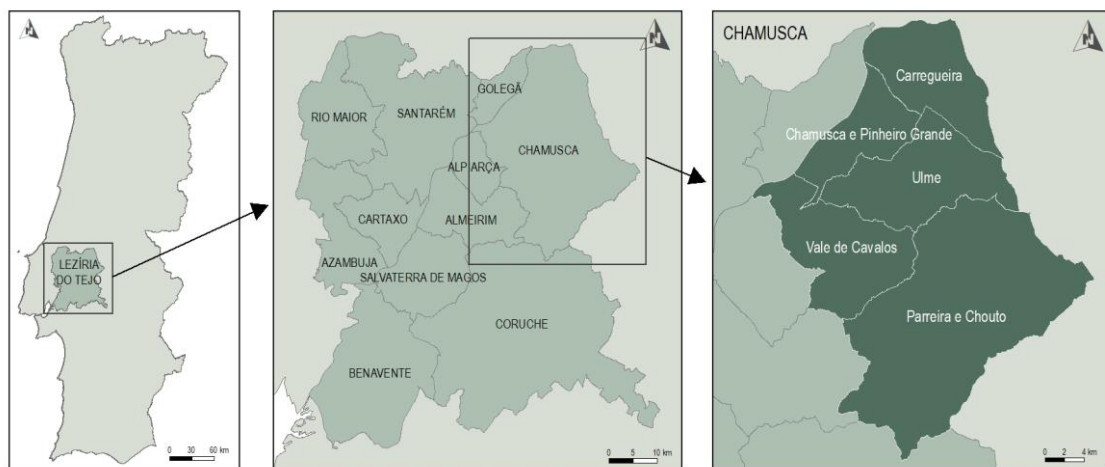
2.1. Rede territorial e urbana

2.1.1. O contexto regional

A Lezíria do Tejo, com uma área de aproximadamente 4.275 Km² e com cerca de 236 mil habitantes em 2021, constitui uma sub-região de média dimensão no contexto nacional e regional. Em termos de hierarquia urbana esta sub-região é dominada pela cidade de Santarém. O nível intermédio é desempenhado pelas cidades de Almeirim, Cartaxo, Rio Maior e pelas vilas de Benavente e Coruche, enquanto as restantes sedes de Concelho constituem o nível seguinte.

O Concelho da Chamusca está situado na margem esquerda do rio Tejo, integrando a sub-região da Lezíria do Tejo. Confronta a norte com os Municípios de Vila Nova da Barquinha e Constância, a nascente com os Concelhos de Abrantes e Ponte de Sor, a poente com Almeirim, Santarém, Alpiarça e Golegã e a Sul com Coruche. O Concelho da Chamusca constitui um território de intermediação entre subsistemas territoriais diferenciados, constituindo nomeadamente uma porta de entrada no Alto Alentejo a partir do vale do Tejo e um Concelho de transição com o Médio Tejo. É constituído por três freguesias e duas uniões de freguesia.

Figura 1 – Enquadramento geográfico do Concelho da Chamusca



Fonte: Elaboração própria

As transformações recentes do sistema territorial e urbano da Lezíria do Tejo têm favorecido a emergência de dois tipos de dinamismos. Por um lado, os processos de concentração inter e intra concelhios têm despoletado um crescente protagonismo territorial dos centros urbanos de pequena e média dimensão. Por outro, têm vindo a consolidar-se subsistemas territoriais e urbanos, sob a forma de eixos e conurbações, sustentados pelas principais vias de comunicação.

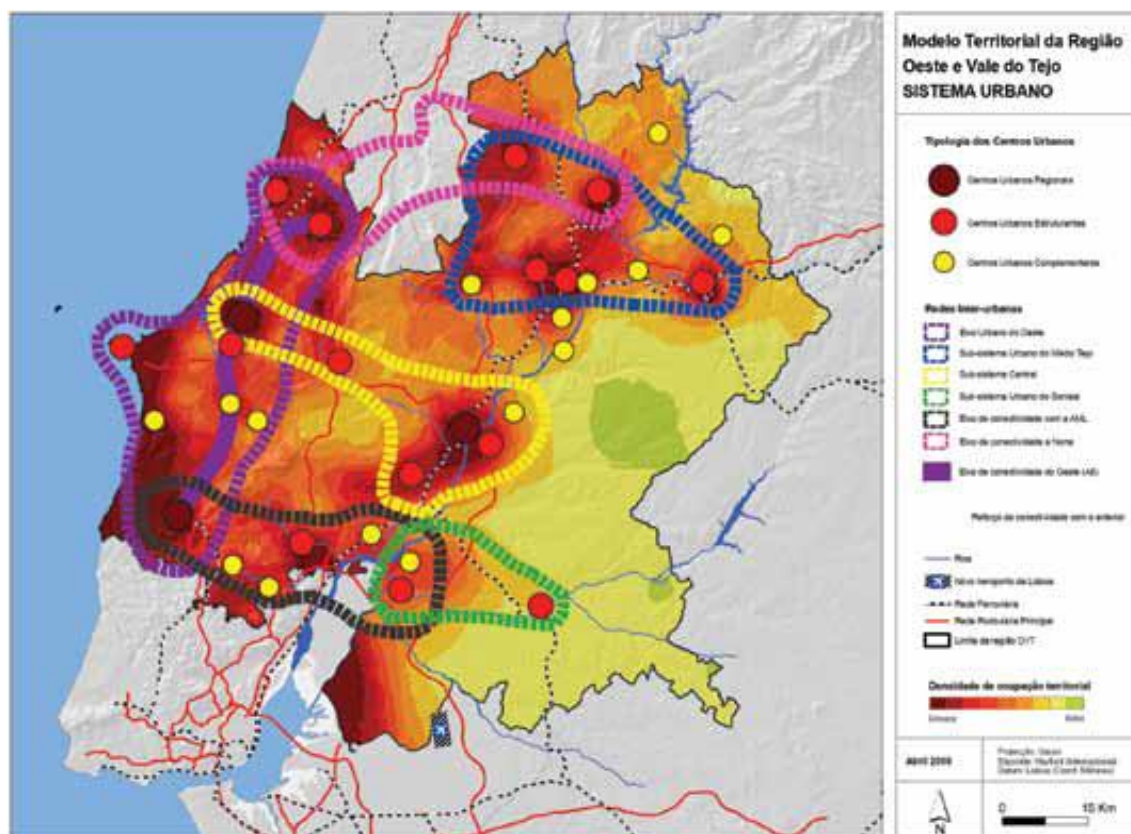
Relativamente ao primeiro aspeto, a vila da Chamusca constitui um centro urbano que concentra funções centrais com um espectro territorial limitado, sobretudo associado ao seu território municipal.

No que diz respeito aos subsistemas territoriais, o Município da Chamusca localiza-se entre dois subsistemas importantes, designadamente o que agrega Santarém/ Cartaxo/ Almeirim/ Alpiarça (Lezíria do Tejo) e o que agrega Torres Novas/ Entroncamento/ Vila Nova da Barquinha (Médio Tejo).

As orientações do PNPOT (Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território) e do PROTOVT (Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo) para a componente da equipamentação territorial estão em estreita articulação com a modelação do sistema territorial e urbano, designadamente:

- › a rede de equipamentos e serviços deve responder adequadamente à diversidade dos contextos territoriais, atendendo às características das estruturas sociais e económicas e aos níveis e tipologia dos problemas presentes e emergentes;
- › o sistema urbano regional orienta a definição e a estruturação das redes de serviços, infraestruturas e equipamentos públicos de âmbito supramunicipal e regional, garantindo condições de equidade territorial em termos de cobertura e acessibilidade;
- › a rede de equipamentos e serviços deve assentar em sistemas de articulação, de forma a dar coerência à oferta, rendibilizar recursos humanos e físicos e permitir uma melhor adaptação aos novos desafios da sociedade e da economia.

Figura 2 – Sistema Territorial e Urbano do Oeste e Vale do Tejo



Fonte: CCDRLVT (PROT do Oeste e Vale do Tejo, 2009)

2.1.2. Transformações concelhias

Da rede viária há que destacar apenas duas estradas nacionais, EN 118 e EN 243, complementadas por 92km de estradas municipais, 41km de caminhos municipais e uma rede de cerca de 300km de

Figura 3 – Sistema de Acessibilidades do Concelho da Chamusca e da Região



CIMLT | CEDRU

No caso concreto do Município da Chamusca, constata-se que, na década 2001-2011, as transformações passaram por uma ligeira diminuição do peso da população isolada que passou de 5,8%, em 2001, para 3,6%, em 2011, enquanto a vila da Chamusca aumentou ligeiramente o seu peso na estrutura de povoamento concelhia. Deste modo, permanece muito elevada a população a residir em pequenos lugares (a sede de Concelho congrega apenas 1/3 da população residente no Concelho), o que coloca problemas acrescidos em termos de edificação e manutenção de infraestruturas e equipamentos.

Quadro 4 – Evolução da população residente segundo a dimensão dos lugares (%)

Ano	Unidade Territorial	Isolados	<1.999	2.000-4.999	5.000-9.999	>10.000
2001	Chamusca	5,8	63,3	30,8	0,0	0,0
	Lezíria do Tejo	3,4	42,0	17,6	20,6	16,3
	Continente	2,8	41,9	9,2	7,8	38,2
2011	Chamusca	3,6	63,4	33,0	0,0	0,0
	Lezíria do Tejo	3,0	39,7	13,7	18,2	25,4
	Continente	1,7	36,9	9,1	9,0	43,3

Fonte: INE (Recenseamentos da População, 2001 e 2011)

A análise da variação demográfica dos lugares com mais de 300 habitantes, no Concelho da Chamusca, permite evidenciar algumas características fundamentais do sistema de povoamento:

- › a estrutura de povoamento é dispersa, existindo um número elevado de pequenos núcleos (sobretudo nas Freguesias do Chouto, Ulme, Parreira e Pinheiro Grande);
- › a vila da Chamusca perdeu cerca de duas centenas dos seus residentes, não conseguindo atrair a população que abandonou alguns núcleos rurais de menor dimensão;
- › praticamente todos os aglomerados populacionais com mais de 300 habitantes do Concelho viram os seus quantitativos populacionais diminuir.

Em face do exposto, pode hierarquizar-se a rede urbana do Concelho de Chamusca do seguinte modo:

- › Pólo Urbano Principal – A vila da Chamusca constitui o principal núcleo urbano do Concelho, atraindo população de todo o Concelho, devido à concentração de atividades e equipamentos;
- › Polo Complementar de 1º Nível – O núcleo da Carregueira com cerca de 1.700 habitantes constitui o segundo nível hierárquico no Concelho, constituindo um potencial polo de articulação com alguns Concelhos limítrofes do Médio Tejo;
- › Polos Complementares de 2º Nível – Engloba as restantes sedes de freguesia e Pinheiro Grande, com uma dimensão demográfica inferior (inferior a mil habitantes), muito dependentes da atividade agrícola.

Quadro 5 – Evolução da População em Lugares com mais de 300 habitantes no Concelho da Chamusca e Variação 2001-11

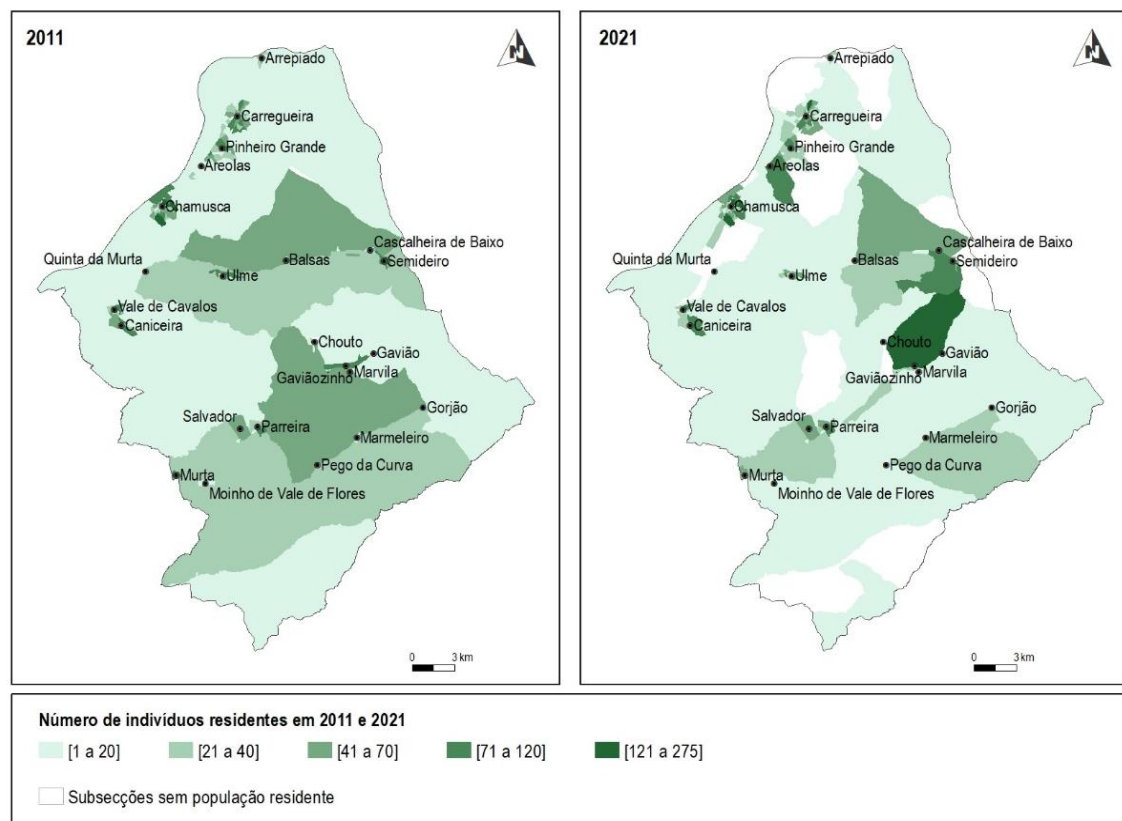
Unidade territorial	Lugar	Pop. 2001	Pop. 2011	Var. (%)
Chamusca + Pinheiro Grande	Chamusca	3.543	3.338	-5,8
	Pinheiro Grande (a)	368	833	126,4
Ulme	Ulme	839	721	-14,1
	Semideiro	351	321	-8,5
Vale de Cavalos	Vale de Cavalos	716	629	-12,2
Carregueira	Carregueira	1.903	1.678	-11,8
	Arripiado	365	317	-13,2
Parreira + Chouto	Parreira	381	339	-11,0
	Salvador	401	374	-6,7

(a) Em 2011 o valor de Pinheiro Grande inclui lugares cuja população estava desagregada em 2001

Fonte: INE (Recenseamentos da População, 2001 e 2011)

Os dados resultantes do recenseamento populacional de 2021 espelham o elevado decréscimo populacional, o maior da Lezíria do Tejo (-15,7%). A perda de população foi generalizada a todo o Concelho, mas mais alarmante nas Freguesias de Ulme e Vale de Cavalos, cujo decréscimo superou os 21%.

Figura 4 – Indivíduos residente no Concelho da Chamusca 2011-2021 (n.º)



Fonte: INE (Recenseamento da População, 2011 e 2021 - resultados provisórios)

Figura 5 – Densidade populacional da Chamusca, 2021



Fonte: INE (Recenseamento da População, 2021 -resultados provisórios)

As densidades populacionais são extremamente baixas, em parte explicada pela dimensão do Concelho, mas em muito causada pela rarefação da população.

2.1.3. Movimentos pendulares

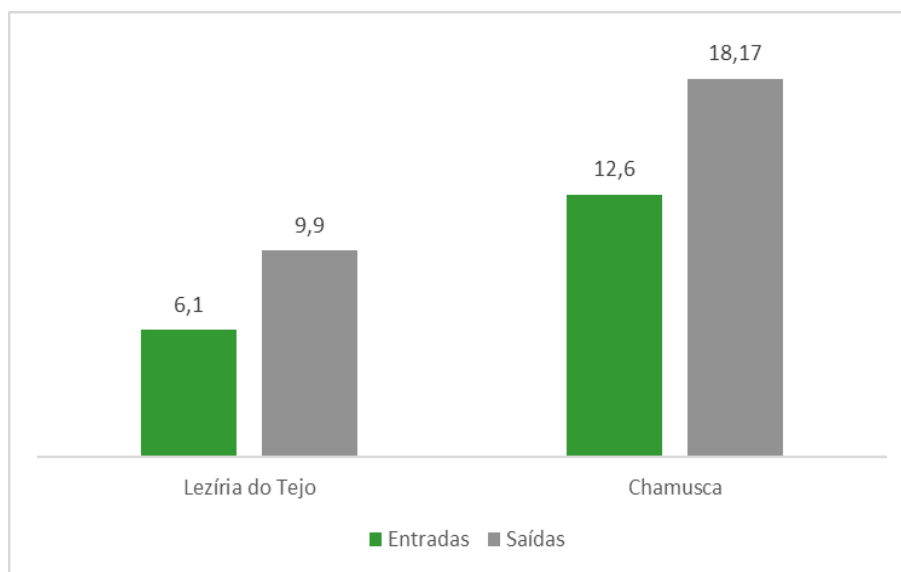
A separação entre o local de trabalho e a residência é uma das características mais relevantes da sociedade contemporânea. De facto, na atualidade, uma parte considerável da população ativa e estudiantil residente no Concelho da Chamusca deslocava-se a outro Concelho para exercer a sua atividade ou para estudar.

O incremento das deslocações casa-trabalho ganha cada vez mais relevância no território concelhio e regional, contribuindo, por um lado, para a redefinição das necessidades a satisfazer pelos sistemas de transporte e, por outro, para a identificação das relações de complementaridade que a procura de mão-de-obra impõe, enquanto fator produtivo territorialmente localizado.

Considerando o movimento de entradas e saídas de população ativa e estudantil, constata-se que em 2011 o saldo global para o Município da Chamusca era bastante negativo (-1.007). Com efeito, o número de saídas mais do que duplicava o número de entradas.

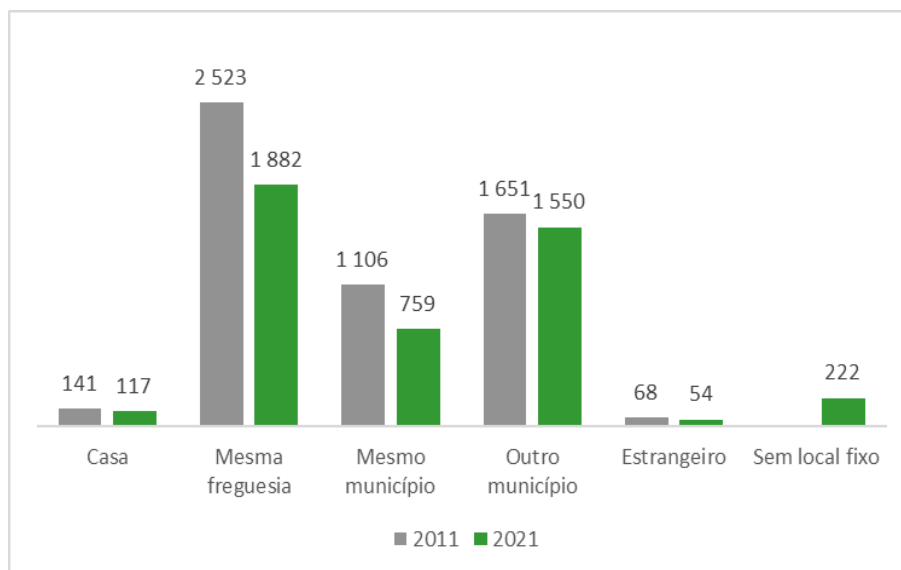
Este facto traduz, fundamentalmente, uma situação deficitária do Concelho da Chamusca em termos de emprego, levando a que exista uma percentagem elevada de ativos a saírem do Concelho para exercerem a sua atividade. A maioria dirige-se para o eixo Torres Novas/ Santarém, para o Município de Santarém e para a Área Metropolitana de Lisboa. Em 2021, o número de saídas foi de 1.604, menos 115 saídas que no ano de 2011, considerando a população trabalhadora e estudante. A proporção de saídas do Concelho (18,17%) continua a ser superior à das entradas (12,6%), sendo que a duração média dos movimentos pendulares foi de 21,11min.

Figura 6 – Proporção da população residente que entra e sai na unidade territorial (movimentos pendulares) (%), 2021



Fonte: INE (Recenseamento da População, 2021)

Figura 7 – População residente empregada ou estudante (n.º), por local de trabalho ou estudo, Chamusca, 2021



Fonte: INE (Recenseamento da População, 2021)

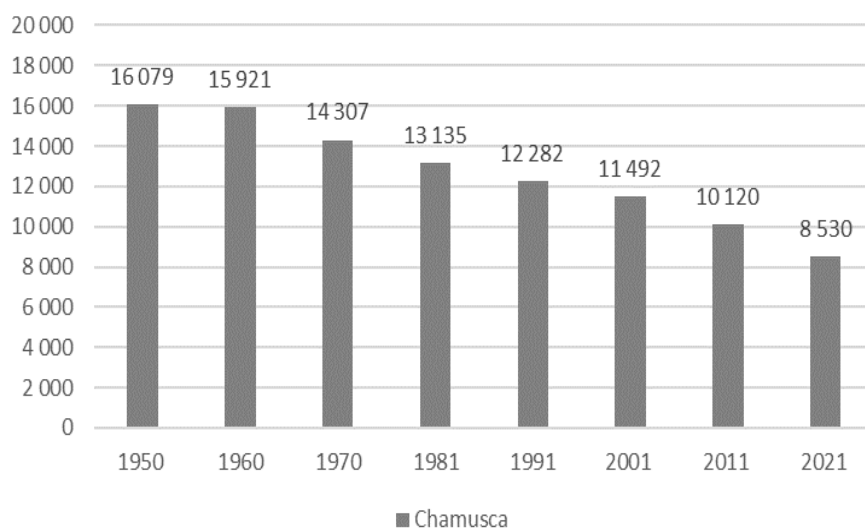
2.2. Dinâmica demográfica

2.2.1. Evolução populacional

O Concelho da Chamusca tem vindo a registar um progressivo decréscimo populacional ao longo dos últimos setenta anos, tendo passado de 16 mil habitantes, em 1950, para pouco mais de 8 mil e quinhentos habitantes, em 2021, o que corresponde a um decréscimo de quase oito mil habitantes nesse período. Entre 2011 e 2021 o decréscimo da população residente foi ainda mais acentuado do que na década anterior (-11,9%, em 2001/2011; -15,7%, entre 2011/2021).

Como na década anterior, entre 2011 e 2021, o Concelho da Chamusca foi mesmo o que registou o maior decréscimo populacional de entre os onze Municípios que constituem a Lezíria do Tejo. A evolução populacional registada levou a que o peso da população concelhia no total da sub-região tenha vindo a diminuir progressivamente, representando, em 2011, cerca de 4,1% e, em 2021, 3,6%.

Figura 8 – Evolução da população no Concelho da Chamusca entre 1950 e 2021



Fonte: INE, Recenseamentos da População

O decréscimo populacional atinge todas as freguesias do Concelho, com maior intensidade nas freguesias de Ulme e Vale de Cavalos. Em termos absolutos, a Freguesia sede de Concelho (União de Freguesias da Chamusca e Pinheiro Grande), registou uma redução de 585 residentes, no último período intercensitário (2011-2021).

Outro indicador pertinente para a análise da evolução da população prende-se com a densidade populacional. Deste modo, verifica-se que os níveis de densidade populacional concelhia (cerca de 14 hab./km², em 2011 e de 11 hab./km², em 2021) são muito baixos (trata-se do valor mais baixo no contexto da sub-região da Lezíria do Tejo) o que traduz um modelo de ocupação do território muito esparsa. Somente a agregação das Freguesias da Chamusca e Pinheiro Grande (a mais pequena e mais populosa do Município) apresenta um valor significativo, ligeiramente superior à média da Lezíria do Tejo.

Quadro 6 – Evolução recente da população no Concelho da Chamusca e densidade populacional

Unidade Territorial	População (2001)	População (2011)	População (2021)	Varição 2001-2011 (%)	Varição 2011-2021 (%)	Área Km ²	Densidade Populacional (2011)	Densidade Populacional (2021)
Carregueira	2.295	2.020	1.740	-12,0	-13,9	98,6	20,5	17,6
Ulme	1.502	1.277	1.000	-15,0	-21,7	121,8	10,5	8,2
UF Chamusca e Pinheiro Grande	4.710	4.299	3.714	-8,7	-13,6	67,1	64,1	55,4
UF Parreira e Chouto	1.729	1.492	1.262	-13,7	-15,4	338,4	4,4	3,7
Vale de Cavalos	1.256	1.032	814	-17,8	-21,1	120,1	8,6	6,8
CC: Chamusca	11.492	10.120	8.530	-11,9	-15,7	746,0	13,6	11,4
Lezíria do Tejo	240.832	247.453	235.861	2,7	-4,7	4.275,0	57,9	55,2
Continente	9.869.343	10.047.621	9.855.909	1,8	-1,9	89.088,9	112,8	110,6

Fonte: INE - Recenseamentos da População, 2001, 2011 e 2021

2.2.2. Comportamentos demográficos

Os fatores que têm estado subjacentes à dinâmica populacional do território nacional têm vindo a sofrer alterações consideráveis. De facto, se nos anos 60 e 70 a evolução demográfica era, em grande medida, determinada pelas migrações internas e externas, já durante a última década é a componente do saldo fisiológico a principal responsável pelas alterações populacionais registadas nas unidades territoriais portuguesas.

No Concelho da Chamusca, a taxa de natalidade apresenta um valor de 7,4 ‰, em 2011, o que constitui um ligeiro acréscimo relativamente a 2001, voltando a decrescer em 2021, para um valor extremamente baixo (4,6‰, o valor mais baixo da Lezíria do Tejo.

A taxa de mortalidade bruta aumentou ligeiramente, entre 2001 e 2011, consequência do aumento da proporção de idosos na população total, e continuou a aumentar até 2021(18,8‰), a terceira taxa mais elevada da sub-região, apenas suplantada pela Golegã e Coruche.

O facto de a taxa de mortalidade ser o quádruplo da taxa de natalidade contribui para a existência de um saldo fisiológico negativo, no Concelho.

Uma das transformações demográficas mais positivas do período pós-25 de Abril em Portugal prende-se com o decréscimo acentuado da taxa de mortalidade infantil (2,4 ‰, em 2021). Na Lezíria do Tejo e verificou-se um retrocesso neste indicador, aumentando 0,5 pp entre 2011 e 2021. Em 2021, a Chamusca não regista ocorrências de mortalidade infantil.

Quadro 7 – Evolução dos comportamentos demográficos (%)

Unidade Territorial	Taxa de Natalidade			Taxa de Mortalidade			Taxa de Mortalidade Infantil		
	2001	2011	2021*	2001	2011	2020*	2001	2011	2020
Chamusca	6,4	7,4	4,6	14,2	14,5	18,8	0,0	13,3	0,0
Lezíria do Tejo	10,0	8,3	7,2	12,4	11,7	14,8	3,7	2,4	2,9
Continente	10,8	9,1	7,7	10,1	9,8	12,1	4,8	3,1	2,4

Fonte: PORDATA

2.2.3. Estruturas etárias

A quebra acentuada da natalidade reforçou a tendência, já anteriormente esboçada, para o envelhecimento da população. Em todas as unidades territoriais em análise verifica-se que a percentagem de idosos aumentou consideravelmente.

De facto, no Concelho da Chamusca a percentagem de idosos com mais de 65 anos aumentou de 23,0%, em 2001, para 26,8%, em 2011, e para 31,5 em 2021, sendo esta percentagem muito significativa na Freguesia de Vale de Cavalos, a rondar os 40%.

Pelo contrário, nos três últimos recenseamentos, a percentagem de jovens com menos de 15 anos de idade, diminuiu, sendo de 12,5%, em 2001, para 11,6%, em 2011, para 10,8, em 2021. Em todas as Freguesias é evidente esta situação, destacando-se uma vez mais a Freguesia de Vale de Cavalos, desta feita por ter a menor percentagem de jovens neste grupo etário (8,2%).

Quadro 8 – Evolução da Estrutura Etária da População Residente (%)

Unidade Territorial	2001				2011				2021			
	0-14	15-24	25-64	65 ou +	0-14	15-24	25-64	65 ou +	0-14	15-24	25-64	65 ou +
FR: Carregueira	13,9	12,3	51,5	22,3	12,7	9,0	53,0	25,3	9,4	9,9	47,8	32,9
FR: Ulme	12,2	12,7	51,2	23,9	9,9	10,1	51,8	28,2	10,9	7,1	50,3	31,7
FR: Chamusca e Pinheiro Grande	12,8	13,8	52,4	21,0	12,6	9,6	53,0	24,7	12,0	8,9	50,1	29,1
FR: Parreira e Chouto	11,3	12,9	51,8	24,0	10,9	8,6	51,9	28,6	10,9	8,4	49,4	31,3
FR: Vale de Cavalos	10,8	10,9	49,5	28,7	8,4	8,7	48,6	34,2	8,2	7,0	45,1	39,7
CC: Chamusca	12,5	12,9	51,6	23,0	11,6	9,3	52,2	26,8	10,8	8,6	49,1	31,5
Lezíria do Tejo	14,1	13,1	53,0	19,8	14,7	9,6	53,7	22,0	12,9	10,3	51,0	25,8
Continente	15,8	14,2	53,5	16,5	14,8	10,7	55,2	19,3	12,8	10,5	53,0	23,7

Fonte: INE (Recenseamentos da População, 2001, 2011 e 2021)

Em consequência deste aumento do peso da população idosa em relação à jovem vai assistir-se a um progressivo incremento do índice de envelhecimento que, no Concelho da Chamusca, passou de 183,7%, em 2001, para 230,6%, em 2011, e para 291,9%, em 2021, valor substancialmente acima das médias sub-regional e nacional.

O índice de envelhecimento apresenta-se bastante elevado entre as três freguesias e duas uniões de freguesia que compõem o Concelho da Chamusca, mas particularmente gritante nas Freguesias de Vale de Cavalos e Carregueira. O rápido envelhecimento populacional levou a que o índice de dependência dos idosos aumentasse nos últimos 20 anos.

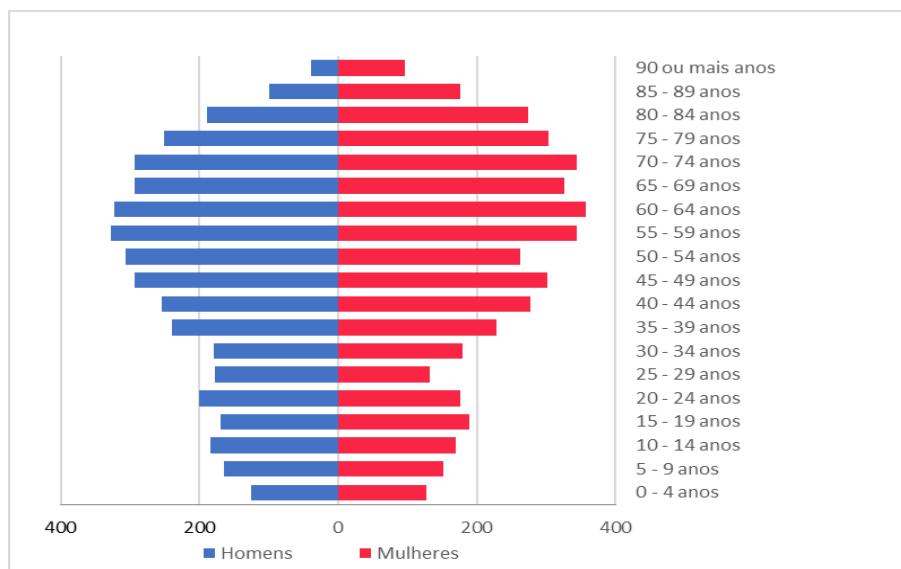
Quadro 9 – Evolução dos índices demográficos (%)

Unidade Territorial	2001				2011				2021			
	I.E.	I.D.T.	I.D.J.	I.D.I.	I.E.	I.D.T.	I.D.J.	I.D.I.	I.E.	I.D.T.	I.D.J.	I.D.I.
Carregueira	160,0	56,9	21,9	35,0	199,2	61,5	20,5	40,9	348,8	73,3	16,3	57,0
Ulme	196,2	56,5	19,1	37,4	283,5	61,6	16,1	45,6	290,8	74,2	19,0	55,2
UF Chamusca e P. Grande	164,9	51,1	19,3	31,8	195,6	59,6	20,2	39,4	243,5	69,7	20,3	49,4
UF Parreira e Chouto	211,7	54,7	17,5	37,1	262,0	65,4	18,1	47,3	288,3	72,9	18,8	54,1
Vale de Cavalos	265,4	65,5	17,9	47,6	405,7	74,3	14,7	59,6	482,1	92,0	15,8	76,2
CC: Chamusca	183,7	54,9	19,4	35,6	230,6	62,5	18,9	43,6	291,9	73,3	18,7	54,6
Lezíria do Tejo	139,8	51,3	21,4	29,9	150,4	58,0	23,2	34,8	199,6	63,0	21,1	42,0
Continente	104,5	47,7	23,3	24,4	130,6	51,6	22,4	29,2	184,6	57,5	20,2	37,3

I.E. – Índice Envelhecimento; I.D.T.– Índice Dependência Total; I.D.J.– Índice Dependência Jovens; I.D.I. – Índice Dependência Idosos
Fonte: INE (Recenseamentos da População, 2001, 2011, 2021)

O envelhecimento demográfico é particularmente evidente quando se observa a Pirâmide Etária concelhia no ano de 2021. Com efeito, é notório o fenómeno de duplo envelhecimento, quer na base (devido à quebra da taxa de natalidade) quer no topo da pirâmide (devido ao aumento da proporção de idosos, reflexo, em parte, do aumento da esperança média de vida).

Figura 9 – Pirâmide etária do Concelho da Chamusca, 2021



Fonte: INE (Recenseamento da População, 2021)

2.3. Base económica e social

2.3.1. Níveis de instrução e qualificação

Nas sociedades contemporâneas os níveis de instrução e qualificação dos recursos humanos constituem uma das dimensões mais relevantes, contribuindo para uma maior coesão social e uma maior competitividade da base económica.

Ainda que subsistam carências consideráveis neste domínio em Portugal, têm vindo a registar-se progressos consideráveis. Na Chamusca a taxa de analfabetismo continuou o seu decréscimo acentuado, tal como na Lezíria do Tejo e em Portugal. Ainda assim, a taxa de analfabetismo verificada em 2021 (6,4%) permanece superior à média sub-regional (4,3%) e nacional (3,0%).

Quadro 10 – Evolução da taxa de analfabetismo (%)

Unidade Territorial	2001	2011	2021
CC: Chamusca	15,9	9,5	6,4
Lezíria do Tejo	13,0	7,5	4,3
Continente	8,9	5,2	3,0

Fonte: INE (Recenseamentos da População, 2001, 2011 e 2021)

De resto, é ainda muito significativa a percentagem de população residente com níveis de instrução iguais ou inferiores ao ensino básico (cerca de 72%), sendo ainda pouco significativa a percentagem de população residente com o ensino superior: cerca de 9%, valor inferior à Lezíria do Tejo e ao Continente.

Quadro 11 – Níveis de instrução da população residente em 2021 (%)

Unidade Territorial	Nenhum	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Ensino Secundário	Ensino Pós-Secundário	Ensino Superior
CC: Chamusca	10,1	32,4	10,9	18,1	18,3	0,7	9,4
Lezíria do Tejo	7,3	24,0	9,8	19,2	23,5	1,2	15,1
Continente	5,8	22,2	9,4	17,8	23,6	1,1	20,0

Fonte: INE (Recenseamento da População, 2021)

2.3.2. Níveis de atividade e de emprego

Durante a primeira década do séc. XXI a taxa de atividade no Concelho da Chamusca diminuiu cerca de dois pontos percentuais (de 46,5%, em 2001, para 44,2%, em 2011), consequência, fundamentalmente, do processo de envelhecimento demográfico. Em 2021 atingiu um valor ainda mais baixo (42,4%).

Já no que se refere à taxa de desemprego, que observou um incremento em todas as unidades territoriais, no período 2001/2011, consequência do período de crise económica do início do século. O Concelho não foi tão atingido pela subida do desemprego como outros Municípios da Lezíria do Tejo. No último período intercensitário, a taxa de desemprego baixou significativamente, para os 5,8%, constituindo um dos valores mais baixos da Lezíria do Tejo, o que poderá ser explicado pelo facto de parte significativa da população estar empregada no setor primário, um dos setores menos afetados pela pandemia COVID-19, no que se refere a interrupções na atividade.

Quadro 12 – Evolução das taxas de atividade e desemprego (%)

Unidade territorial	Taxa de atividade			Taxa de desemprego		
	2001	2011	2021	2001	2011	2021
CC: Chamusca	46,5	44,2	42,4	10,3	11,6	5,8
Lezíria do Tejo	48,1	46,6	44,7	8,1	12,7	6,8
Continente	48,4	47,6	46,6	6,9	13,2	8,1

Fonte: INE (Recenseamentos da População, 2000, 2011 e 2021)

Em valores absolutos não se evidenciaram alterações significativas no número de desempregados no Concelho, entre 2001 e 2011. No entanto, no último período intercensitário, o número de desempregados baixou significativamente, sendo de 211 indivíduos.

Do mesmo modo, não se registaram alterações relevantes na estrutura do desemprego, continuando a ser dominante o número de desempregados à procura de novo emprego; na maioria trata-se de ativos com poucas qualificações e de difícil integração nos outros setores, saídos da atividade agrícola.

Quadro 13 – Evolução da população desempregada

Unidade Territorial	Total			Procura do 1º emprego (%)			Procura de novo emprego (%)		
	2001	2011	2021	2001	2011	2021	2001	2011	2021
CC: Chamusca	548	520	211	12,2	11,7	6,2	87,8	88,3	93,8
Lezíria do Tejo	9.418	14.571	7.218	15,7	14,2	8,0	84,3	85,8	92,0
Continente	327.404	630.711	369.937	21,0	18,2	9,9	79,0	81,8	90,1

Fonte: INE (Recenseamentos da População, 200, 2011 e 2021)

Nos últimos anos, alterou-se profundamente a estrutura do emprego nacional, regional e local. Efetivamente acelerou-se o processo de terciarização, também no Concelho da Chamusca, tendo aumentado o peso do sector de serviços. Com efeito, o peso do setor terciário aumentou de 48%, em 2001, para 56%, em 2011, e para 57,2%, em 2021. Ainda assim, o setor primário ainda desempenha um papel relevante na base económica concelhia (14,6%), sendo, depois de Coruche, o Município com maior peso deste setor na sub-região da Lezíria do Tejo.

Quadro 14 – Evolução da estrutura da população ativa (%)

Unidade Territorial	2011					2021				
	Primário	Secundário	Terciário			Primário	Secundário	Terciário		
			Total	Social	Económico			Total	Social	Económico
Carregueira	7,7	36,9	55,4	21,6	33,8	6,5	35,0	58,5	24,9	33,6
Ulme	28,7	32,1	39,2	15,3	23,9	25,7	30,7	43,6	17,6	25,9
UF Chamusca e Pinheiro Grande	8,6	21,4	70,0	35,9	34,1	8,4	25,5	66,1	33,3	32,8
UF Parreira e Chouto	41,4	24,6	34,1	11,8	22,3	35,5	25,0	39,5	17,8	21,7

Unidade Territorial	2011					2021				
	Primário	Secundário	Terciário			Primário	Secundário	Terciário		
			Total	Social	Económico			Total	Social	Económico
Vale de Cavalos	18,2	28,0	53,8	19,9	33,8	12,1	29,3	58,6	27,2	31,4
CC: Chamusca	17,0	26,8	56,3	25,4	30,9	14,6	28,2	57,2	26,9	30,3
Lezíria do Tejo	7,3	24,2	68,5	26,7	41,9	7,6	22,6	69,9	28,4	41,5
Continente	2,9	26,9	70,2	28,4	41,8	2,8	25,2	71,9	29,5	42,4

Fonte: INE (Recenseamentos da População, 2011 e 2021)

Contudo, uma análise mais fina permite concluir que nem todas as freguesias do Concelho se comportam da mesma maneira. O peso do terciário é mais evidente na freguesia sede de Concelho (66,1%). As freguesias do interior mais afastadas da sede concelhia (Ulme e, particularmente a UF da Parreira e do Chouto) são, conjuntamente, as menos terciarizadas e aquelas onde o peso do sector primário é mais evidente; a importância do ramo florestal e da pecuária extensiva nestas freguesias terá um contributo decisivo para estes valores.

2.3.3. Grupos sociais carenciados e em situação de risco

A Lezíria do Tejo, perdeu aproximadamente 11 mil habitantes face a 2011, apresentando uma população total de 235.861 habitantes, em 2021. Na Chamusca, deu-se uma evolução análoga, tendo sido recenseados menos 1.590 residentes que dez anos antes, decrescendo para 8.530 habitantes, - 15,7% de população residente. Este foi o decréscimo populacional mais significativo de toda a Lezíria. A perda de população tem consequências na evolução do número de beneficiários de apoios sociais, que teve uma trajetória decrescente nos últimos anos.

Os pensionistas da segurança social constituem o principal grupo-alvo de apoios sociais, mas há outros que, embora em menor número, necessitam de apoio financeiro para assegurar condições básicas de vida.

Em 2020, residiam na Chamusca 3.634 pensionistas da segurança social, o que equivale a 4,7% do total regional e a 40,1% da população do Concelho. No mesmo ano, os beneficiários de abono de família para crianças e jovens, eram 949, o subsídio de desemprego chegava a 382 indivíduos, enquanto o Rendimento Social de Inserção era recebido por 125 pessoas. A prestação social para a inclusão, para pessoas com deficiência/incapacidade, foi atribuída a 133 pessoas.

Quadro 15 – Pensionistas da segurança social em 31 dezembro (N.º), por tipo de pensão, 2014 e 2020

Unidade Territorial	Unidade	2014				2020			
		Total	Invalidez	Velhice	Sobrevivência	Total	Invalidez	Velhice	Sobrevivência
Chamusca	n.º	4.098	424	2.651	1.023	3.634	333	2.373	928
	%	100	10,3	64,7	25,0	100	9,2	65,3	25,5
Lezíria do Tejo	n.º	79.265	7.478	52.106	19.681	77.512	6.524	51.658	19.330
	%	100	9,4	65,7	24,8	100	8,4	66,6	24,9
Continente	n.º	2.783.908	237.313	1.881.190	665.405	2.753.610	159.322	1.932.166	662.122
	%	100	8,5	67,6	23,9	100	5,8	70,2	24,0

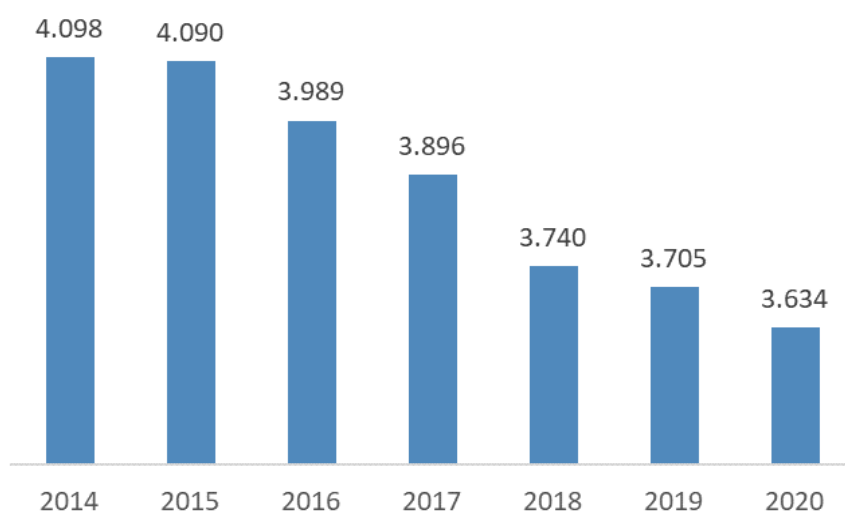
Unidade Territorial	Unidade	2014				2020			
		Total	Invalidez	Velhice	Sobrevivência	Total	Invalidez	Velhice	Sobrevivência
Portugal	n.º	2.900.792	254.161	1.947.286	699.345	2.869.492	172.836	2.001.710	694.946
	%	100	8,8	67,1	24,1	100	6,0	69,8	24,2

Fonte: INE

Considerando o período 2014-2020, o número de pensionistas da segurança social diminuiu em todas as tipologias (invalidez, velhice, sobrevivência), a par do decréscimo da população residente. Estes abrangem essencialmente a população idosa, dependente das transferências da Segurança Social, grupo etário cada vez mais representativo, fruto do aumento da esperança média de vida e da diminuição da mortalidade.

A exigência e as carências em apoios sociais e financeiros são cada vez maiores, com o envelhecimento populacional e as alterações na estrutura familiar tradicional.

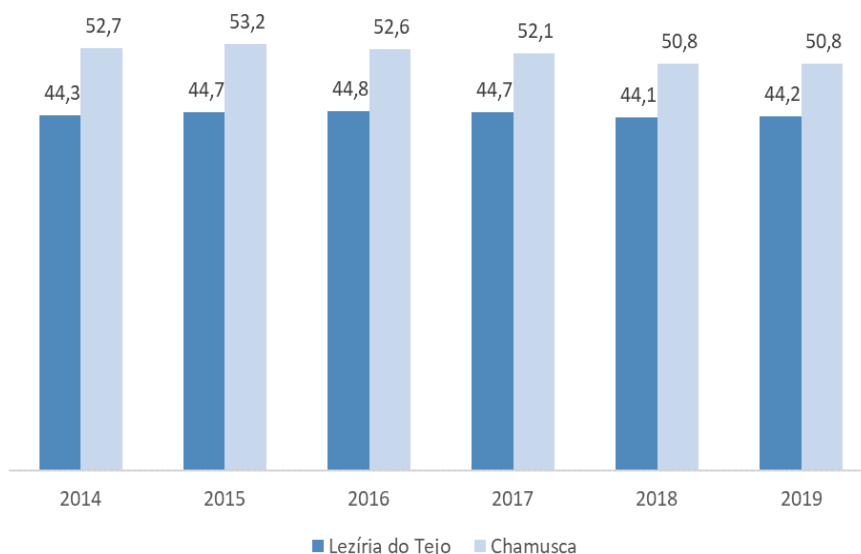
Figura 10 – Total de pensionistas da segurança social em 31 dezembro (N.º), 2014-2020, Chamusca



Fonte: INE

Entre os pensionistas, a idade constitui o principal motivo para apoio financeiro, as pensões de velhice representam cerca de 65,3% do total de pensões atribuídas na Chamusca, seguidas das pensões de sobrevivência, com cerca de 25,5% desta fatia que constituem um meio de compensar a perda de rendimentos por motivo de falecimento. Os valores registados no Concelho, no que respeita às pensões de velhice são semelhantes à média da Lezíria do Tejo e situam-se ligeiramente abaixo da média nacional. O número de pensionistas da Segurança Social tem vindo a diminuir no Concelho, situando-se abaixo dos 4000 em 2016.

Figura 11 – Pensões da Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações no total da população residente com 15 e mais anos (%), Lezíria do Tejo e Chamusca



Fonte: PORDATA

Se para além dos pensionistas da Segurança Social considerarmos também os pensionistas da Caixa Geral de Aposentações, este grupo representa 50,8% da população residente com idade igual ou superior a 15 anos, em 2019, o que revela uma elevada percentagem da população dependente destes apoios financeiros.

O montante de pensões pagas pela Segurança Social no Concelho da Chamusca manteve-se acima dos 18 milhões de Euros no período considerado.

Quadro 16 – Pensões da segurança social (milhares de €), por Local de residência, 2014-2020

Unidade Territorial	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Chamusca	18.380	18.621	18.475	18.334	18.071	18.503	18.606
Lezíria do Tejo	383.206	389.310	398.280	403.869	411.828	430.466	440.728
Continente	14.585.462	14.790.108	15.149.426	15.410.489	15.711.720	16.418.803	16.854.138
Portugal	15.118.219	15.330.973	15.712.185	15.989.923	16.292.968	17.021.937	17.477.556

Fonte: INE

Quadro 17 – Pensões da segurança social (milhares de €), por tipo de pensão, 2014 e 2020

Unidade Territorial	2014				2020			
	Total	Invalidez	Velhice	Sobrevivência	Total	Invalidez	Velhice	Sobrevivência
Chamusca	18.380	1.997	13.610	2.773	18.606	1.841	13.866	2.900
Lezíria do Tejo	383.206	37.370	289.452	56.384	440.728	39.123	336.366	65.238
Continente	14.585.462	1.148.922	11.358.048	2.078.492	16.854.138	920.905	13.494.715	2.438.518
Portugal	15.118.219	1.234.836	11.708.832	2.174.550	17.477.556	1.003.224	13.928.526	2.545.806

Fonte: INE

Aumentou significativamente o valor médio das pensões pagas pela Segurança Social, cuja média anual passou de cerca de 4.299 € no ano de 2014, para 4.814€, em 2020. Este aumento, contrário ao da evolução dos pensionistas, dever-se-á às atualizações ao valor das pensões.

Este valor coloca a Chamusca significativamente abaixo da média nacional e do valor médio anual de pensão obtido para a Lezíria do Tejo, que é de 5.401€ por pensionista.

Quadro 18 – Valor médio das pensões da segurança social (€/ N.º), 2014-2020

Unidade Territorial	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Chamusca	4.299	4.351	4.432	4.469	4.531	4.732	4.814
Lezíria do Tejo	4.618	4.677	4.791	4.887	5.031	5.263	5.401
Continente	5.027	5.079	5.207	5.310	5.465	5.713	5.840
Portugal	4.998	5.052	5.182	5.283	5.436	5.684	5.811

Fonte: INE

Quadro 19 – Valor médio anual das pensões da segurança social (€/ N.º), por tipo de pensão, 2014 e 2020

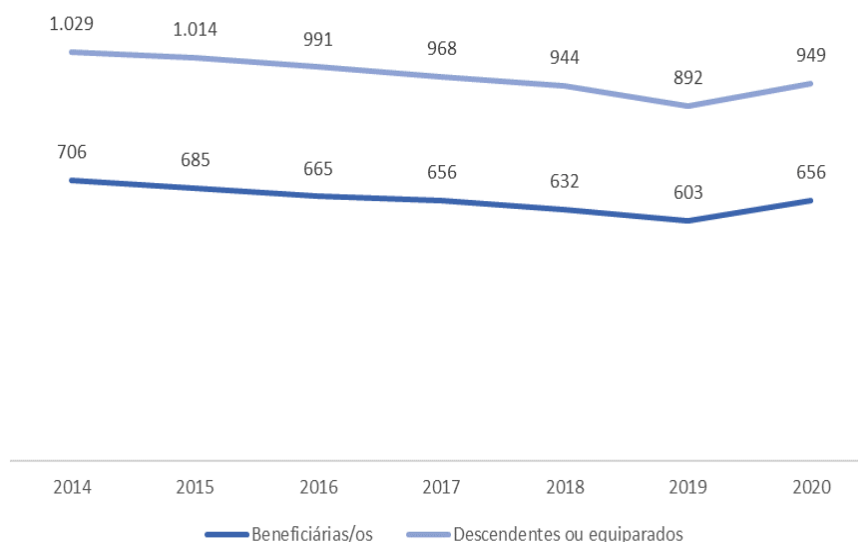
Unidade Territorial	2014				2020			
	Total	Invalidez	Velhice	Sobrevivência	Total	Invalidez	Velhice	Sobrevivência
Chamusca	4.299	4.633	4.915	2.580	4.814	5.366	5.513	2.880
Lezíria do Tejo	4.618	4.897	5.317	2.697	5.401	5.854	6.211	3.144
Continente	5.027	4.717	5.813	2.951	5.840	5.594	6.698	3.451
Portugal	4.998	4.732	5.787	2.937	5.811	5.617	6.672	3.433

Fonte: INE

A pensão de velhice, era a que tinha em 2020, no Concelho, o valor médio anual processado mais elevado (mais de 5.513€). A pensão de invalidez tinha um montante médio anual próximo daquele. A pensão de sobrevivência era substancialmente mais reduzida (2.880€). Os valores referidos eram geralmente inferiores aos encontrados na região e no país.

No que respeita às prestações familiares, a evolução do abono de família diminuiu entre 2014 e 2019. Em 2020, houve uma inversão desta tendência, chegando a 949 crianças e jovens, com um valor total atribuído de 598 milhares de euros, em 2020.

Figura 12 – Abono de família para crianças e jovens da segurança social (N.º), Concelho de Chamusca



Fonte: INE

Noutra vertente, a população portadora de deficiência é um grupo particularmente vulnerável, cuja condição está associada a outras problemáticas como doença, dificuldades de integração profissional, desemprego, acessibilidade, entre outras.

Em 2001, estavam recenseados na Chamusca cerca de 758 cidadãos com deficiência, de vários tipos e graus de deficiência, cerca de 7% da população registava algum tipo de deficiência.

A maioria dos deficientes com mais de 15 anos pertencia ao grupo de deficientes motores que eram cerca de 27% do total, a deficiência mental ultrapassava os 10% no Concelho. Considerando o mesmo grupo etário, dos cerca de 758 deficientes, cerca de um quinto estava integrado no mercado de trabalho, mas os restantes dependiam de outras fontes de rendimento.¹

A taxa de deficiência da população residente na Chamusca, era mais elevada que a da Lezíria do Tejo (6,5% e 6,2% respetivamente), segundo o Censo de 2001.

O recenseamento de 2011 não permite estabelecer uma comparação com o de 2001, não tendo sido recolhida informação específica semelhante sobre os cidadãos com deficiência. Em 2011, o recenseamento permite concluir que 24,46% da população da Chamusca, um total de 2.384 pessoas, apresentavam pelo menos uma dificuldade², valor situado acima do total nacional (17,79%).

Quadro 20 – População residente com dificuldades, tipo de dificuldade, grau de dificuldade, 2011, em Chamusca

Grau de dificuldade	Ver	Ouvir	Andar ou subir degraus	Memória ou concentração	Tomar banho ou vestir-se sozinho	Compreender os outros ou fazer-se compreender
Não consegue efetuar a ação	26	27	120	89	185	79
Tem muita dificuldade em efetuar a ação	1.286	633	1.282	654	387	396

Fonte: INE

A prestação social para a inclusão³, um apoio específico para os cidadãos com deficiência/incapacidade igual ou superior a 60%, foi atribuída a 133 indivíduos no Concelho, em 2020, o que representou um aumento face a 2019 (129).

Quadro 21 – Beneficiárias/os da prestação social para a inclusão da segurança social (N.º), 2019 e 2020

Unidade Territorial	2019	2020
Chamusca	129	133
Lezíria do Tejo	2.549	2.748
Continente	99.911	107.578
Portugal	106.567	114.726

Fonte: INE

¹ Carta Social da Chamusca, 2010

² Graus de dificuldade: em ver, em ouvir, em andar ou subir degraus, de memória ou concentração, em tomar banho ou vestir-se sozinho, de compreensão ou entendimento

³ A Prestação Social para a Inclusão tem como objetivo promover a proteção familiar, a autonomia e a inclusão social das pessoas com deficiência, assim como combater situações de pobreza das pessoas com deficiência ou da sua família.

As dificuldades de integração profissional, social, ou no sistema de ensino tornam a população imigrante um grupo particularmente desprotegido. Em 2001 eram apenas 54 os imigrantes residentes no Concelho da Chamusca, valor correspondente a 2% dos imigrantes na NUT III, e que no contexto da população concelhia representavam apenas 0,5%, abaixo da Lezíria do Tejo e do valor para Portugal. Em 2011, essa percentagem aumentava para 0,95%, e em 2021, para 1,88%.

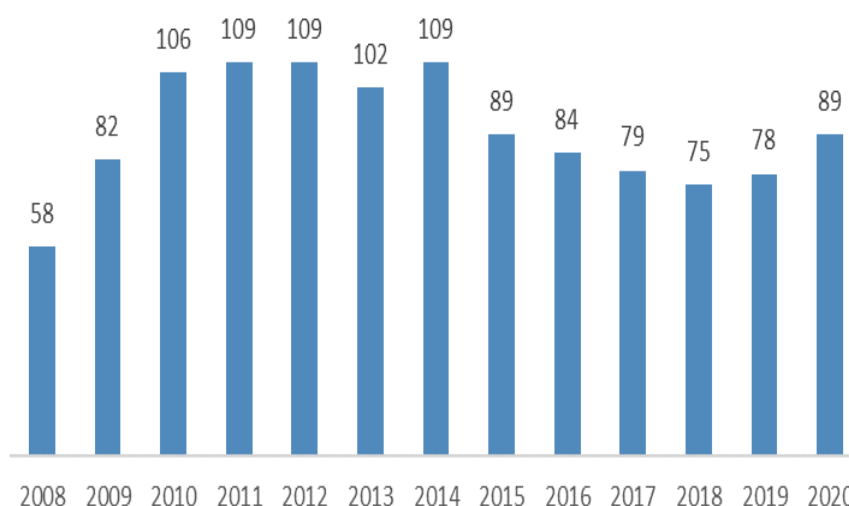
Quadro 22 – Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira (%), 2001, 2011 e 2021

Unidade Territorial	2001	2011	2021
Chamusca	0,48	0,95	1,88
Lezíria do Tejo	1,27	3,54	4,62
Continente	2,29	3,84	5,40
Portugal	2,24	3,73	5,24

Fonte: INE

O número de imigrantes sofreu um aumento, situando-se acima dos 100 residentes entre 2010 e 2014, atingindo os 109 residentes. Atualmente a residir no Concelho estão 89 cidadãos estrangeiros, com autorização/ cartão de residência, ou visto de longa duração.

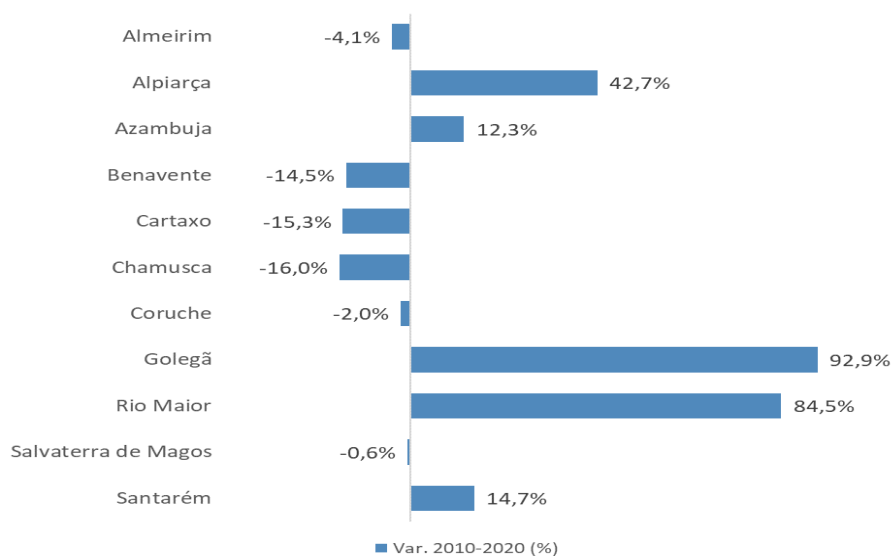
Figura 13 – População estrangeira residente no Concelho de Chamusca, 2008-2020



Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras – SEFSTAT

No contexto da Lezíria do Tejo, e considerando dois momentos, 2010 e 2020, o quantitativo de residentes estrangeiros na Chamusca não sofreu grandes alterações (-16%), tendo perdido 17 residentes de nacionalidade estrangeira.

Figura 14 – População estrangeira residente, variação 2010/2020 (%)



Fonte: INE

Muito dependente da evolução socioeconómica, parte da população ativa sofre de importantes problemas sociais de pobreza e exclusão social. O trabalho precário e pouco qualificado, os baixos salários, o desemprego, associados a menores níveis de instrução e a determinadas tipologias de famílias de maior dimensão, tornam esta população dependente de ajudas e apoios sociais, como o Rendimento Social de Inserção (RSI) ou o subsídio de desemprego. Como exemplo, o ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem na Chamusca, que se situam aquém dos valores médios regionais e nacionais, no geral, mas também no que respeita ao grupo de profissionais não qualificados, aqueles com remuneração mais baixa.

Quadro 23 – Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e profissionais não qualificados, 2014-2019

Unidade Territorial	Total						Profissionais não qualificados					
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Chamusca	876,0	876,6	878,3	928,3	948,7	976,0	618,3	637,8	656,5	719,5	731,9	732,9
Lezíria do Tejo	966,2	977,9	976,7	989,3	1.016,0	1.037,3	645,4	655,2	677,3	710,9	742,4	754,6
Continente	1.093,2	1.096,7	1.107,9	1.133,3	1.170,3	1.209,9	666,2	671,2	687,0	717,5	746,1	769,4
Portugal	1.090,6	1.094,1	1.105,6	1.130,8	1.166,9	1.206,3	667,5	672,4	688,5	718,6	746,8	770,5

Fonte: PORDATA

A criação do Rendimento Mínimo Garantido (RMG) em 1996, e do Rendimento Social de Inserção (RSI), que o substituiu em 2003, visou o combate à pobreza e à exclusão social, apoiando assim a população mais desprotegida.

O balanço⁴ nacional realizado pelos 25 anos das medidas RMG/RSI, conclui que o número mais elevado de beneficiários foi registado em 2010, ano a partir do qual, o número de cessações deste apoio ultrapassou o número de entradas. Contrariamente ao acontecido no quinquénio anterior, a partir de 2020 e até maio de 2021, o número de beneficiários que entraram pela primeira vez na medida (55%) é superior ao dos que regressam à mesma (45 %). Outra conclusão importante é que a grande maioria dos beneficiários do RSI (96 % em 2021) não dispunha de rendimentos do trabalho, sendo que a

⁴ RSI, 25 anos - Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, 2021

população beneficiária em idade ativa era inferior a 2/3. Estimativas referem que 16 % da população em situação de pobreza ou 45% da população em situação de pobreza extrema era abrangida pelo RSI, em 2019.

Na Chamusca, o número de beneficiários do RSI, que atingiu perto de 100 beneficiários entre 2016 e 2017, tende a partir daí para o decréscimo, ficando-se pelos 125 beneficiários no ano de 2020, o que equivale a cerca de 1,5% da população residente, com idade igual ou superior a 15 anos.

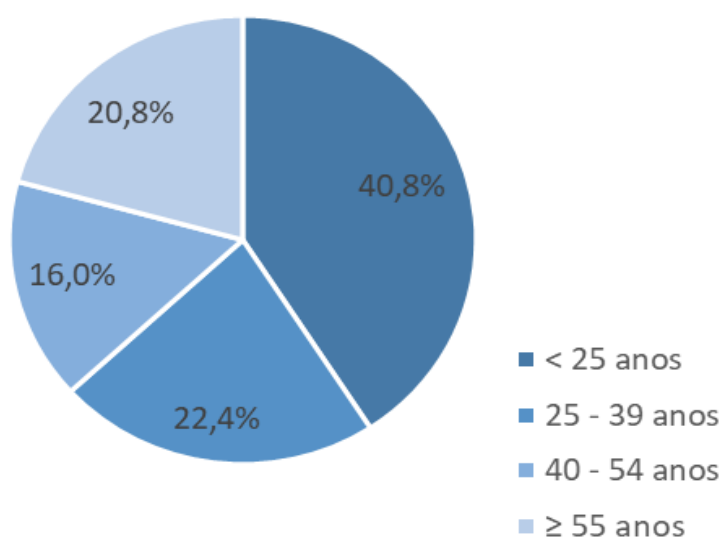
Quadro 24 – Beneficiários do Rendimento Social de Inserção (n.º e % da população residente com 15 ou mais anos), 2014-2020

Unidade Territorial	2014		2015		2016		2017		2018		2019		2020	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Chamusca	178	2,0	148	1,7	192	2,3	193	2,3	172	2,1	155	1,9	125	1,5
Lezíria do Tejo	5.715	2,7	5.299	2,5	5.303	2,5	5.044	2,4	4.918	2,4	4.622	2,2	4.408	2,1
Continente	288.961	3,4	264.991	3,1	257.261	3,0	258.194	3,1	252.859	3,0	239.341	2,8	232.117	2,7
Portugal	320.811	3,6	295.704	3,3	287.534	3,2	288.194	3,2	282.288	3,2	267.403	3,0	257.939	2,9

Fonte INE (n.º), PORDATA (% da população residente)

Os principais beneficiários deste apoio social têm menos de 25 anos (41%), em 2020, com uma distribuição equitativa pelos dois sexos.

Figura 15 – Beneficiárias/os do rendimento social de inserção, da segurança social (N.º) por grupo etário, em Chamusca, 2020 (%)



Fonte: INE

De acordo com os dados mais recentes do INE, em 2021, os beneficiárias/os do rendimento social de inserção, da segurança social por 1.000 habitantes em idade ativa situavam-se no Concelho em 15,65‰ e portanto, abaixo da média da Lezíria do Tejo (21,37‰), da NUTS II Alentejo (30,29‰) e até mesmo do país (29,44‰).

Em 2007, eram 731 os beneficiários de subsídio de desemprego no Município de Chamusca, que no seu conjunto recebiam um total de 1.739 mil euros de apoio financeiro. O número de beneficiários que estava numa trajetória decrescente no último quinquénio, aumenta de 2019 para 2020, situando-

se em 846 beneficiários, que recebem apoios no valor de 846 mil euros, que se traduz num valor médio anual de 2.213€.

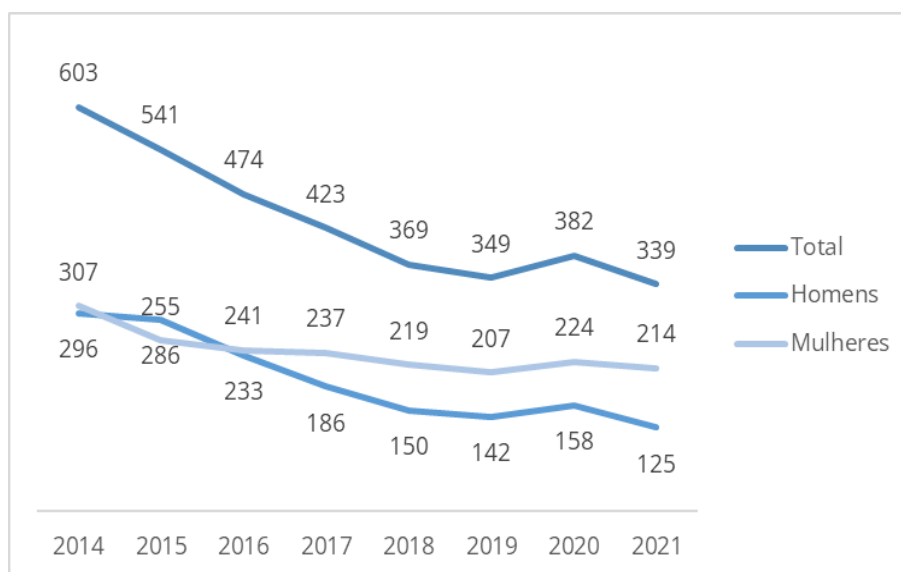
Quadro 25 – Valor processado de subsídios de desemprego da segurança social (milhares €), 2014-2020

Unidade territorial	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Chamusca	1.648	1.369	1.025	905	823	770	846
Lezíria do Tejo	47.206	38.258	32.736	28.234	25.986	23.745	28.301
Continente	1.876.629	1.508.437	1.267.490	1.076.909	1.015.677	991.332	1.301.346
Portugal	1.978.733	1.594.416	1.345.095	1.146.817	1.083.993	1.051.759	1.366.508

Fonte: INE

Em 2011, a taxa de desemprego na Chamusca era de 11,62%, sendo inferior à taxa regional (12,65%) e nacional (13,18%). Em 2021, os censos apontam para uma taxa de desemprego bastante inferior, 5,84% (6,84% na Lezíria do Tejo). Os beneficiários do subsídio de desemprego aumentaram entre 2019 e 2020, o que estará relacionado com o efeito da pandemia Covid-19, decrescendo em 2021.

Figura 16 –Beneficiárias/os de subsídios de desemprego, da segurança social (N.º), por sexo, em Chamusca, 2014-2021



Fonte: INE

Como já foi assinalado anteriormente, no Concelho o número de desempregados masculinos beneficiários de subsídio de desemprego (37%) é inferior aos beneficiários do sexo feminino (63%), em 2021. Outro dado relevante é a diminuição do número de novas/os beneficiárias/o deste subsídio, que foi de 123, em 2021, e de 166, em 2019. O ano de 2020 revela-se atípico com 181 novos desempregados.

Analisando a estrutura etária dos beneficiários do subsídio de desemprego no Concelho verificamos que 29% dos beneficiários, em 2021, têm entre os 25 e os 29 anos, o maior contingente.

Quadro 26 – Beneficiárias/os de subsídios de desemprego, da segurança social (N.º), por Grupo etário, 2021

Unidade territorial	Total	Menos de 25 anos	25 - 29 anos	30 - 39 anos	40 - 49 anos	50 - 54 anos	55 e mais anos
Chamusca	339	21	98	28	84	79	29
Lezíria do Tejo	9.456	585	2.249	1.037	2.160	2.400	1.025
Continente	391.251	24.158	89.064	46.793	94.851	96.211	40.174
Portugal	411.031	25.407	93.159	49.387	99.712	100.900	42.466

Fonte: INE

Segundo informação do GEEP do MTSS, desde 15 de janeiro de 2021, houve 980 empresas com pedidos de *Layoff* Simplificado na Lezíria do Tejo, que envolvem 5.458 trabalhadores⁵, algumas destas empresas poderão não conseguir recuperar após a crise económica o que agravará significativamente o desemprego na região.

A pandemia COVID 19 teve efeitos diretos na economia nacional e regional ainda não mensurados e veio agudizar situações de carência económica. No mercado de trabalho, estes são visíveis, nomeadamente, nas medidas e apoios sociais destinados às empresas, trabalhadores e famílias, neste contexto e que inverteram as tendências que se faziam sentir até 2020.

⁵ A informação respeita aos trabalhadores das empresas que entregaram documento, não necessariamente ao número total de trabalhadores efetivamente com apoio.

(página propositadamente deixada em branco)

3. Caracterização das entidades gestoras dos equipamentos sociais

Por entidade consideram-se todos os proprietários e/ou responsáveis pela gestão de um ou mais equipamentos sociais, onde se desenvolvem os serviços e as respostas sociais, bem como os proprietários e/ou responsáveis pela gestão dos serviços e respostas sociais que funcionam desprovidas de equipamento.

Num quadro de caracterização da oferta de equipamentos e respostas sociais num determinado território, importa primeiramente conhecer algumas das características primordiais das entidades proprietárias e gestoras dos equipamentos sociais.

Nos últimos anos tem-se observado uma crescente diversificação das entidades proprietárias e gestoras dos equipamentos e respostas sociais, uma transformação que procura acompanhar a crescente heterogeneidade das problemáticas e dos desafios que emergem na sociedade e para os quais há necessidades de continuidade de respostas tradicionais, mas também de abordagens inovadoras e disruptivas, como forma de atender a todas as necessidades. Conhecer o perfil das entidades gestoras constitui-se, portanto, crucial no âmbito de uma Carta Social municipal, na medida em que estes configuram os agentes de intervenção direta no domínio social.

3.1. Perfil das entidades

Tendo por base os resultados dos inquéritos aplicados no âmbito do presente trabalho, identificaram-se 13 entidades proprietárias/gestoras de equipamentos e respostas sociais em funcionamento no Concelho da Chamusca, tendo a totalidade destas entidades respondido ao inquérito realizado.

Mais especificamente, trata-se das seguintes entidades:

- › Aconchego – Centro de Apoio Social
- › Associação Amigos Ludoteca
- › Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV)
- › Câmara Municipal da Chamusca
- › Centro de Acolhimento Social do Chouto
- › Centro de Apoio Social da Carregueira
- › Centro de Apoio Social da Parreira
- › Centro de Apoio Social de Ulme-Casulme
- › Junta de Freguesia de Carregueira
- › Junta de Freguesia da Chamusca e Pinheiro Grande
- › Junta de Freguesia de Vale de Cavalos
- › Junta de Freguesia de Parreira e Chouto
- › Junta de Freguesia de Ulme

› Santa Casa da Misericórdia da Chamusca

Uma desagregação da natureza jurídica da entidade gestora/proprietária dos equipamentos sociais indica existirem exclusivamente Entidades Sem Fins Lucrativos (SFL) no Concelho da Chamusca. Todavia, estas apresentam-se heterogéneas, uma vez que 8 entidades são privadas, identificando-se primordialmente Associações de Solidariedade Social (7) e 1 Irmandade da Misericórdia / Santa Casa da Misericórdia. A destacar ainda a Administração Local, designadamente, a Câmara Municipal da Chamusca e quatro das suas cinco Juntas de Freguesia, a saber: União de Freguesias da Chamusca e Pinheiro Grande, Junta de Freguesia de Vale de Cavalos, União de Freguesias de Parreira e Chouto e Junta de Freguesia de Ulme.

A oferta social no Município da Chamusca apresenta assim a peculiaridade de se encontrar desprovida de intervenção de entidades gestoras de equipamentos sociais Com Fins Lucrativos (CFL)

3.2. Âmbito de intervenção

As entidades recenseadas, muito embora desenvolvendo a sua intervenção no Concelho da Chamusca, apresentam âmbitos de intervenção geográficos diversos, tendo sido identificadas três tipologias de âmbitos de intervenção. Importa, desde logo, notar que a maioria das entidades tem o seu âmbito de intervenção circunscrito ao Concelho (11 entidades), com apenas 2 entidades a registarem outros âmbitos geográficos de intervenção, designadamente, uma de âmbito nacional e outra de âmbito regional.

Este padrão decorre do facto de se tratar primordialmente de entidades cuja oferta se apresenta substancialmente orientada para assegurar uma resposta às necessidades do dia-a-dia das populações que vivem ou trabalham no Concelho, salvaguardando assim a existência de respostas de proximidade que possibilitam melhorar a qualidade de vida das populações.

Quadro 27 – Âmbito geográfico da intervenção da entidade, segundo a tipologia da entidade, em 2021 (N.º)

Âmbito Geográfico	Tipologia da Entidade		
	Lucrativa	Não Lucrativa	Total
Nacional	0	1	1
Regional	0	1	1
Concelhio/Local	0	11	11
Total	0	13	13

Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

Verificam-se, no entanto, dissemelhanças no âmbito de intervenção da entidade, considerando os domínios de intervenção, podendo agrupar-se em dois grupos, designadamente:

- › nos domínios de intervenção da Infância e Juventude e das Pessoas Idosas, as entidades que intervêm são primordialmente de âmbito concelhio/local, orientadas a proporcionar respostas inseridas nos territórios do quotidiano dos seus utentes. Identifica-se apenas uma entidade, com intervenção no domínio das Pessoas Idosas, que regista um âmbito de intervenção geográfico regional.
- › no que concerne ao domínio de intervenção das Pessoas Vítimas de Violência intervêm apenas uma entidade com âmbito de intervenção nacional, situação que decorre, da rarefação de entidades com intervenção nestes domínios, menos convencionais no âmbito da intervenção

social e cuja expressão tem vindo a consolidar-se paulatinamente no decurso das últimas décadas, mas igualmente explicado por se tratarem muitas vezes de entidades de referência nacional no combate à problemática das múltiplas formas de violência.

Quadro 28 – Âmbito geográfico da intervenção da entidade, segundo o domínio de intervenção da entidade, em 2021 (N.º)

Domínios de Intervenção	Âmbito Geográfico		
	Nacional	Regional	Concelho/Local
Infância e Juventude			2
Pessoas Idosas		1	10
Pessoas Vítimas de Violência	1		
Total	1	1	12

Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

3.3. Atividade

As entidades com atuação no Concelho da Chamusca desenvolvem a sua intervenção em três domínios de atuação, designadamente:

- › infância e Juventude;
- › pessoas Idosas;
- › pessoas Vítimas de Violência.

Estes domínios de intervenção revelam um enfoque nas problemáticas tradicionais da sociedade (educação, binómio saúde/doença, perda dependência e violência), ficando a descoberto, em particular, o apoio às múltiplas formas de pobreza e de privação económica. Concomitantemente, estes domínios de intervenção revelam uma orientação para os públicos-alvo tradicionalmente entendidos como de acentuada vulnerabilidade (crianças e jovens, idosos, adultos em geral em situação de perda de autonomia, transitória ou definitiva e vítimas das mais diversificadas formas de violência), ainda que coexistam muitos outros grupos vulneráveis (pessoas com deficiência, pessoas em situação de elevada precariedade económica, imigrantes, refugiados e minorias étnicas, entre outros).

A distribuição das entidades segundo o domínio de intervenção revela-se assimétrica, com o domínio das Pessoas Idosas a registar a maior concentração de entidades (11), fator indissociável do crescimento do fenómeno de envelhecimento demográfico, a par de uma massificação das mulheres inseridas no mercado de trabalho, as quais tradicionalmente desempenhavam o papel de cuidadoras familiares informais.

Estreitamente associado a estas transformações sociais e familiares que se consolidaram na sociedade portuguesa, no decurso das últimas décadas, o domínio da Infância e Juventude constitui-se como o segundo domínio de intervenção com maior concentração de entidades (2). No domínio das Pessoas Vítimas de Violência intervém uma única entidade.

Importa ainda salientar a existência no Município de uma entidade que desenvolve intervenção em dois domínios, nomeadamente, da Infância e Juventude e das Pessoas Idosas. Trata-se da Santa Casa

da Misericórdia da Chamusca, entidade com maior histórico de intervenção social no Concelho, tendo iniciado atividade em 1983.

Quadro 29 – Entidades segundo o domínio de intervenção, em 2021 (N.º)

Domínios de Intervenção	N.º
Infância e Juventude	2
Pessoas Idosas	11
Pessoas Vítimas de Violência	1

Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

3.4. Investimento Previsto

De acordo com o recenseamento realizado, verificou-se que das 11 entidades proprietárias/gestoras de equipamentos, serviços e respostas sociais no Concelho da Chamusca apenas 6 dispõem de investimentos programados a curto prazo, a realizar no horizonte temporal dos próximos 2 anos. Este é um dado relevante e que se encontra fortemente associado ao contexto de pandemia que se vive atualmente e que tem afetado amplamente o normal funcionamento da economia e da sociedade e de alguns equipamentos e respostas sociais, mas também decorrente da crise energética e de inflação de preços recente que, em muito têm contribuído para uma forte incerteza e receios na realização de investimentos.

A análise do perfil de entidades que tem nos seus planos a realização de investimentos evidencia que se trata de algumas das entidades com maior tempo de intervenção no Município que o pretendem fazer e, portanto, entidades mais sólidas e que já atravessaram anteriormente outros períodos de forte instabilidade e incerteza. De destacar que metade destas entidades configuram entidades da Administração Local (Autarquia e duas Juntas de Freguesia).

Existem investimentos programados em diversas áreas, com particular relevância para a renovação e remodelação, objetivo de investimento de 2 entidades, sendo que uma delas é a Santa Casa da Misericórdia da Chamusca e que apresenta este investimento para os dois domínios de intervenção em que atua (Infância e Juventude e Pessoas Idosas), perfazendo um total de 3 investimentos desta tipologia no Concelho. Identificam-se ainda 2 entidades com investimentos programados em matéria de ampliação das instalações. Os investimentos programados para aquisição de equipamento estão apenas previstos pelas Juntas de Freguesia e Câmara Municipal da Chamusca.

O padrão locativo dos investimentos programados para os próximos 2 anos, considerando a localização das entidades proprietárias/gestoras, evidencia uma maior concentração na freguesia sede de Concelho, estando previstos 2 investimentos para a União de Freguesias da Chamusca e Pinheiro Grande, ainda que na generalidade das freguesias exista pelo menos um investimento programado.

A programação locativa de investimentos constitui, de certo modo, um barómetro da dinâmica atual e perspectivas futuras do Terceiro Setor no Município e sua espacialização, ainda que os investimentos possam registar naturalmente alguma oscilação face à programação atual.

Quadro 30 – Investimentos programados a curto prazo (2 anos), segundo a freguesia onde está localizada atualmente a entidade gestora/proprietária e os equipamentos sociais, em 2021 (N.º)

Freguesias	Tipologias de Investimentos			Total
	Ampliação das instalações	Renovação e remodelação	Aquisição de equipamento	
Carregueira				0
Ulme		1		1
União de Freguesias da Chamusca e Pinheiro Grande	1	2		3
União de Freguesias de Parreira e Chouto			1	0
Vale de Cavalos	1		1	1
Total	2	3	3¹	8¹

¹ O investimento na tipologia aquisição de equipamento previsto pela Autarquia da Chamusca não se encontra afeto a nenhuma freguesia.

Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

3.5. Análise de Constrangimentos

A identificação da matriz de constrangimentos que se colocam às entidades proprietárias/gestoras dos equipamentos, serviços e respostas sociais constitui uma componente central da Carta Social, na medida em que permite identificar os principais desafios que estas enfrentam e antecipar eventuais medidas mitigadoras ou facilitadoras que garantam um harmonioso funcionamento da oferta social no território concelhio, no decurso dos próximos anos.

Quanto aos constrangimentos ao exercício da sua atividade que as entidades gestoras/proprietárias enfrentam, assumem particular relevância três tipologias, designadamente, as dificuldades financeiras (3 entidades gestoras/proprietárias), as carências de recursos humanos (3 entidades gestoras/proprietárias) e os constrangimentos associados às necessidades de manutenção e conservação do edificado/equipamento (1 entidade gestora/proprietária).

A dimensão financeira a par com a insuficiência de recursos humanos assumem, portanto, a maior expressão, atingindo cerca de 2/3 das entidades gestoras/proprietárias no Município. Os constrangimentos financeiros são motivados por uma vasta concertação de fatores, em particular, as dificuldades de diversificação das fontes de financiamento, a inserção num território com utentes que apresentam um diminuto poder de compra, o aumento abrupto dos preços de bens e serviços verificado nos anos mais recentes e uma certa contração da procura motivada pela Pandemia da COVID-19 com maior incidência em algumas tipologias de respostas sociais. Neste contexto, o acréscimo das despesas associadas à atual crise de saúde pública, que veio criar exigências em termos de plano de saúde interno dos equipamentos e respostas sociais, com múltiplas medidas de proteção à COVID-19, representou um desafio acrescido para a generalidade das entidades. Já no que concerne à escassez de recursos humanos, este configura um dos desafios mais prementes que a sociedade portuguesa, a par com a europeia, enfrenta na atualidade. O declínio contínuo das taxas de natalidade, acompanhado de um aumento significativo da esperança média de vida, os baixos níveis de mão-de-obra qualificada, a par com um aumento da captação de recursos humanos nacionais por empresas estrangeiras, têm criado uma pressão sem precedentes no mercado de trabalho nacional com efeito em espiral sobre as diversas áreas de atividades económicas. Este é um desafio particularmente premente face ao impacto no funcionamento dos equipamentos e respostas sociais. Contudo, é nos territórios de baixa/menores densidades que esta problemática é mais acentuada, dada a cada vez maior insuficiência de população ativa disponível para trabalhar. Apesar da transversalidade do constrangimento ao setor social, há domínios de intervenção mais penalizados, como é o caso das Pessoas Idosas, sobretudo, comparativamente ao domínio da Infância e Juventude, o que resulta das maiores exigências físicas e psicológicas inerentes ao trabalho com pessoas idosas.

(página propositadamente deixada em branco)

4. Caracterização dos equipamentos sociais

No contexto da Carta Social, entende-se por equipamento social “toda a estrutura física onde se desenvolvem as diferentes respostas sociais, ou, onde estão instalados os serviços de enquadramento de determinadas respostas” (Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos, Relatório de 2019, do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social).

Com a adesão de Portugal à União Europeia, em 1986, assistiu-se desde então a um processo de crescente preocupação com a coesão social, o que motivou, entre inúmeros outros aspetos, uma nova consciência coletiva para a importância da existência de uma rede alargada e qualificada de equipamentos sociais, com oferta de respostas sociais orientadas para as mais diversas necessidades sociais e públicos-alvo, numa sociedade em célere transformação, que visava superar os atrasos que o país então enfrentava, face aos demais Estados-Membros.

Foi neste contexto que se verificou uma gradual reorientação da política social, materializada num substancial investimento público em equipamentos sociais, que contribuiu de forma determinante para a ampliação, renovação e qualificação destas estruturas físicas. Nos anos mais recentes, a estratégia política tem ficado ainda mais marcada pelos desafios em garantir a crescente necessidade de proximidade dos equipamentos sociais às populações, num tempo marcado pelo forte envelhecimento demográfico, diversificação das situações de dependência e crescente necessidade de compatibilização da vida pessoal, familiar e laboral. Mais recentemente, no âmbito do Programa de Recuperação e Resiliência, o investimento na Requalificação e Alargamento da Rede de Equipamentos e Respostas Sociais conheceu um novo impulso a nível nacional, visando reforçar, adaptar, requalificar e inovar as respostas sociais especialmente dirigidas às crianças, às pessoas idosas, às pessoas com deficiência ou incapacidades e às famílias. Todavia, o recenseamento da oferta de equipamentos, resposta e serviços sociais realizado no Concelho foi precedente à concretização do PRR.

4.1. Domínios de Atuação

A evolução da oferta de equipamentos sociais no Concelho da Chamusca, suportada nos dois recenseamentos realizados aos equipamentos sociais, no âmbito das Cartas Sociais de 2010 e da atual, indica um acréscimo de 6 equipamentos, tendo-se passado de 9 para 15, neste intervalo de aproximadamente uma década.

A análise da distribuição dos equipamentos sociais segundo os domínios de intervenção apresenta algumas disparidades, no entanto, esta carece de duas notas prévias. Primeiro salientar a desadequação de se realizar uma análise comparativa entre as duas Cartas Sociais, uma vez que a organização das respostas sociais conheceu alterações significativas por domínios de intervenção. Segundo, importa salientar que alguns equipamentos sociais agregam respostas sociais transversais a dois ou mais domínios de intervenção.

Quadro 31 – Equipamentos sociais, por domínio de intervenção, em 2021 (N.º)

Domínios de Intervenção	N.º Equipamentos
Infância e Juventude	2
Pessoas Idosas	12
Pessoas Vítimas de Violência	1
TOTAL	15

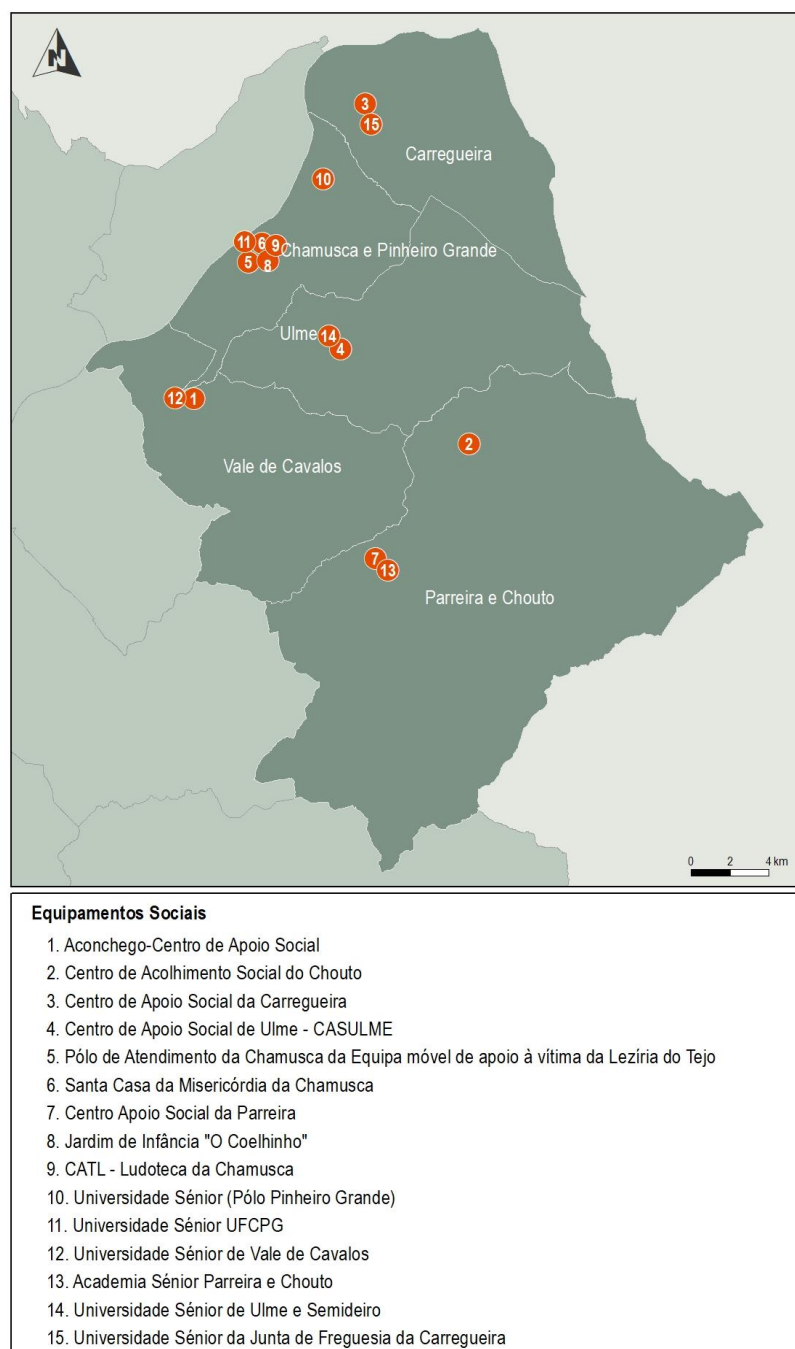
Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

Posto isto, o domínio de intervenção mais relevante em número de equipamentos sociais é o das Pessoas Idosas, que totaliza 12 equipamentos no Concelho, a que se segue o domínio de intervenção da Infância e Juventude, com 2 equipamentos sociais. O peso do domínio de intervenção das Pessoas Idosas evidencia a triangulação dos fatores envelhecimento demográfico/forte inserção da mulher portuguesa no mercado de trabalho/fragmentação territorial das várias atividades quotidianas, que se agravaram nos últimos anos.

4.2. Padrão locativo

A distribuição territorial dos equipamentos sociais no Concelho da Chamusca apresenta-se espacialmente assimétrico, com uma forte polarização na freguesia sede de Concelho, que concentra aproximadamente metade da oferta existente (6 equipamentos).

Figura 17 –Localização da oferta de equipamentos, por domínio de intervenção no Concelho, em 2021



Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

Nas restantes unidades territoriais do Concelho a dotação é residual e relativamente homogénea, oscilando entre 3 equipamentos na União de Freguesias de Parreira e Chouto e 2 equipamentos respetivamente em cada uma das restantes três freguesias do Concelho (Carregueira, Ulme e Vale de Cavalos).

Quadro 32 – Equipamentos por freguesia, em 2021 (N.º)

Freguesias	N.º de Equipamentos
Carregueira	2
Ulme	2
União de Freguesias da Chamusca e Pinheiro Grande	6
União de Freguesias de Parreira e Chouto	3
Vale de Cavalos	2
Total	15

Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

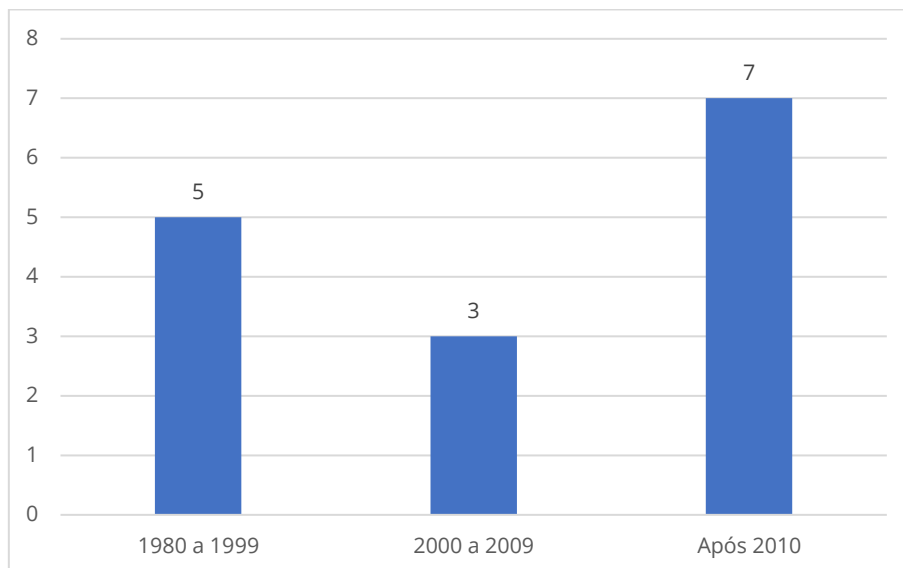
4.3. Caracterização Geral

Início de Funcionamento

Os equipamentos sociais atualmente em atividade no Concelho apresentam-se temporalmente próximos, considerando os respetivos anos de entrada em funcionamento, na medida em que foram criados essencialmente nos últimos 40 anos, o que corresponde sensivelmente ao período de integração de Portugal na União Europeia.

A maioria dos equipamentos sociais atuais entraram em funcionamento nas últimas duas décadas do século XX, tendo os mais antigos iniciado atividade em 1983. Na primeira década do século XXI foram criados mais 3 equipamentos, pelo que aquando da realização da Carta Social anterior, em 2010, 8 destes equipamentos já se encontravam em funcionamento. Desde então, entrou apenas em funcionamento um outro equipamento, tendo a sua abertura de instalações ocorrido muito recentemente (2019).

Figura 18 – Equipamentos sociais, segundo o ano de entrada em funcionamento, em 2021 (N.º)



Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

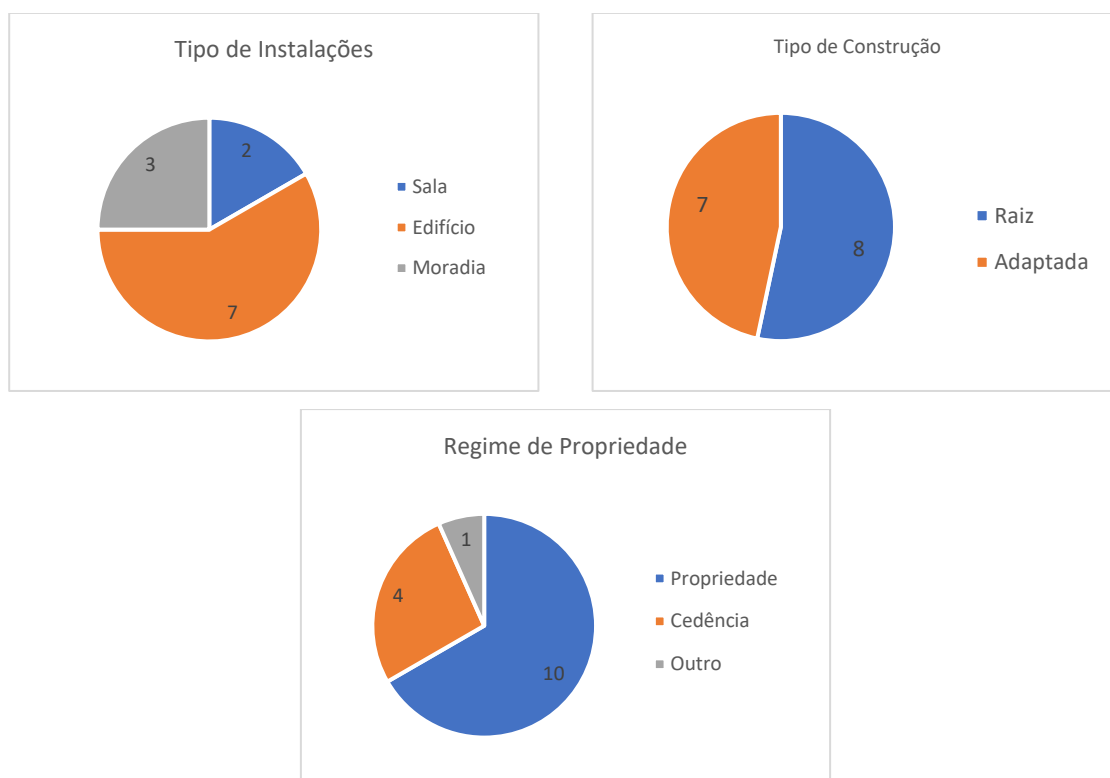
Instalações

A análise do perfil das instalações dos equipamentos sociais na Chamusca evidencia que maioritariamente estes funcionam em edifícios (7). Existem ainda 3 equipamentos com funcionamento em moradias e 2 equipamentos a funcionarem em salas.

O tipo de construção do equipamento revela uma primazia dos que foram construídos de raiz (8), muito embora com valor aproximado (7) tenham sido adaptados para o efeito, não se tendo identificado nenhum equipamento em situação híbrida.

Quanto ao regime de ocupação do edifício há uma primazia do regime de propriedade (10 equipamentos), demonstrando a preferência das entidades gestoras em adquirirem o próprio equipamento e refletindo assim a existência de disponibilidade para realizar o investimento. Identificaram-se apenas 4 equipamentos sociais a funcionar em regime de cedência de instalações e 1 em regime de comodato.

Figura 19 –Equipamentos sociais, segundo o tipo de instalações, de construção e de ocupação do edifício, em 2021 (N.º)



Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

Avaliação das Condições de Funcionamento

A avaliação das condições de conforto dos equipamentos sociais é impreterível no âmbito do instrumento Carta Social, na medida em que permite efetuar um retrato atualizado dos designados fatores de conforto, identificar potenciais constrangimentos e subsequentemente reorientar opções

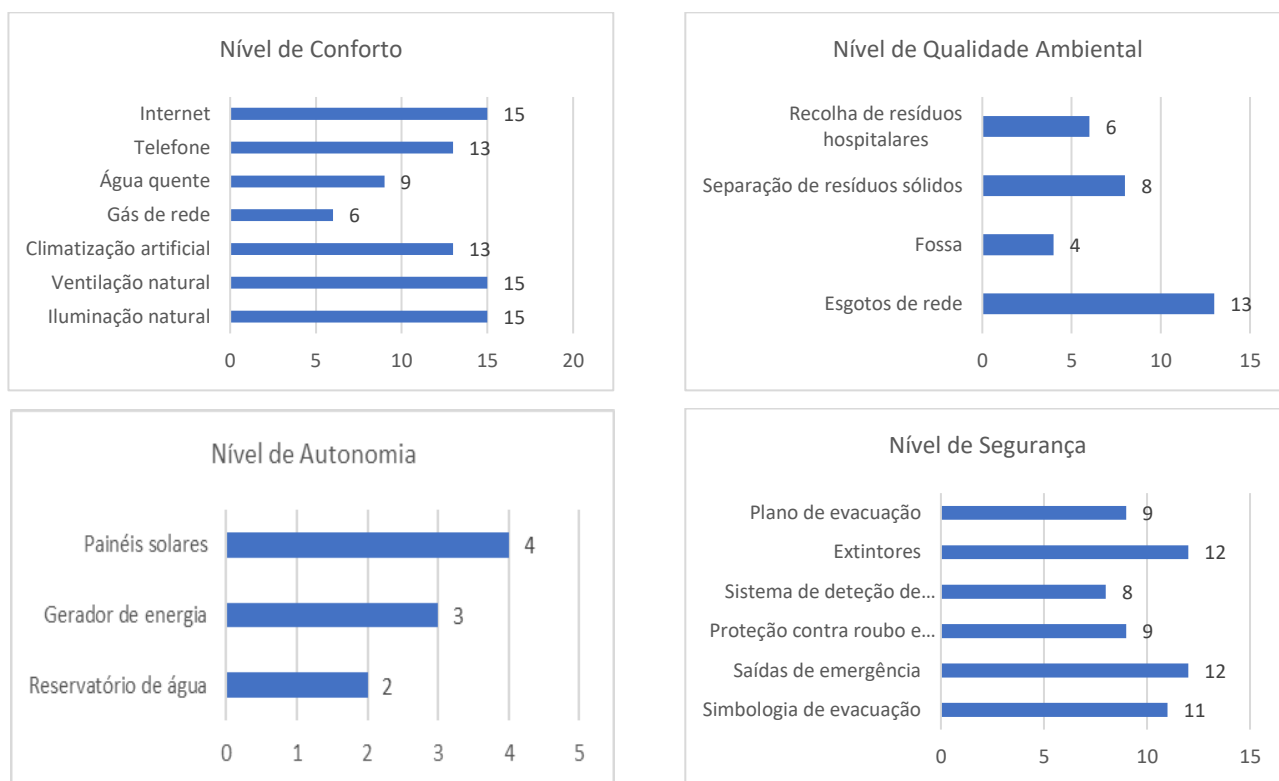
futuras de investimento e eventual apoio público nestes equipamentos, designadamente, em matéria de recuperação, modernização e qualificação.

Globalmente, os equipamentos sociais no Concelho da Chamusca apresentam uma avaliação muito satisfatória do nível de conforto, dispondo da generalidade dos fatores de conforto considerados. De destacar que a totalidade dos 15 equipamentos recenseados dispõem de iluminação e ventilação natural e internet. Nos demais domínios de análise, as menores coberturas identificadas não traduzem necessariamente níveis de conforto inferiores, decorrendo usualmente dos usos dominantes e respetivas necessidades.

As questões ambientais assumem atualmente uma importância sem precedentes, face ao impacto que as alterações climáticas registam na sustentabilidade dos ecossistemas, na economia, na saúde e bem-estar, assim como no equilíbrio das várias atividades humanas em todo o planeta. Num tempo marcado por compromissos ambiciosos e fulcrais em matéria ambiental, importa que as diversas atividades e setores mais do que assumirem compromissos ambientais ambiciosos, mitiguem eficazmente a sua pegada ecológica.

Não obstante o contexto atual, na avaliação ambiental dos equipamentos sociais no Município ressalta o facto de nas quatro dimensões consideradas, nenhuma delas ser concretizada pela totalidade dos equipamentos sociais. Se em alguns casos, as ausências dessas práticas poderão resultar da sua inadequação à própria atividade desenvolvida, o mesmo não se verifica em todos os fatores ambientais considerados. Neste quadro geral, importa salientar que a totalidade dos equipamentos sociais dispõem de esgotos de rede, no entanto, a separação de resíduos sólidos ainda não é uma prática ambiental assegurada pela totalidade dos equipamentos (8), não obstante, consistir uma das práticas mais elementares de adequada gestão ambiental, pela preservação de recursos naturais que promove, mas também porque com a valorização dos resíduos contribuiu-se para uma redução do respetivo depósito em aterros.

Figura 20 –Equipamentos sociais, segundo a avaliação das condições de funcionamento, em 2021 (N.º)



Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

É na autonomia dos equipamentos sociais que a avaliação realizada se apresenta menos favorável, na medida em que apenas 4 equipamentos dispõem de painéis solares, 3 de geradores de energia e apenas 2 de reservatório de água. Muito embora estes equipamentos de apoio à autonomia possam não ser cruciais num ou outro equipamento, de um modo geral, constituem-se um requisito importante, na medida em que o seu funcionamento se deve verificar de forma regular e constante, não podendo fatores exógenos condicionar a existência de resposta. Acresce notar ainda a dupla importância de algumas destas componentes, como é o caso dos painéis solares, pelos ganhos ambientais que também possibilita.

Na avaliação das condições de funcionamento, o domínio da segurança é um dos que se apresenta mais favorável, indicativo do maior investimento nesta área e sua valorização por parte das entidades gestoras/proprietária. A quase totalidade dos equipamentos sociais dispõe de extintores, saídas de emergência (12 respetivamente) e simbologia de evacuação (11). As restantes áreas consideradas no domínio da segurança, apesar de registarem uma menor cobertura, identificam-se na maioria dos equipamentos sociais do Concelho.

Acessibilidade

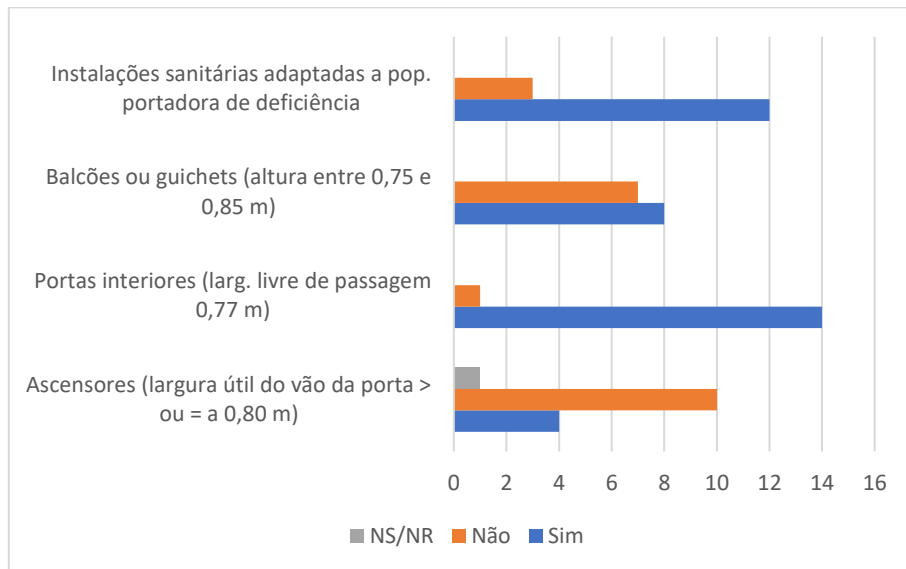
A acessibilidade aos equipamentos coletivos representa uma condição essencial para o pleno exercício de direitos de cidadania consagrados na Constituição da República Portuguesa. Nos últimos anos, decorrente de uma vontade política inequívoca em promover a acessibilidade para todos, muitos têm sido as alterações introduzidas em matéria de enquadramento legal e de ordenamento jurídico-administrativo, o que tem motivado melhorias substanciais na promoção do acesso para todos, assim

como a existência de mais e mais eficazes mecanismos fiscalizadores e sancionatórios. Não obstante os ganhos alcançados, a eficácia das medidas legais e técnicas adotadas encontra-se estreitamente dependente da responsabilização e mobilização de todos os atores envolvidos, assim como da sociedade civil.

No que trata às condições de acessibilidade ao edifício de pessoas com mobilidade condicionada, apenas 1 equipamento social indicou dispor de situações ótimas, dado dispor cumulativamente de acesso por rampa, por dispositivo mecânico para pessoas com mobilidade condicionada e de vão livre da porta principal superior ou igual a 0,87m. Dos restantes equipamentos sociais, 12 dispõem de vão livre da porta principal ($>$ ou $=$ a 0,87m), sendo que entre os que não dispõem, em geral, poderão fazê-lo com pequenos ajustes. Identificaram-se ainda 10 equipamentos sociais com acesso por rampa, sendo que os restantes 5 equipamentos indicaram a não adequação desta funcionalidade.

As condições de mobilidade no edifício apresentam-se globalmente positivas, com a quase totalidade dos equipamentos sociais (14) a terem portas interiores, com largura livre de passagem de 0,77 m e a disporem de instalações sanitárias adaptadas a população portadora de deficiência (12). Os ascensores (largura útil do vão da porta $>$ ou $=$ a 0,80 m) e a disponibilidade de balcões ou guichets (altura entre 0,75 e 0,85 m) constituem, portanto, a funcionalidade mais escassa na oferta social concelhia, no entanto, em alguns equipamentos sociais a sua dotação não se aplica.

Figura 21 – Condições de mobilidade no edifício, pessoas com mobilidade condicionada, em 2021 (N.º)

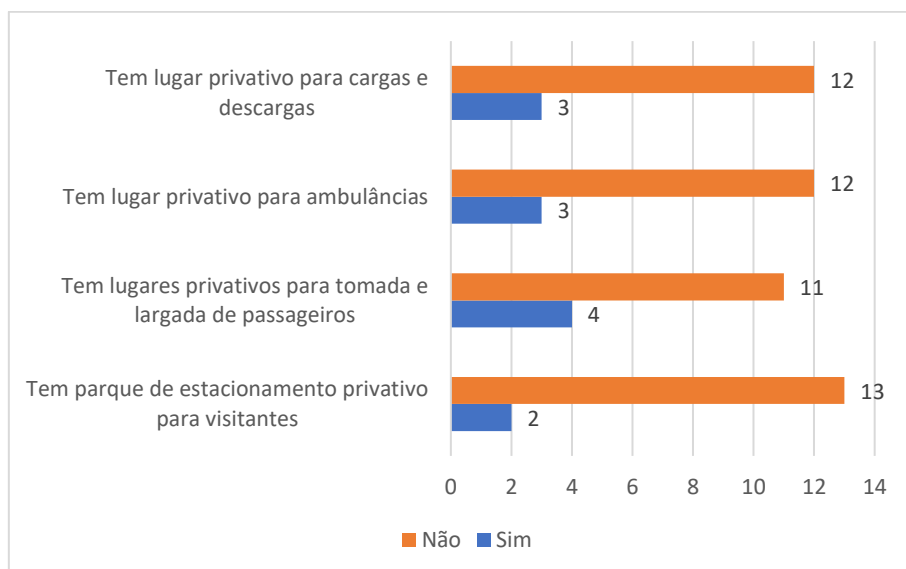


Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

Uma avaliação mais abrangente das condições de acesso ao edifício é reveladora de uma situação global menos positiva, verificando-se para as quatro dimensões de análise consideradas, poucos equipamentos dispõem destas condições de acesso.

Assim, apenas 3 equipamentos apresentam a existência de lugar privativo para cargas e descargas, bem como de lugares privativos para ambulâncias e 4 de lugares privativos para a tomada e largada de passageiros. Menor é ainda o quantitativo de equipamentos que dispõe de parque de estacionamento privativo para visitantes, uma vez que apenas 2 dispõem desta condição de acesso.

Figura 22 – Condições de acesso ao edifício, em 2021 (N.º)



Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

A dotação em número de lugares nos equipamentos que apresentam estas condições é bastante variável. Assim, no que trata ao número de lugares total de parque de estacionamento privativo para visitantes este oscila entre um mínimo de 11 lugares e um máximo de 25 lugares, perfazendo um total de 36 lugares, muito embora apenas um equipamento no Concelho disponha de 2 lugares para cidadãos com deficiência.

A dotação de lugares privativos para tomada e largada de passageiros tem uma oscilação menor, variando entre 1 e 8 lugares, perfazendo um total de 15 lugares no Concelho em equipamentos sociais, com particular destaque para o facto de cerca de metade dos lugares (6) se destinar a pessoas com deficiência.

Funcionalidades

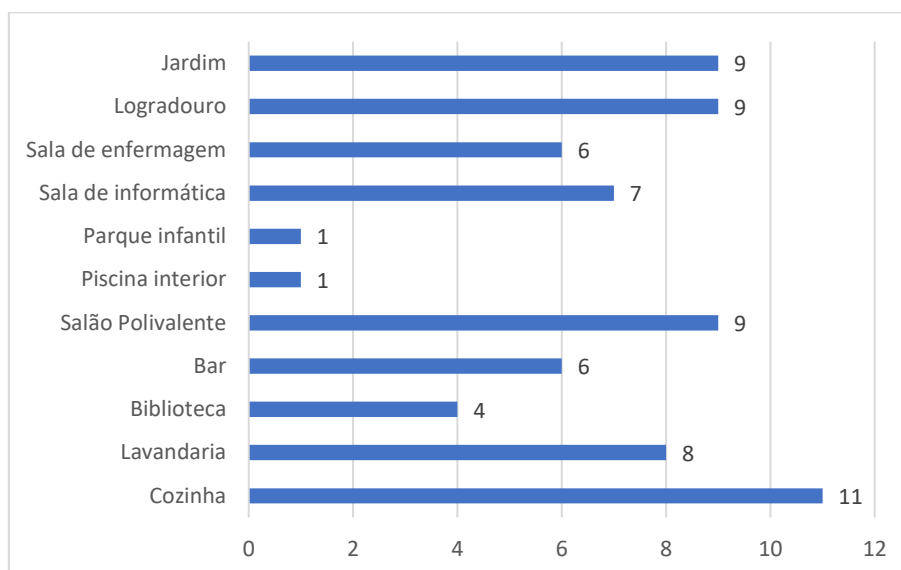
Em 2021, os equipamentos sociais existentes no Concelho da Chamusca apresentam-se tendencialmente homogéneos, uma vez que dispõem de funcionalidades similares, salvo algumas exceções em que apresentam funcionalidades mais específicas. A cozinha constituía a funcionalidade mais comum existindo em 11 equipamentos. Seguem-se as funcionalidades de lavandaria, jardim e salão polivalente existentes em 9 equipamentos sociais. Com quantitativos relativamente similares seguiam-se outras funcionalidades como sendo a lavandaria, a sala de informática, a sala de enfermagem e o bar.

Entre as funcionalidades menos usuais destacam-se a piscina interior (Jardim de Infância O Coelhoinho) e o parque infantil, disponíveis apenas num único equipamento respetivamente, verificando-se a inexistência na oferta social de piscinas exteriores. Coexistem ainda outras funcionalidades pouco frequentes, o que maioritariamente decorre da sua inadequação à atividade desempenhada na resposta social, não se tendo identificado lacunas assinaláveis na oferta social concelhia.

Identifica-se, portanto, uma fraca heterogeneidade de funcionalidades nos equipamentos sociais, com apenas um único equipamento a oferecer funcionalidades singulares, como cabeleireiro e cave.

Quanto à instituição/entidade gestora disponibilizar ou vir a disponibilizar alguns dos espaços do respetivo equipamento para atividades e fins exteriores à sua própria atividade, em 8 equipamentos as entidades mostraram-se favoráveis. Contudo, a possível disponibilização incide primordialmente sob espaços exteriores, tais como jardins, parques ou contentores periféricos e polivalentes (por exemplo, caves e salas de convívio).

Figura 23 –Funcionalidades dos equipamentos, em 2021 (N.º)

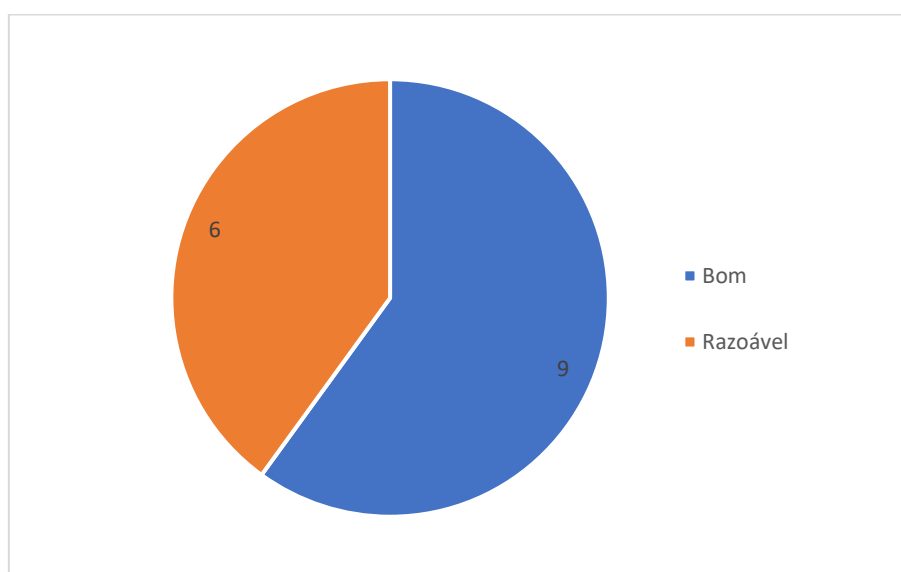


Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

A avaliação das condições de operacionalidade demonstra que a quase totalidade das entidades gestoras/proprietárias consideram que o espaço que utilizam reúne as condições adequadas para o serviço e a resposta social que desenvolvem. Situação apenas não identificada na Universidade Sénior localizada na União de Freguesias da Chamusca e Pinheiro Grande.

Subsequentemente, também de acordo com a perceção das entidades proprietárias/gestoras dos equipamentos sociais, o estado de conservação dos equipamentos acolhe uma avaliação maioritariamente favorável, com 9 equipamentos sociais a registarem uma classificação de “bom” estado de conservação e apenas 6 equipamentos a obterem uma classificação de “razoável”, não se identificando qualquer situação de estado de conservação das instalações “deficiente”.

Figura 24 –Estado de Conservação dos equipamentos, em 2021 (N.º)



Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

Financiamento

O financiamento das entidades gestoras e proprietárias dos equipamentos representa uma questão central na caracterização e análise dos equipamentos, serviços e de respostas sociais, uma vez que a sequência de contextos de crise económica tende a manifestar amplo impacto na sustentabilidade e viabilidade económica destes equipamentos.

Numa primeira leitura, de âmbito geral, verifica-se que as entidades gestoras e proprietários de equipamentos, serviços e respostas sociais na Chamusca fazem recurso a diversas fontes de financiamento para a criação/aquisição das instalações, sejam fundos comunitários, privados (mecenato), ou provenientes da Administração Central ou Local.

Em segundo lugar, evidencia-se o protagonismo das fontes de financiamento públicas para a criação/aquisição das instalações a que mais entidades gestoras e proprietários recorreram, visto que para 9 equipamentos respetivamente utilizou-se financiamento proveniente da Administração Central, da Administração Local e de Fundos Comunitários. Pelo contrário, as fontes de financiamento privadas (mecenato) e “outras” representam as menos expressivas para a criação/aquisição das instalações, com apenas 2 equipamentos respetivamente a indicarem estas fontes.

No que trata às fontes de financiamento utilizadas para o funcionamento dos equipamentos, observa-se uma vez mais uma assinalável heterogeneidade de fontes. Todavia, identificam-se três tipologias de fontes de financiamento com maior relevância, face à transversalidade à grande maioria dos equipamentos sociais, é o caso dos Acordos de Cooperação com o Instituto de Segurança Social, identificados em 8 equipamentos (não se aplicando em 7 equipamentos) e a comparticipação dos utentes, fonte utilizada em 8 dos equipamentos do Concelho.

O funcionamento da oferta social concelhia conta ainda com subsídios eventuais (6 equipamentos), donativos/mecenato (5 equipamentos), protocolos com a Autarquia e a Junta de Freguesia (8 e 5 equipamentos respetivamente) e o apoio de Programas (3 equipamentos).

Globalmente, estas fontes de financiamento apresentam um peso circunscrito, prevalecendo um contributo igual ou inferior a 25%. Com um peso mais expressivo no financiamento do funcionamento dos equipamentos encontram-se essencialmente a comparticipação dos utentes, cujo peso no financiamento oscila entre 26% e 50%. Importa ainda salientar que o financiamento, igual ou superior a 76%, do funcionamento do equipamento é assegurado por protocolo com a Junta de Freguesia e com a Autarquia.

4.4. Recursos Humanos

Os 15 equipamentos sociais existentes no Concelho da Chamusca agregam um total de 214 recursos humanos, de acordo com dados que se reportam a março de 2021, o que perfaz um número médio de 14,3 recursos humanos por equipamento. Contudo, identifica-se uma oscilação considerável da alocação de recursos humanos por equipamento social, que varia entre um mínimo de 1 e um máximo de 74 trabalhadores.

A estrutura de recursos humanos dos equipamentos sociais evidencia uma prevalência de micro equipamentos, uma vez que 46,7% dos equipamentos empregava até 10 trabalhadores, ainda que os pequenos equipamentos apresentem uma expressão similar (40% agregam entre 11 e 50 trabalhadores). Já os equipamentos de média dimensão, com uma estrutura de recursos humanos

entre os 51 e os 250 trabalhadores, representem apenas 6,7% da oferta social no Concelho. Apenas para um equipamento social não foi possível obter esta informação.

No Concelho, não existem equipamentos sociais de grande dimensão, em que a estrutura de recursos humanos ultrapassa os 250 trabalhadores. Verifica-se inclusive que o maior equipamento social do Município, o Centro de Apoio Social da Carregueira, totaliza pouco mais de meia centena de recursos humanos (74 trabalhadores).

Quadro 33 – N.º de recursos humanos, segundo a dimensão dos equipamentos, em março de 2021 (N.º)

Dimensão dos Equipamentos	Equipamentos N.º	Recursos Humanos	
		N.º	%
Micro (< 10 trabalhadores)	7	18	8,4
Pequena (entre 11 e 50 trabalhadores)	6	122	57,0
Média (entre 51 e 250 trabalhadores)	1	74	34,6
NS/NR	1	-	
Total	15	214	100,0

Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

Considerando o total de equipamentos sociais existentes no Concelho da Chamusca, o perfil dos trabalhadores evidenciava uma preponderância das mulheres (197 trabalhadores, correspondentes a cerca de 92%). Estes dados são assim indicativos da persistência de baixa taxa de atividade masculina no Terceiro Setor e contínua predominância feminina nas atividades que envolvem os cuidados pessoais.

A inserção de trabalhadores com deficiência nos equipamentos sociais do Concelho, constitui-se atualmente uma realidade residual, observada apenas em 2 equipamentos sociais, sendo que cada um deles apresenta apenas um trabalhador nesta condição, em março de 2021.

Muito embora os tempos atuais configurem um novo ciclo nas práticas de contratação de trabalhadores com deficiência, privilegiando-se práticas de inclusão social ativa, designadamente na criação de condições de acessibilidade à sua inserção profissional, procurando promover a autonomia e a participação das pessoas com deficiência, esta realidade assume-se ainda como bastante residual no Concelho da Chamusca.

A inserção de trabalhadores de nacionalidade estrangeira nos equipamentos sociais do Concelho, em março de 2021, constituía-se igualmente como uma realidade com uma expressão diminuta, uma vez que apenas se verificava num dos 15 equipamentos sociais, o qual contava com um único trabalhador de nacionalidade estrangeira. Num contexto de crescente quebra da natalidade, a par de uma desvalorização social do trabalho, em particular, em algumas respostas e domínios de intervenção social, o trabalho desenvolvido por cidadãos de nacionalidade estrangeira representa uma oportunidade efetiva para continuar a assegurar o normal funcionamento das respostas sociais, pelo que importa garantir as adequadas e necessárias condições de trabalho para estes cidadãos.

A dotação de recursos humanos por equipamento apresenta-se maioritariamente adequada (10 equipamentos), de acordo com a avaliação efetuada pelas entidades gestoras/proprietárias dos equipamentos sociais. Contudo, importa salientar que um valor relativamente similar de equipamentos apresenta uma alocação de recursos humanos considerada inadequada.

Nos últimos 3 anos foram contratados 65 trabalhadores no conjunto de equipamentos sociais, correspondente a 30,4% do total atual de recursos humanos na oferta social. Estes valores reiteram a capacidade significativa da economia social em criar emprego, mas são igualmente sintomáticos da elevada rotatividade e precariedade laboral que continua a verificar-se no setor.

A contratação de recursos humanos para os equipamentos sociais foi, no entanto, nos últimos 3 anos substancialmente assimétrica, com o ano de 2019 e de 2020 a registarem valores mais elevados e próximos (25 e 28 trabalhadores respetivamente). Já no ano de 2021 foram contratados apenas 10 trabalhadores, o que representa uma quebra muito acentuada face aos anos transatos, decorrente, a um tempo, do processo de recenseamento ter sido realizado sem que o ano terminasse e, a outro tempo, decorrente da crise pandémica da COVID-19 e seus efeitos nefastos no setor social, com particular impacto nos múltiplos constrangimentos à contratação de recursos humanos e à sustentabilidade financeira destas entidades e equipamentos, face ao contexto de excecional incerteza, em que a pandemia da COVID-19 continua a ameaçar empregos, empresas e a saúde das populações.

5. Caracterização das respostas sociais

Em 2021, a oferta de respostas e serviços sociais no Concelho da Chamusca é composta por 3 domínios de intervenção, orientados para públicos-alvo específicos, totalizando uma oferta global de 7 respostas e serviços sociais. A oferta existente encontra-se essencialmente centrada nas áreas de vida tradicionais e centrais do apoio social, designadamente, a infância e a juventude e as pessoas idosas, a que acresce uma resposta de apoio às vítimas.

Na tabela seguinte apresenta-se a estrutura da rede de serviços e respostas sociais, segundo os respetivos domínios de intervenção, cuja análise detalhada é desenvolvida de seguida.

Quadro 34 – Oferta de respostas e serviços sociais, por domínio de intervenção no Concelho, em 2021

Domínios de Intervenção	Respostas e Serviços Sociais
Infância e Juventude	Centro de Atividades de Tempos Livres
	Creche
Pessoas Idosas	Centro de Convívio
	Centro de Dia
	Estrutura Residencial para Idosos
	Serviço de Apoio Domiciliário
	Academia/Universidade Sénior
Pessoas Vítimas de Violência	Centro de Atendimento

Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

5.1. Infância e Juventude

O domínio da Infância e Juventude integra as várias respostas e serviços sociais existentes no Concelho especificamente orientadas para este público-alvo, tendo sido identificadas 2 tipologias de respostas sociais. No Concelho da Chamusca identificam-se apenas respostas e serviços sociais orientados para as crianças e jovens, em geral, não tendo sido identificada qualquer resposta diretamente dirigida a crianças e jovens portadoras de deficiência, ou às crianças e jovens em situação de risco.

Figura 25 –Oferta de respostas e serviços sociais, para o domínio de intervenção da Infância e Juventude, no Concelho, em 2021



Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

5.1.1. Centro de Atividades de Tempos Livres

Resposta social, desenvolvida em equipamento ou serviço, que proporciona atividades de lazer a crianças e jovens a partir dos 6 anos, nos períodos disponíveis das responsabilidades escolares e de trabalho, desenvolvendo-se através de diferentes modelos de intervenção, nomeadamente acompanhamento/inserção, prática de atividades específicas e multiatividades, podendo desenvolver, complementarmente, atividades de apoio à família (Carta Social, MTSSS – 2021).

Em 2021, existiam 2 CATL no Concelho da Chamusca, geridos exclusivamente por entidades não lucrativas

Em 2021, existem no Município 2 respostas sociais de Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL), tendo ambas participado no recenseamento realizado no âmbito da presente Carta Social. Esta resposta social é assegurada exclusivamente por entidades SFL.

A distribuição territorial da oferta apresenta-se fortemente concentrada numa única unidade territorial, a União de Freguesias da Chamusca e Pinheiro Grande. Este padrão locativo indica assim uma polarização da oferta na freguesia sede de Concelho, indicativa de uma certa fragilidade da oferta. Muito embora não se constituindo como uma resposta imprescindível para a infância e juventude, designadamente em contextos familiares com disponibilidade para assegurarem o acompanhamento das crianças e jovens, os CATL assumem uma importante relevância no acompanhamento de crianças pequenas (a partir dos 6 anos de idade), durante o período laboral dos pais, sendo o acompanhamento adequado nestas faixas etárias crucial no combate a problemáticas sociais futuras, como o abandono precoce e o insucesso escolar.

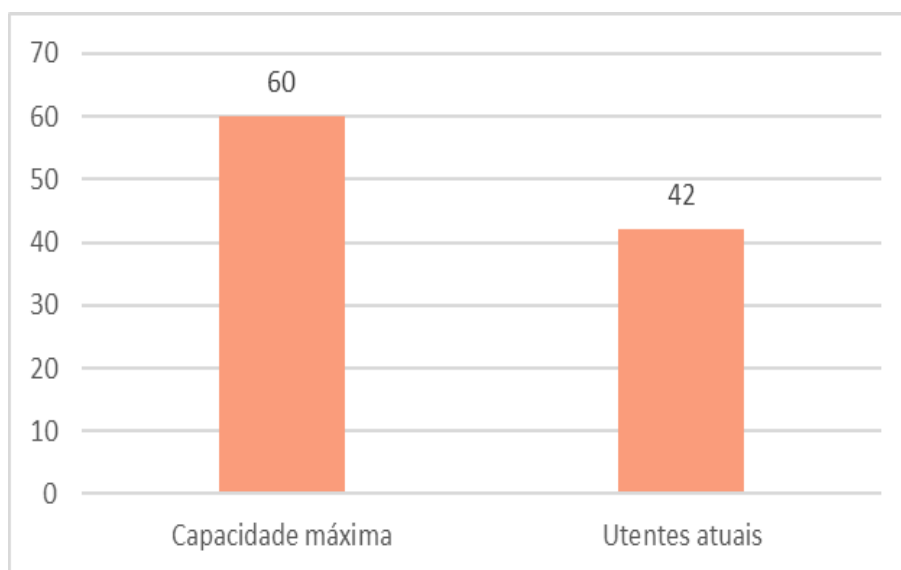
As duas respostas sociais de CATL eram já existentes na anterior Carta Social, tendo entrado em funcionamento em finais do século XX, mais precisamente em 1987 e 1996. Trata-se, portanto, de uma oferta consolidada e com ampla experiência de intervenção neste domínio.

Resposta social com uma taxa de ocupação de 70%, em 2021

A capacidade instalada global da resposta social no Concelho é de 60 lugares, apresentando os dois CATL uma capacidade máxima não muito díspar (40 e 60 lugares). Atualmente, esta resposta social regista um total de 42 utentes, muito embora a ampla maioria dos utentes se encontre concentrado num único CATL (40 utentes), enquanto o outro regista um quantitativo de utentes muito residual (2).

Subsequentemente, os CATL registam uma taxa de ocupação global de 70%. Esta é, no entanto, fortemente contrastante entre as duas respostas sociais existentes, com um dos CATL a registar a lotação máxima da resposta (100%), enquanto o outro apresenta uma taxa de ocupação reduzida (10%).

Figura 26 – Capacidade máxima e utentes atuais dos CATL, em 2021 (N.º)



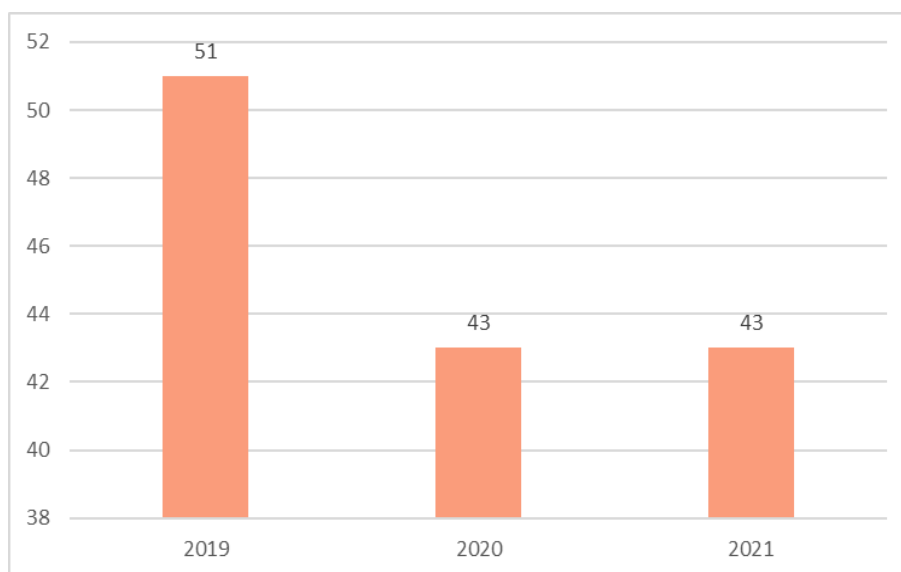
Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

No triénio 2019 a 2021, os CATL registaram uma quebra de -16% da procura

No triénio 2019 a 2021, os utentes dos CATL no Município da Chamusca registaram uma quebra de -16%, tendo transitado de 51 utentes para 43 utentes, respetivamente. A quebra da procura observada ocorreu entre os anos de 2019 e 2020, evidenciando assim os efeitos na crise pandémica desencadeada pela COVID-19, a partir de março de 2020, e seus impactes multiplicadores no encerramento das escolas e das atividades de apoio à infância e juventude. Entre 2020 e 2021, observa-se uma estabilização da procura (43 utentes respetivamente), sem recuperação do quantitativo de utentes registado no período pré-pandémico.

A adoção de medidas de controlo da pandemia e subsequente regresso à normalidade não manifesta, portanto, impacte na recuperação dos utentes nos CATL. Este fator poderá ser explicado pela adoção de novos modelos de trabalho (teletrabalho, trabalho remoto) que permitem às famílias assegurar um maior acompanhamento das crianças e jovens, bem como pela quebra nos rendimentos das famílias, que conduz a uma maior contração da despesa familiar ou pelo prolongamento dos efeitos do isolamento social despoletados pela pandemia nos comportamentos e atividades.

Figura 27 –Utentes dos CATL entre os anos 2019, 2020 e 2021 (N.º)



Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

Este é um desafio particularmente premente em respostas sociais como o CATL, comparativamente a outras respostas e serviços para a infância e juventude consideradas de importância nevrálgica no desenvolvimento harmonioso das crianças e jovens, não obstante o papel crucial que os CATL desempenham no apoio a este público-alvo e respetivas famílias.

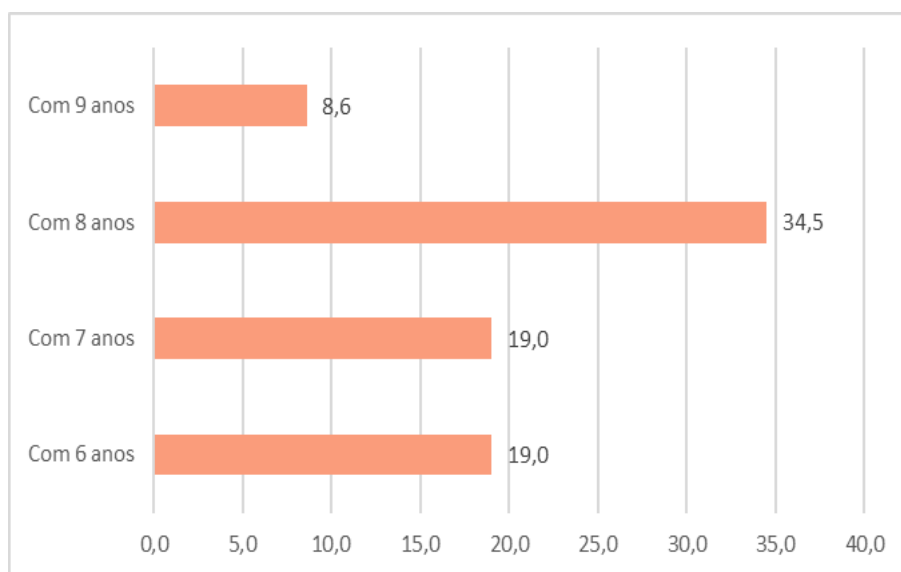
Prevalência de utentes provenientes maioritariamente da freguesia

Ambas as respostas de CATL apresentam utentes provenientes maioritariamente da própria freguesia onde o respetivo equipamento se localiza, reiterando assim tratar-se de uma resposta social preferencialmente de âmbito local.

Os benefícios decorrentes por respostas educativas e sociais para a infância que exponham as crianças a curtas distâncias percorridas nas pendularizações quotidianas são amplamente conhecidas e justificam este padrão dominante. Acresce que o transporte de crianças, quando assegurado por estas respostas sociais, tende a apresentar custos significativos para os agregados familiares, pelo que reforça a preferência por opções de âmbito local, passíveis de serem realizadas a pé ou asseguradas pelo transporte individual das famílias.

Quanto ao sexo, verifica-se uma ligeira primazia dos utentes do sexo masculino que correspondem a 60% do total de utentes, enquanto as crianças do sexo feminino não representam sequer metade da procura efetiva (40%).

Figura 28 – Utentes dos CATL por grupo etário (%)



Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

Relativamente à idade constata-se que os CATL no Concelho são uma resposta social procura para idades muito específicas e para um curto período de idades, compreendidas entre os 6 anos, correspondente à idade normal de ingresso na escola, e os 9 anos de idade.

Por um lado, com 5 anos não se regista qualquer utente, o que se encontra amplamente associado ao facto da idade de ingresso no 1º Ciclo do Ensino Básico situar-se, cada vez mais, nos 6 anos, face ao decréscimo de entradas precoces no sistema de ensino. Por outro lado, também não há registos de utentes com 10 ou mais anos, o que poderá estar associado à idade e à mudança para o 2º Ciclo do Ensino Básico, numa fase do desenvolvimento infantil em que as crianças já dispõem de maiores níveis de autonomia, levando a uma quebra da procura por parte das famílias.

Concentrando-se assim a procura dos CATL em utentes entre os 6 e os 9 anos de idade, as crianças com 8 anos de idade constituem o principal segmento da procura (34,5%), enquanto nos utentes com 9 anos de idade já se observa uma quebra expressiva (8,6%).

Resposta social nevrálgica durante os períodos de interrupções letivas e férias

Os serviços complementares prestados pelos CATL encontram-se amplamente centrados nas atividades lúdicas e nas atividades de férias, únicos serviços assegurados pelos dois CATL em atividade no Concelho da Chamusca. Esta forte concentração em duas tipologias de atividades evidencia o papel que os CATL desempenham na prestação de apoio e acompanhamento das crianças durante o período laboral dos seus pais ou responsáveis, com particular destaque para as interrupções letivas e períodos de férias.

Entre os restantes serviços oferecidos aos utentes, os CATL dispõem de serviços de atividades desportivas e estudo acompanhado.

Esta oferta retrata assim amplamente a elevada função lúdica e pedagógica dos tempos livres, em que possibilita às crianças e aos jovens experienciarem atividades não letivas, essenciais para o seu desenvolvimento, melhoria da perceção de si próprio, autoestima, interação social e bem-estar psicológico.

A disponibilização de acesso à internet aos utentes ocorre apenas num dos CATL, evidenciando o contexto de crescente valorização dos recursos tecnológicos e digitais, desde que devidamente acompanhado e monitorizado, de forma a suprimir ou mitigar os efeitos indesejáveis que estes recursos acarretam e que assumem particularmente expressão nas gerações mais jovens.

Instalações adequadas às suas especificidades da resposta, em todos os CATL em funcionamento

No Município, os CATL funcionam em instalações que apresentam um razoável estado de conservação, de acordo com a avaliação realizada pelas entidades gestoras da resposta social.

Esta leitura assenta numa heterogeneidade de fatores, com destaque para o facto de apenas um dos CATL dispor de espaços exclusivos dentro do equipamento, bem como apenas um dos CATL funcionar num equipamento construído de raiz enquanto o outro terá sido adaptado para o efeito.

Não obstante, ambos os gestores dos dois CATL consideraram que a resposta social funciona em espaços que reúnem as condições adequadas para a prestação do serviço.

Perfil de trabalhadores marcado pela primazia de indivíduos do sexo feminino

Em 2021, a resposta social de CATL totalizava 5 recursos humanos no Concelho da Chamusca, com uma clara primazia de indivíduos do sexo feminino (4 face a apenas 1 recurso humano do sexo masculino).

Verifica-se uma heterogeneidade dos grupos etários dos trabalhadores, ainda que se tratando na sua generalidade de recursos humanos jovens, com idades compreendidas até aos 49 anos de idade.

No que trata à estrutura de funções desempenhadas, a resposta social conta com uma diversidade de profissionais, designadamente, das funções de dirigente, técnico, auxiliares e outros.

Não foram obtidas respostas que permitam caracterizar as condições laborais dos trabalhadores dos CATL.

Contexto atual de crise desfavorável à realização de investimentos a curto prazo

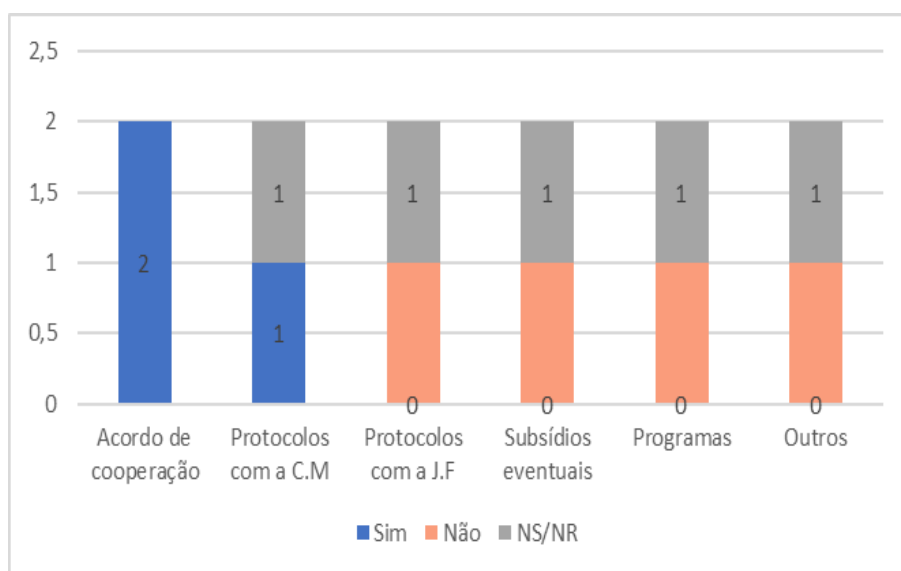
O financiamento da resposta social CATL no Município apresenta uma estrutura de fontes de financiamento circunscrita. Esta encontra-se fortemente concentrada nos Acordos de Cooperação com o Instituto de Segurança Social (ISS), única fonte de financiamento apresentada por ambas as entidades gestoras.

Estes Acordos de Cooperação assumem uma relevância considerável no funcionamento da resposta, atendendo ao número de utentes abrangidos que perfaziam um total de 60 utentes, correspondendo assim à totalidade da capacidade instalada nesta valência.

Os protocolos com a Câmara Municipal da Chamusca representam a segunda tipologia de financiamento indicada, embora existente apenas num CATL.

Subsequentemente, o funcionamento dos CATL não dispõe de fontes de financiamento como sendo os protocolos com as Juntas de Freguesia, subsídios eventuais ou ainda o apoio de Programas.

Figura 29 – Fontes de financiamento para a resposta social CATL, 2021 (N.º)



Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

Importa salientar que apenas um dos CATL apresenta projetos em parceria com outras instituições, mais precisamente com a Câmara Municipal da Chamusca. Muito embora se verifique ainda uma fraca densidade de projetos em parceria, esta tendência reflete um panorama nacional marcado por uma reduzida intensidade de interação entre as organizações, não obstante, as paulatinas mudanças ocorridas ao longo da última década, associadas a um reconhecimento das mais-valias que daí decorrem para o funcionamento das próprias respostas.

Em 2021, apenas um CATL tinha investimentos programados, para um horizonte temporal de curto prazo. Muito embora os investimentos se constituam como nevrálgicos num quadro de contínua melhoria, ampliação e qualificação das respostas sociais, o contexto de incerteza económica, social e sanitária fundamenta os receios das entidades em investir, em particular nos próximos 2 anos.

A resposta de CATL que indicou ter investimentos programados, apresenta essencialmente objetivos de renovação e remodelação, decorrentes das exigências legais de funcionamento da valência.

Importa, no entanto, frisar que os investimentos a realizar têm como fontes de financiamento previstas não as da própria resposta social, mas sim do Município da Chamusca.

Prevalência de constrangimentos relacionados com limitações financeiras

Apenas uma entidade gestora/proprietária dos CATL indicou confrontar-se com constrangimentos no funcionamento da resposta social. Trata-se de constrangimentos associados à necessidade de realizar obras exigidas pelo Instituto de Segurança Social.

Este tipo de investimento, fundamental com vista ao cumprimento das normas de funcionamento da valência, são frequentemente entendidas pelas entidades mais como desafios e constrangimentos, em resultado do impacte financeiro que apresentam no orçamento das mesmas, em resultado da sua respetiva vulnerabilidade financeira e dependência de fontes de financiamento públicas, e menos como vantagens para a própria valência, pelas melhorias introduzidas na resposta aos utentes. O contexto macroeconómico atual, com redução dos utentes, em alguns casos, e dificuldades financeiras em muitos agregados familiares, agravou a predominância de constrangimentos relacionados com as limitações financeiras.

5.1.2. Creche

A creche constitui uma resposta social de âmbito socioeducativo, destinada a crianças até aos três anos de idade e visa proporcionar às crianças condições adequadas para o seu desenvolvimento, durante o período diário correspondente ao impedimento dos pais ou da pessoa que tenha a sua guarda de facto. Esta resposta social encontra-se vocacionada para o apoio à criança e para a cooperação com as famílias/os responsáveis pela guarda de facto das crianças no seu processo educativo (Carta Social, MTSSS – 2021).

Em 2021, existia 1 creche, gerida por uma entidade não lucrativas

Em 2021, existia uma única creche no Concelho da Chamusca, tendo a mesma participado no processo de recenseamento realizado no âmbito da presente Carta Social.

Esta resposta é desenvolvida por uma entidade SFL, a Santa Casa da Misericórdia da Chamusca, o que constitui um fator positivo a destacar na oferta social concelhia, atendendo tratar-se de uma resposta social essencial para a primeira infância.

A distribuição territorial da oferta indica uma localização na freguesia sede de Concelho, na União de Freguesias da Chamusca e Pinheiro Grande.

Esta creche já existia na anterior Carta Social, na medida em que terá iniciado funcionamento em 1983. Por conseguinte, trata-se de uma resposta social com considerável experiência funcionamento. A inexistência de outras creches, que tenham entrado em funcionamento mais recentemente, é sintomática da reduzida procura concelhia, a par de uma oferta potencialmente polarizada por outros Municípios da Lezíria do Tejo, optando muitas vezes as famílias por respostas de creche nos territórios onde trabalham.

Resposta social com uma taxa de cobertura muito reduzida (26%), em 2021

A capacidade instalada nesta resposta social é de 42 lugares, para um total de 34 utentes atuais, o que perfazia uma taxa de ocupação de 81%, em 2021. A creche dispõe assim de 19% da sua capacidade instalada não aproveitada, pelo que apresenta capacidade de responder a acréscimos da procura, com 8 lugares livres.

Considerando a procura efetiva (número de crianças com idades compreendidas entre os 0 e os 2 anos de idade, residentes no Concelho da Chamusca), à data dos Censos de 2021 (162 crianças) bem como a capacidade máxima instalada em creches, o Município dispõe de uma taxa de cobertura de 26%, o que representa uma resposta manifestamente insuficiente.

De acordo com os dados recolhidos junto da entidade gestora da creche, atualmente encontram-se 4 crianças em lista de espera, não obstante, a creche no seu conjunto apresente vagas por ocupar, facto que poderá resultar de necessidades para salas específicas de creche. Importa, no entanto, salientar as limitações das listas de espera numa análise rigorosa das capacidades instaladas destes equipamentos, decorrente da tipologia de critérios que se encontram frequentemente subjacentes ser amplamente heterogéneos.

Neste contexto importa ainda salientar que a Chamusca, à semelhança dos demais Municípios da Lezíria do Tejo, apresenta uma importante polarização dos mais recentes fluxos migratórios associados ao crescimento de algumas cidades médias no país e crescimento de alguns ramos da agricultura, em regiões onde o quantitativo de mão-de-obra nacional disponível é manifestamente insuficiente. Embora prevaleça um perfil de migrante jovem, em idade ativa e sem filhos, este é um fator a considerar na análise das respostas e serviços sociais para a infância e juventude, na medida em que poderá constituir fator de pressão acrescida, a par com outras dinâmicas transformação, como a gradual consolidação dos modelos de trabalho à distância.

Entre os anos letivos 2018/2019 e 2020/2021 verificou-se um aumento da procura

Entre os anos letivos 2018/2019 e 2020/2021, verificou-se um aumento da procura na resposta social de creche, tendo sido registado um acréscimo de 9 utentes.

Apesar desta evolução global, observam-se oscilações importantes da procura, neste período. Entre os anos letivos 2018/2019 e 2019/2020, a evolução da procura ficou marcada por um decréscimo de 11 utentes (passou de 25 utentes, para 14 utentes), o que se traduziu numa perda de aproximadamente metade da procura efetiva, fortemente associado ao contexto pandémico e subsequentes confinamentos gerais com suspensão do funcionamento de diversas atividades.

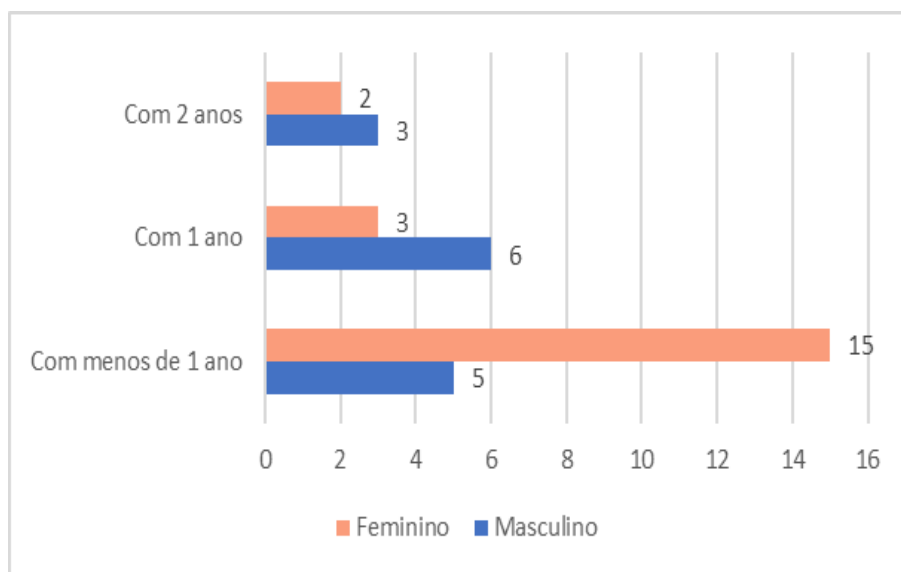
Já entre 2019/2020 e 2020/2021, houve um aumento de 20 utentes na creche, passando esta a ter 34 utentes, o que configurou um acréscimo muito significativo da procura. O paulatino regresso à normalidade da sociedade em geral, concorre para um aumento da procura destas respostas sociais, face à ampla consciencialização da importância desta resposta social para o desenvolvimento harmonioso da criança. De salientar que no ano letivo 2020/2021 o quantitativo de utentes ultrapassou inclusive os níveis de procura pré-pandemia (25 utentes).

Prevalência de utentes provenientes maioritariamente da freguesia

As creches constituem respostas sociais preferencialmente de nível local, devendo situar-se próximas das áreas de residência dos utentes, de forma a assegurar que estes efetuam pendularizações de curta distância, fator da maior relevância para o seu desenvolvimento saudável e equilibrado. Esta é uma preocupação evidenciada pelas famílias/responsáveis pelas crianças no Concelho da Chamusca, como o demonstra a proveniência dominante dos utentes, marcada pela preponderância de utentes provenientes maioritariamente da freguesia onde se localiza a resposta.

Os utentes das creches apresentam uma ligeira preponderância de crianças do sexo feminino (59% face a 42% do sexo masculino) e no que trata à idade a ampla maioria dos utentes tem menos de 1 ano de idade. Esta constitui uma situação menos usual nesta resposta social, em que a procura de utentes tende a aumentar com a idade das crianças, demonstrativo, por um lado, do uso das licenças parentais no país, mas também a preferência simultânea das famílias por outras opções, numa fase de especial importância do desenvolvimento infantil, a que acresce a menor capacidade dos berçários face às salas a partir da aquisição de marcha e dos custos financeiros elevados associados à resposta social. Com o aumento da idade, em geral, há uma valorização crescente do papel das creches na promoção de um harmonioso desenvolvimento infantil, o que motiva um acréscimo da procura desta resposta social. Contudo, o facto da resposta social de creche em funcionamento na Chamusca se encontrar a cargo de uma entidade SFL poderá explicar este padrão de maior procura no primeiro ano de vida, entendido muitas vezes como uma forma de garantir resposta em idades subsequentes.

Figura 30 –Utentes das creches por sexo e grupo etário (N.º)



Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

Serviços complementares com uma oferta circunscrita à atividade essencial das creches

Os serviços complementares prestados pelas creches evidenciam uma fraca diversificação, muito circunscritos aquilo que corresponde ao trabalho central e basilar da resposta social. As atividades lúdicas, as atividades musicais e o serviço de transporte são as atividades asseguradas pela creche, que não dispõe de confeção de refeições.

As instalações das creches apresentam-se amplamente adequadas às suas especificidades

A creche existente no Município da Chamusca funciona em instalações em razoável estado de conservação, de acordo com a avaliação efetuada pela entidade gestora/proprietária.

Estreitamente associada a esta avaliação, o espaço ocupado reúne as condições adequadas para a prestação do serviço, dentro do equipamento a valência dispõe de espaços exclusivos, tendo sido o mesmo construído de raiz.

Investimentos de renovação e remodelação previstos para os próximos 2 anos

Não obstante o contexto de triangulação de crises que o país e o mundo atravessam na atualidade, designadamente a crise pandémica, a crise energética e crescente ameaça de inflação, fatores desencadeadores de forte instabilidade e contração do investimento, a creche em funcionamento no Município tem planeados investimentos a realizar num horizonte temporal de curto prazo (próximos 2 anos),

Trata-se de investimentos de renovação e remodelação das instalações, que se estima que venham a ser desenvolvidos com recurso ao apoio de financiamento proveniente de Programas comunitários. Os investimentos constituem-se cruciais para assegurar a qualificação contínua da oferta e o cumprimento das normas legais em vigor nestas respostas sociais, mas também de forma a assegurar a continuidade da adequação da resposta às novas exigências da procura.

5.2. População Adulta

Figura 31 – Oferta de respostas e serviços sociais, para o domínio de intervenção das Pessoas Idosas, no Concelho, em 2021



Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

5.2.1. Pessoas Idosas

O envelhecimento populacional representa uma problemática multidimensional que encerra em si mesmos diversos desafios. Um dos mais relevantes consiste na acentuada diversificação do perfil das pessoas com idade $\geq$ a 65 anos, no que trata aos níveis de escolaridade, inserção no mercado de trabalho, iniciação da reforma, em atividades sociais ou culturais diversas, em termos familiares, quer no que trata ao seu papel mais ou menos ativo de suporte à família, mas também em termos de condição de saúde, fatores que concorrem para níveis de autonomia, independência e isolamento social distintos e que lhes atribuem condições muito díspares.

Subsequentemente, impõe-se cada vez mais a necessidade de diversificação das respostas e serviços orientados para pessoas idosas, adequando-os à sua crescente heterogeneidade, bem como à necessidade de promover um envelhecimento ativo, reduzir o isolamento e incentivar a intergeracionalidade, com vista a uma sociedade mais inclusiva.

A oferta social no Concelho da Chamusca dispõe de cinco tipologias de respostas sociais para o domínio das pessoas idosas. A totalidade destas respostas e serviços sociais dispõem de várias ofertas, que fazem deste domínio de intervenção inequivocamente com o domínio com maior densidade da oferta atualmente no Concelho.

5.2.1.1. Centro de Dia

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que consiste na prestação de um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção das pessoas idosas no seu meio sociofamiliar (Carta Social, MTSSS – 2021).

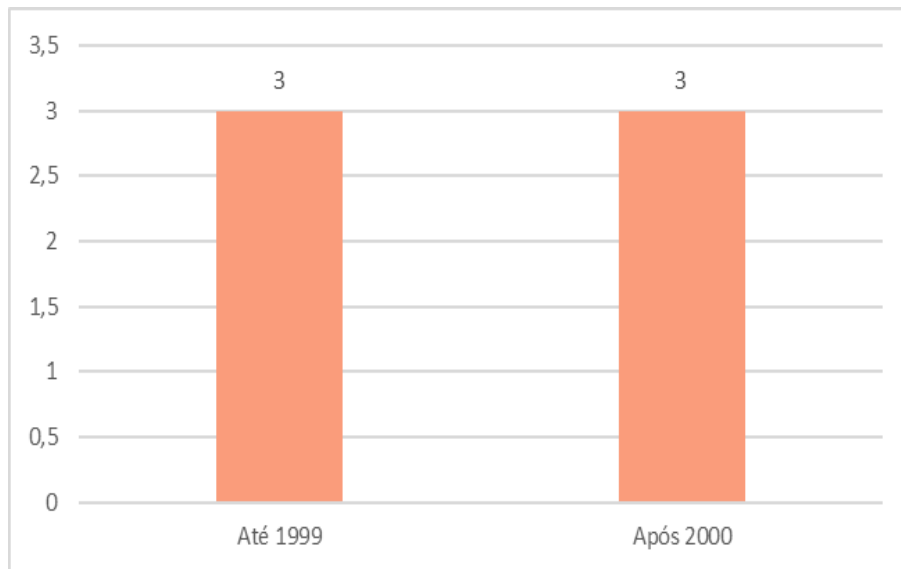
Em 2021, existiam 6 centros de dia, exclusivamente geridas por entidades não lucrativas

Em 2021, existem no Município 6 respostas sociais de centro de dia orientados para as pessoas idosas, sendo cinco deles geridos por Associações de Solidariedade Social e uma Irmandade da Misericórdia/SCM, tratando-se assim esta de uma resposta social gerida exclusivamente por entidades SFL.

A distribuição territorial da oferta apresenta uma forte dispersão territorial, existindo um centro de dia em cada freguesia do Concelho, em resultado de se tratar de uma oferta que desejavelmente deverá apresentar um âmbito de intervenção local, situando-se inserida nos territórios do quotidiano dos seus utentes. Apenas a União de Freguesias de Parreira e Chouto concentra a oferta de duas respostas sociais desta tipologia.

A oferta de centros de dia existente no Município da Chamusca caracteriza-se por apresentar um importante histórico de intervenção, na medida em que metade da oferta dos centros de dia existentes já se encontrava em funcionamento aquando da realização da Carta Social da Chamusca, em 2010. O centro de dia mais antigo foi criado em 1983 e o mais recente em 2006. Não obstante a sua contínua importância para responder às necessidades de um segmento importante das pessoas idosas, a crescente heterogeneidade do perfil da população com 65 ou mais anos, a par de uma crescente diversificação de respostas e serviços sociais para este público-alvo, que têm surgido nos últimos anos, com vista a responder a procuras diferenciadas, explicam em parte, que após um período de considerável expansão da resposta social, não tenham sido criados mais centros de dia.

Figura 32 – Abertura de centros de dia, por intervalos de anos, em 2021 (N.º)



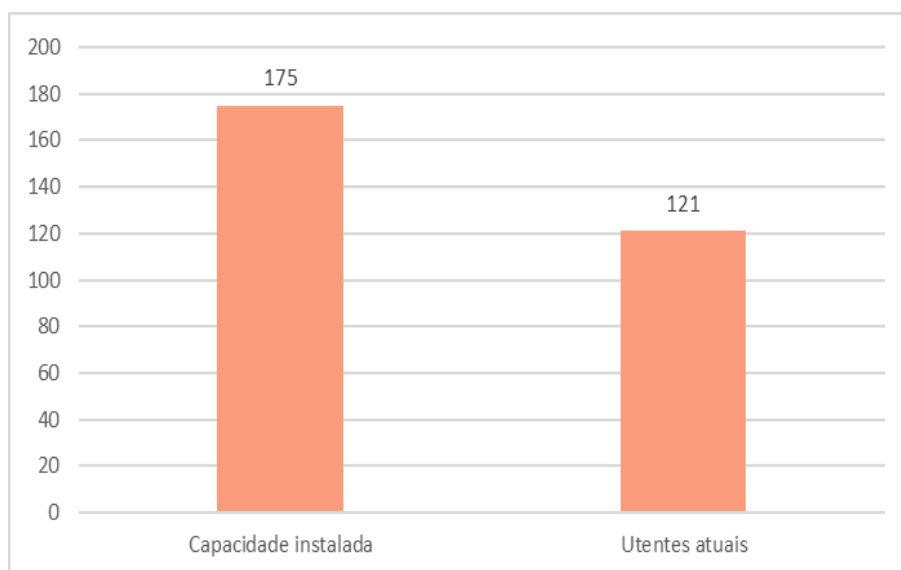
Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

Resposta social com uma taxa de ocupação de 69,1%, em 2021

A capacidade instalada atualmente nesta resposta social é de 175 lugares, no entanto, em 2021, os centros de dia totalizavam 121 utentes, o que perfazia uma taxa de ocupação de 69,1%.

Apesar deste padrão médio concelhio, identificam-se capacidades instaladas e níveis de procura assimétricos no Concelho, ainda que sem acentuadas amplitudes. A capacidade máxima instalada oscila entre um mínimo de 10 lugares e um máximo de 40 lugares, e a procura varia entre um mínimo de utentes, em 2021, de 2 e um valor máximo de 35 utentes. Por conseguinte, as várias respostas sociais apresentam taxas de ocupação diferenciadas oscilando entre 20% e 89,7%, sendo de destacar que nenhuma delas se encontra a funcionar no limite da sua capacidade, dispondo, por conseguinte, de capacidade para responder a eventuais incrementos da procura.

Figura 33 – Capacidade máxima e utentes atuais dos centros de dia, em 2021 (N.º)



Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

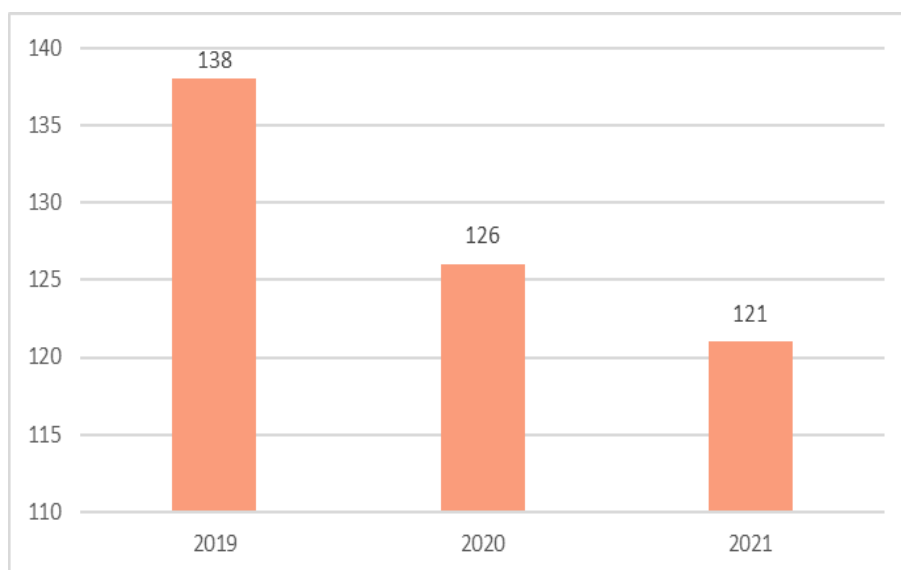
Os centros de dia localizados na União de Freguesias de Parreira e Chouto apresentam as taxas de ocupação mais reduzidas (20% e 23,3%), enquanto os demais apresentam taxas de ocupação superiores a 75%.

No triénio 2019 a 2021, os centros de dia registaram uma quebra de -12,3% dos utentes

No triénio 2019 a 2021, os centros de dia registaram uma quebra no número de utentes (-12,3%), tendo perdido 17 utentes.

A quebra da procura foi contínua no decurso deste período, muito embora ligeiramente mais acentuada entre 2019 e 2020 (- 12 utentes). Os impactes severos da pandemia da COVID-19, em particular, sobre a população mais idosa, fisicamente vulnerável e frequentemente com comorbilidades, que apresenta por isso um maior risco potencial de infeção, levou a um maior isolamento social desta população, o que se repercutiu indelevelmente na procura de respostas sociais. O ano de 2021 é de continua perda de utentes, muito embora a um ritmo bastante inferior ao verificado em 2020 (decréscimo de 5 utentes).

Figura 34 – Utentes dos centros de dia entre os anos 2019, 2020 e 2021 (N.º)



Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

Não obstante esta análise global para a resposta social, a dinâmica da procura foi diferenciada entre os centros de dia, com as respostas sociais com mais utentes a manterem praticamente inalterado o nível da procura. Assim, 2 centros de dia não perderam utentes, 2 tiveram uma redução de 2 utentes respetivamente e outros 2 apresentaram quebras ligeiramente mais acentuadas (5 e 8 utentes respetivamente).

Prevalência de utentes provenientes maioritariamente da freguesia

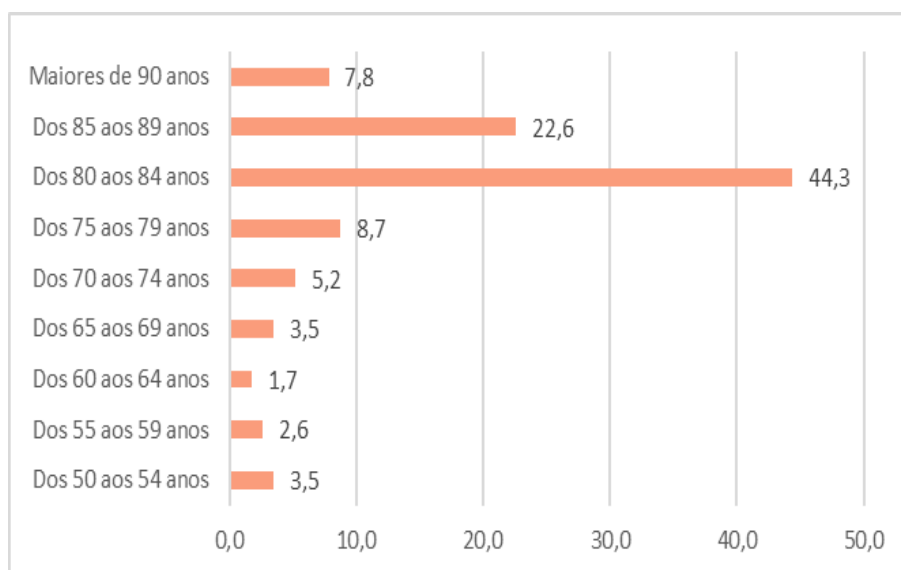
Um aspeto comum a todos os centros de dia do Concelho consiste no facto de maioritariamente os utentes serem provenientes da própria freguesia onde o respetivo equipamento se localiza, reiterando assim tratar-se de uma resposta social preferencialmente de âmbito local.

Na análise do perfil dos utentes, destaca-se o facto de esta atender a pessoas com idades muito heterogéneas. Desde logo, importa salientar que muito embora constituindo uma resposta social para as pessoas idosas, tem utentes abaixo dos 65 anos, ainda que com uma expressão estatística mais circunscrita (7,8% dos utentes tem entre 50 e 64 anos). Contudo, são os utentes com mais idade que assumem uma maior relevância, com particular destaque para aqueles que têm entre 80 e 84 anos (44,3%), em resultado de à quarta idade estar associado, em geral, uma capacidade para que as pessoas possam permanecer nas suas residências, ainda que com recurso a algumas respostas sociais de apoio, capaz de suprimir os constrangimentos que enfrentam associados à perda de alguma autonomia e do maior isolamento social.

A partir desta faixa etária, ainda que se verifiquem segmentos muito assinaláveis de utentes (22,6% dos utentes tem idades compreendidas entre os 85 e os 89 anos), observa-se um decréscimo contínuo, uma vez que a proporção de idosos de idade muito avançada também é menor, mas também porque frequentemente os maiores níveis de dependência associados a estas idades traduz-se na necessidade

de outros tipos de respostas sociais, designadamente, das que incluem a institucionalização dos utentes, face à incapacidade de se manterem autónomos nas próprias residências.

Figura 35 – Utentes dos centros de dia, por grupo etário (%)



Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

Os utentes apresentam uma marcante assimetria em resultado do sexo, verificando-se que os utentes do sexo feminino são os que mais procuram este tipo de resposta social (69%, face a 31% de utentes do sexo masculino).

Oferta de serviços complementares diversificada

Os serviços complementares assegurados pelos centros de dia apresentavam-se heterogéneos. No entanto, destacavam-se a confeção e serviço de refeições e as atividades musicais, com o propósito de assegurarem necessidades básicas dos utentes, assim como de proporcionar níveis mais elevados de bem-estar dos utentes, sendo estes três serviços proporcionados pela totalidade das respostas existentes.

Complementarmente outros serviços complementares eram assegurados por um número muito significativo de centros de dia, designadamente, as atividades desportivas e atividades culturais, proporcionadas por 5 entidades, uma oferta de serviços que reitera o enfoque na promoção da qualidade de vida e do bem-estar dos utentes.

Os restantes serviços complementares identificados nesta resposta social, ainda que disponibilizados por um menor número de centros de dia, primam pela preocupação em proporcionar respostas abrangentes e estruturadas a este público-alvo. É o caso de serviços de cabeleireiro (5 centros de dia), cuidados de saúde (4 centros de dia) acompanhamento psicológico e pedicure (2 centros de dia respetivamente). De salientar que apenas o serviço de atividades de férias não é proporcionado nos centros de dia do Concelho.

Centros de dia com bom estado de conservação

Os centros de dia do Concelho maioritariamente dispõem de espaços exclusivos (5), com apenas uma única entidade a ter indicado o contrário. Este constitui-se um critério da maior relevância para um harmonioso e estruturado desempenho das funções inerentes à própria resposta social, pelo que é um aspeto positivo a destacar.

De igual modo, a ampla maioria das entidades gestoras efetuava uma boa avaliação do estado de conservação das instalações (5), sendo que apenas 1 indicou um estado de conservação “razoável”.

Não obstante a totalidade das entidades gestoras considerou que o espaço onde funcionam os centros de dia reúnem as condições adequadas para a prestação do serviço. Para esta avaliação bastante positiva poderá ter contribuído a totalidade das instalações de centros de dia terem sido construídos de raiz para o efeito.

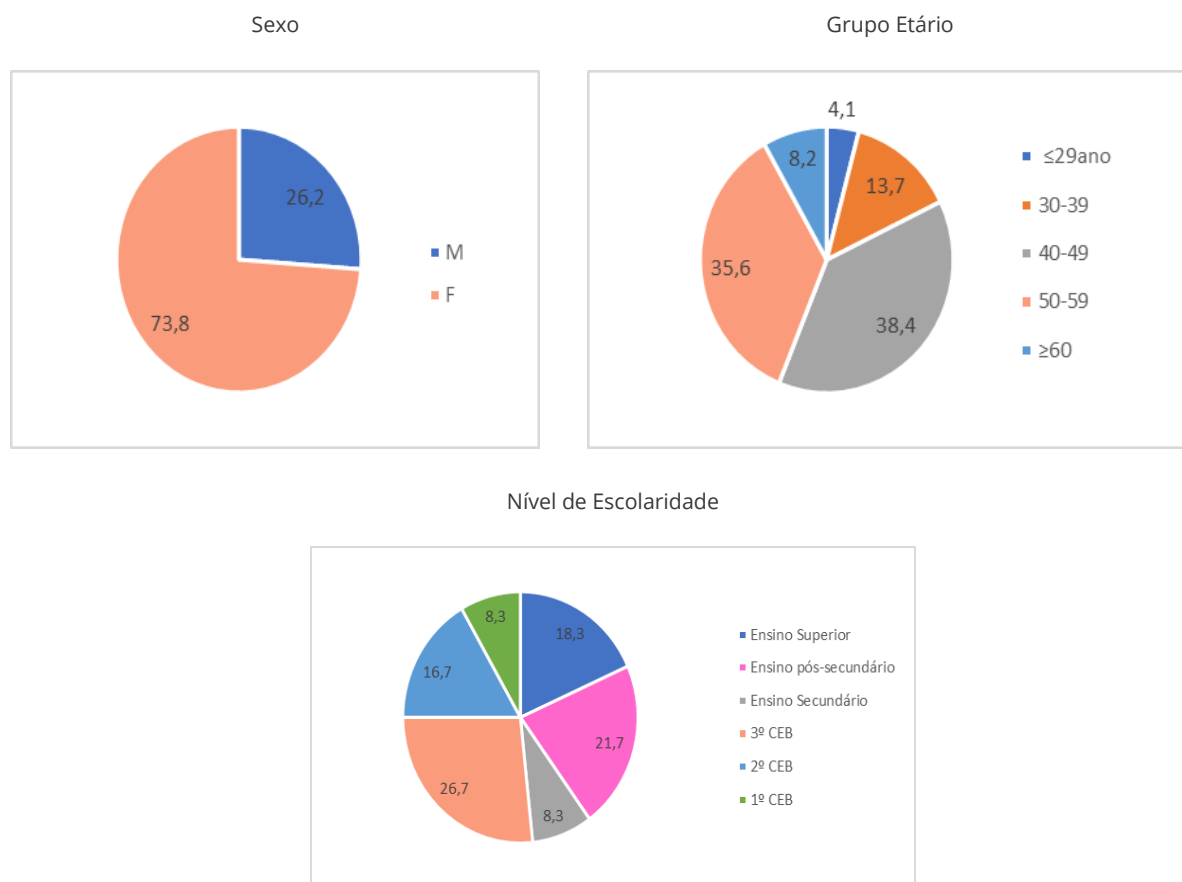
Perfil de trabalhadores afeto aos centros de dia com primazia de mulheres em idades ativas mais avançadas

Em 2021, a resposta centro de dia abrangia 58 recursos humanos no Concelho da Chamusca. A análise do perfil dos trabalhadores evidencia que esta constituía uma área de trabalho dominada por mulheres, que representavam 73,8% dos trabalhadores, enquanto os indivíduos do sexo masculino representavam um segmento mais reduzido dos trabalhadores (26,2%).

Esta constitui-se também inequivocamente como uma área de trabalho com prevalência de trabalhadores em idades mais avançadas, verificando-se um aumento gradual dos trabalhadores correlativo do aumento das faixas etárias. Com efeito, destacam-se as faixas etárias entre os 40 e os 59 anos de idade, que representam 74% do total de trabalhadores. Os trabalhadores mais jovens (abaixo dos 29 anos de idade) constituem-se um segmento muito circunscritos dos recursos humanos (4,1%), indicativo a evasão desta área de trabalho pelas camadas mais jovens da população ativa.

A tipologia de cargos exercidos demonstra a ampla preponderância da função de auxiliar, que representa 33,8% do total de recursos humanos, seguida de outros profissionais que representavam 21,5% do total de recursos humanos. Os restantes cargos apresentam incidências similares, designadamente, administrativos (10,8%), os dirigentes e os técnicos (16,9%). De notar que alguns trabalhadores acumulam mais do que um cargo.

Figura 36 – Perfil dos recursos humanos afetos aos centros de dia, em 2021 (%)



Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

Com uma forte articulação com esta estrutura de funções, verifica-se uma primazia do 3º Ciclo do Ensino Básico no nível de escolaridade dos trabalhadores dos centros de dia (26,7%), seguido do ensino pós-secundário com um valor aproximado (21,7%). De salientar ainda que os recursos humanos com qualificações superiores apresentam um peso idêntico ao dos trabalhadores que completaram apenas o 2º Ciclo do Ensino Básico (18,3% e 16,7% respetivamente) reiterando assim a prevalência da alocação de trabalhadores com baixas qualificações à valência.

Considerando apenas os trabalhadores para os quais foi indicado o vínculo contratual, apresenta-se uma prevalência dos contratos de trabalho sem termo (76% face a 24% que apresentam outras situações). Quanto à afetação horária, dominam as situações de a tempo inteiro (82% face a 18% de tempo inteiro).

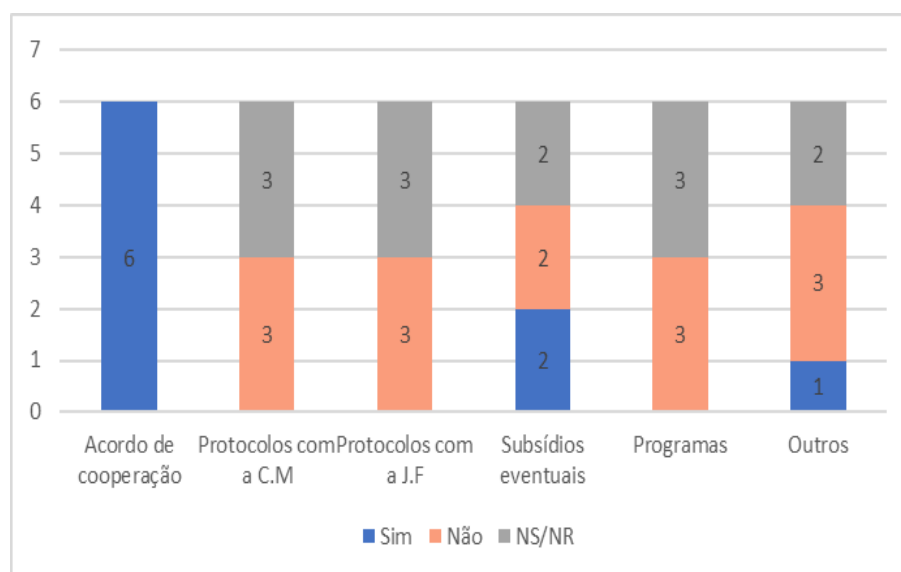
Por último, metade dos trabalhadores (50%) acumula o trabalho nos centros de dia com outras valências.

Perspetivas de investimentos a curto prazo diversas

As fontes de financiamento dos centros de dia apresentam-se muito circunscritas e amplamente dependentes dos Acordos de Cooperação com o Instituto de Segurança Social (ISS). Esta constitui a única fonte de financiamento transversal à totalidade dos centros de dia, facto que reitera assim a dependência das transferências da Administração Central para se assegurar o funcionamento desta resposta social. Esta fonte de financiamento abrangia um quantitativo muito significativo de utentes (140).

Entre as demais fontes de financiamento identificam-se apenas os subsídios eventuais, indicados apenas por 2 entidades, tendo apenas uma outra entidade, indicado outras fontes de financiamento.

Figura 37 – Fontes de financiamento para a resposta social centro de dia, 2021 (N.º)



Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

Metade das entidades gestoras/proprietárias apresenta investimentos programados para o curto prazo. A contração do investimento estimado, com reflexos na própria dinâmica económica local, concelhia e regional, é indissociável da quebra global da procura que a resposta social registou, nos últimos 3 anos, e que a par do clima económico pautado por uma forte incerteza, compromete amplamente a capacidade de investimento das entidades, assim como subsequentemente limita o investimento contínuo na qualificação da oferta.

As entidades gestoras com investimentos programados, destacam objetivos de investimento diversos, tais como a ampliação das instalações, a renovação e remodelação e aquisição de equipamento, o que evidencia também dinâmicas de procura contrastadas na resposta social no Concelho. Uma única entidade estima realizar estes investimentos com recurso exclusivo a capitais próprios, enquanto as restantes indicam o recurso a subsídios e programas ou eventualmente a financiamentos partilhados.

Constrangimentos financeiros agravados amplamente pela situação epidemiológica da COVID-19

A totalidade das entidades gestoras/proprietárias dos centros de dia indicaram confrontar-se com constrangimentos no funcionamento da resposta social e à semelhança do observado em outras respostas sociais, prevalecem os constrangimentos de ordem financeira.

Os centros de dia, na qualidade de resposta social orientada para as pessoas idosas, registaram importantes reorientações ao seu funcionamento decorrentes da crise sanitária, com vista a reduzir potenciais casos de infeção ou mesmo surtos nos seus espaços. No conjunto de medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica da COVID-19, estas manifestaram particular impacto na redução de utentes, seja pela distância entre utentes exigida, seja pelo recurso aos serviços prestados no domicílio, seja pela crescente institucionalização de utentes, cuja saúde se deteriorou no seguimento dos constrangimentos físicos e psicológicos, entre outros.

A concertação da redução do quantitativo de utentes, a par da necessidade de cumprimento das exigências legais com a manutenção do equipamento e da resposta social, traduz-se num quadro de importantes constrangimentos financeiros. Estes acabam por limitar amplamente a capacidade de resposta social, de investimento na sua qualificação, na realização de investimentos vários, mas sobretudo representam riscos assinaláveis à sua sustentabilidade financeira.

Não obstante, verifica-se que a falta de apoio económico foi referida por uma única entidade gestora, tendo as restantes indicado uma procura reduzida (2) ou necessidades ao nível das instalações (3).

5.2.1.2. Centro de Convívio

Resposta social, desenvolvida em equipamento, de apoio a atividades sócio recreativas e culturais, organizadas e dinamizadas com participação ativa das pessoas idosas de uma comunidade (Carta Social, MTSSS – 2021).

Em 2021, existiam 4 centros de convívio, exclusivamente geridos por entidades não lucrativas

Em 2021, existem no Município 4 respostas sociais de centro de convívio orientados para as pessoas idosas, sendo esta uma resposta social gerida exclusivamente por entidades SFL.

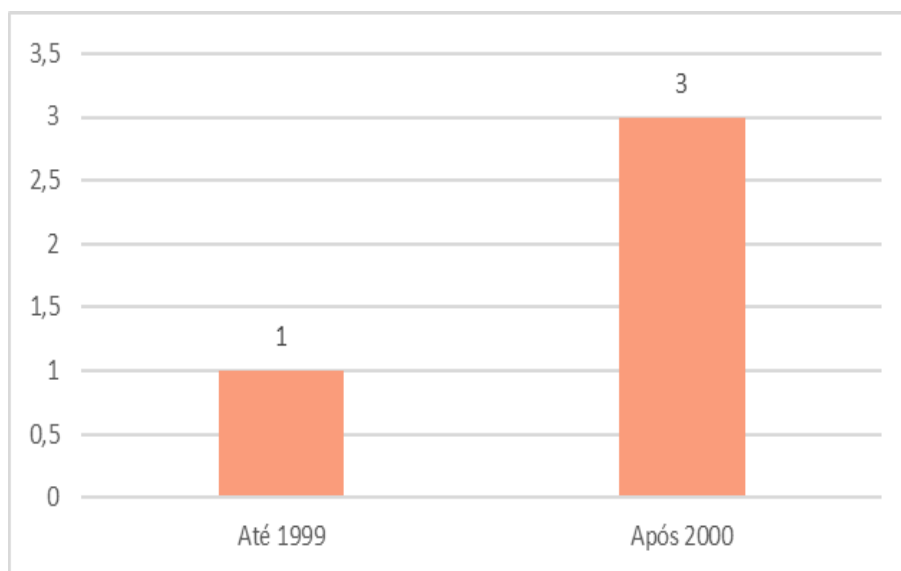
A distribuição territorial da oferta apresenta uma forte concentração nas freguesias localizadas no setor Sul do Concelho, em particular na União de Freguesias de Parreira e Chouto, unidade territorial que detém a maior concentração da oferta (2 centros de convívio) e nas Freguesias de Ulme e de Vale de Cavalos (1 centro de convívio respetivamente). Este padrão locativo indica, portanto, a inexistência desta oferta de resposta social na União de Freguesias da Chamusca e de Pinheiro Grande e na Freguesia da Carregueira.

A oferta de centros de convívio existente no Município da Chamusca caracteriza-se por apresentar um importante histórico e subsequente experiência de intervenção, na medida em que a totalidade da oferta dos centros de convívio existentes já se encontrava em funcionamento aquando da realização da Carta Social da Chamusca, em 2010. Com início no século XX, identifica-se apenas um centro de convívio, tendo os restantes 3 centros de convívio entrado em funcionamento já na primeira década do século XXI.

À semelhança do observado em outras respostas sociais orientadas para este público-alvo, verifica-se que, obstante a contínua importância da presente resposta social para apoiar um segmento

importante deste público-alvo, a crescente heterogeneidade do perfil da população com 65 ou mais anos, a par de uma diversificação de respostas e serviços sociais para este público-alvo, que têm surgido nos últimos anos, com vista a responder a procura diferenciadas, explicam em parte, que após um período de considerável expansão da resposta social, não tenham sido criados mais centros de convívio.

Figura 38 – Abertura de centros de convívio, por intervalos de anos, em 2021 (N.º)



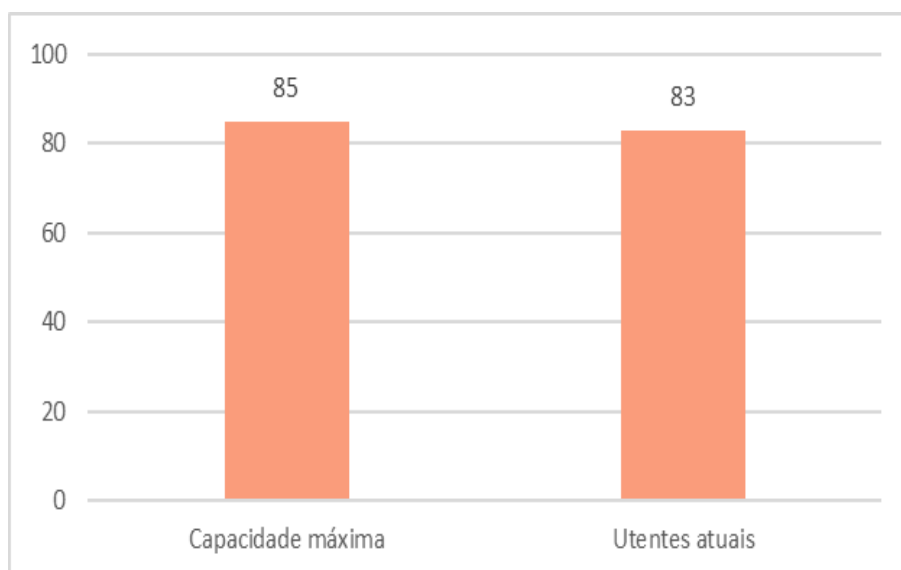
Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

Resposta social com uma taxa de ocupação de 98%, em 2021

A capacidade instalada atualmente nesta resposta social é de 85 lugares, no entanto, em 2021, os centros de dia totalizavam 83 utentes, o que perfazia uma taxa de ocupação bastante elevada (98%), encontrando-se apenas disponíveis no Concelho da Chamusca, 2 lugares nesta resposta social. Estes 2 lugares disponíveis concentram-se num único centro de convívio, pelo que os restantes três registam taxas de ocupação de 100% e, por conseguinte, sem disponibilidade para responder a acréscimos potenciais da procura.

Contudo, não se identificou em nenhum dos quatro centros de convívio candidatos em lista de espera para beneficiar dos serviços desta valência.

Figura 39 – Capacidade máxima e utentes atuais dos centros de convívio, em 2021 (N.º)



Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

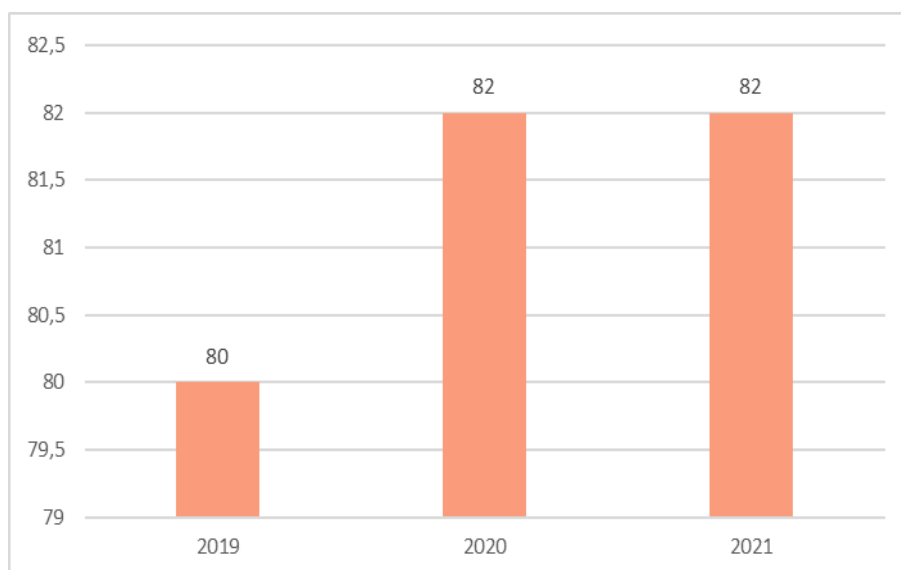
A capacidade máxima instalada oscila entre um mínimo de 10 lugares e um máximo de 35 lugares, e a procura varia entre um mínimo de utentes, em 2021, de 10 e um valor máximo de 35 utentes. Por conseguinte, as várias respostas sociais apresentam taxas de ocupação bastante elevadas oscilando entre 87% e os 100%.

No triénio 2019 a 2021, centros de convívio com ligeiro incremento da procura

No triénio 2019 a 2021, os centros de convívio registaram um ligeiro incremento da procura efetiva de utentes, tendo passado de 80 utentes, em 2019, para 82 utentes, em 2020, valor que se manteve inalterado em 2021.

Muito embora se tratando de um aumento residual do quantitativo de utentes, a sua importância é assinalável, na medida em que ocorreu num contexto de forte contração da procura na generalidade das respostas sociais, associado ao contexto pandémico despoletado pela COVID-19. A adoção de um conjunto de medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica da COVID-19 nestes espaços, a par de um generalizado aumento das situações de isolamento social a que a esta população, em particular, se encontrou sujeito, poderá ter contribuído para uma maior valorização e procura de respostas que permitissem a necessária sociabilização.

Figura 40 – Utentes dos centros de convívio entre os anos 2019, 2020 e 2021 (N.º)



Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

Não obstante esta análise global para a resposta social, a dinâmica da procura foi diferenciada entre os centros de convívio. Assim, dois centros de convívio não registaram qualquer alteração nos níveis de procura efetiva, decorrentes de se encontrarem a funcionar com taxas de ocupação de 100%, um centro de convívio registou uma redução muito diminuta e outro centro de dia, pelo contrário, viu aumentar ligeiramente o quantitativo de utentes.

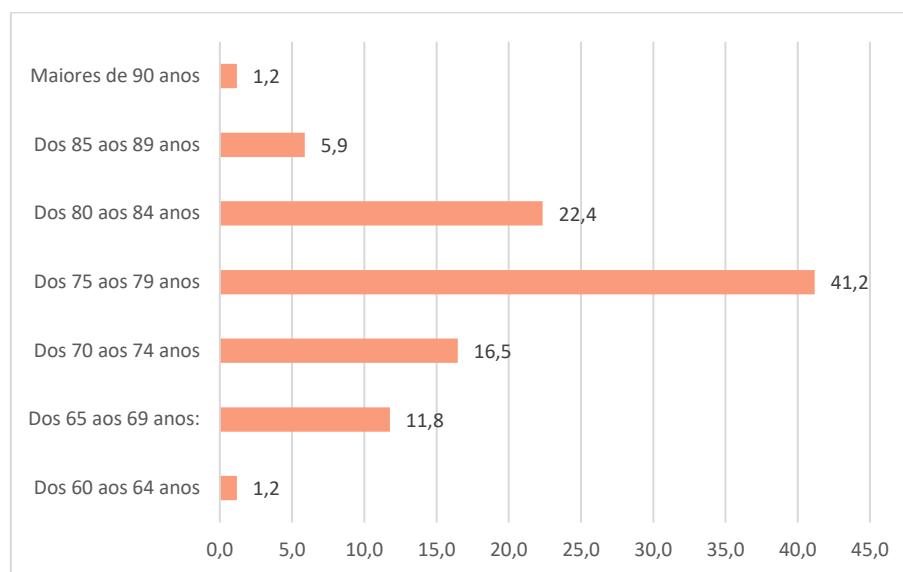
Prevalência de utentes provenientes maioritariamente da freguesia

Um aspeto comum a todos os centros de convívio do Município consiste no facto de maioritariamente os utentes serem provenientes da própria freguesia onde o respetivo equipamento se localiza, reiterando assim tratar-se de uma resposta social preferencialmente de âmbito local, à semelhança de outras valências para este público-alvo, enquanto se mantêm no próprio domicílio.

Na análise do perfil dos utentes, destaca-se o facto de esta atender a pessoas com idades muito heterogéneas, abrangendo utentes dos 60 aos 90 ou mais anos. Contudo, estatisticamente, a maior proporção dos utentes encontra-se na faixa etária dos 75 aos 79 anos de idade (41,2%), seguida das faixas etárias imediatamente anteriores e posteriores, levando a que a proporção de utentes entre os 70 e os 84 anos corresponda a 80% dos utentes. Pelo contrário, as faixas etárias mais jovens e mais idosas, correspondem a pequenos segmentos da procura desta resposta social (1,2% dos utentes tem entre 60 e 64 anos de idade e 90 ou mais anos respetivamente).

Assim, a partir dos 84 anos de idade regista-se uma queda abrupta dos utentes, associado à acentuada deterioração das suas condições físicas e psicológicas, na generalidade das situações, associadas ao avançar da idade, levando à necessidade de outro tipo de respostas sociais, capaz de suprimir a incapacidade de se manterem autónomos nas próprias residências.

Figura 41 – Utentes dos centros de convívio, por grupo etário (%)



Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

Os utentes apresentam uma marcante assimetria em resultado do sexo, verificando-se que os utentes do sexo feminino são os que mais procuram este tipo de resposta social (79%, face a 21% de utentes do sexo masculino).

Oferta de serviços complementares centrada na promoção de atividades desportivas, culturais e musicais

Os centros de convívio da Chamusca apresentam uma panóplia de serviços complementares que vai de encontro precisamente ao objetivo essencial da presente valência, de proporcionar e desenvolver serviços e atividades adequadas ao bem-estar das pessoas idosas, que contribuam para um envelhecimento ativo e saudável, que melhore a sua qualidade de vida, autonomia e integração social. Deste modo, verifica-se que as atividades desportivas, musicais e culturais eram os serviços complementares transversais à oferta dos quatro centros de convívio do Município.

O serviço de refeições constitui-se igualmente como um serviço complementar com considerável expressão nesta resposta social, não sendo assegurado apenas por um único centro de convívio.

Já os serviços complementares mais específicos, tais como atividades de férias ou cuidados de saúde representam uma oferta mais circunscrita, sendo disponibilizada apenas por um único centro de convívio respetivamente.

Centros de convívio com bom estado de conservação

A avaliação realizada pelas entidades gestoras dos centros de convívio às condições gerais desta resposta social indicam que esta valência reúne diversos aspetos positivos. Desde logo, todos os

centros de convívio dispõem de espaços exclusivos para o funcionamento da resposta social, o que representa uma vantagem, na medida em que não compromete o normal funcionamento da sua atividade.

Acresce que em todos foi efetuada uma boa avaliação do estado de conservação das instalações, assim como se constatou que todos estes espaços foram construídos de raiz para o efeito.

Perfil de trabalhadores afeto aos centros de convívio com primazia de mulheres em idades ativas mais avançadas

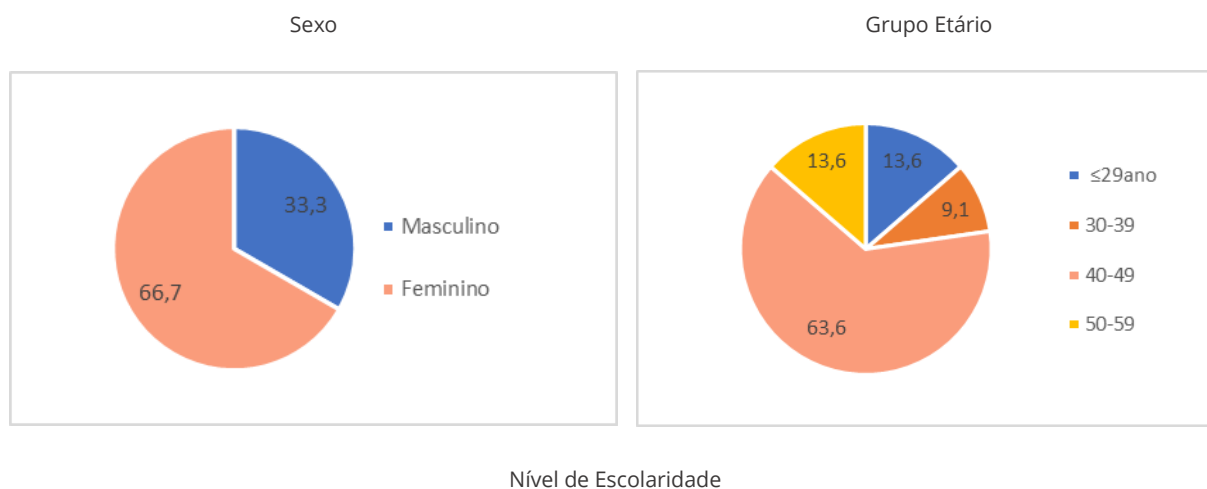
Em 2021, a resposta centro de convívio abrangia apenas 13 recursos humanos no Concelho da Chamusca, oscilando o quantitativo de recursos humanos total por centro de convívio entre 2 e 4 trabalhadores.

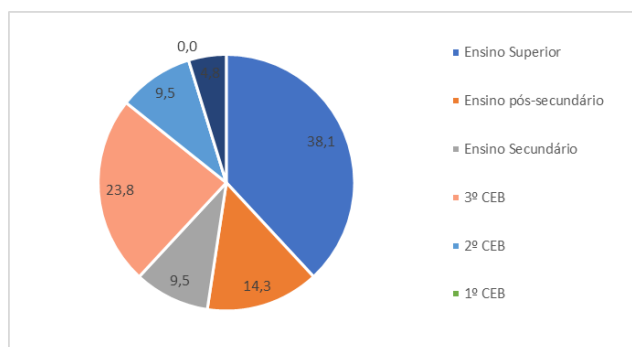
Uma análise do perfil dos recursos humanos coloca em evidência a primazia de trabalhadores do sexo feminino (66,7%), face aos trabalhadores do sexo masculino (33,3%), em linha com aquilo que é a prática comum nas respostas sociais em Portugal.

Quanto ao grupo etário, prevalece um perfil de população em idade ativa na faixa etária entre os 40 e os 49 anos de idade, que representam 63,6% dos trabalhadores. Entre os restantes grupos etários, identificam-se, no entanto, trabalhadores de todas as faixas etárias, desde com idades até aos 29 anos de idade, até trabalhadores até aos 59 anos de idade, com uma incidência tendencialmente idêntica. Apenas não se registam trabalhadores com 60 ou mais anos de idade.

A tipologia de cargos exercidos revela a primazia dos técnicos (38,1%), seguida dos dirigentes e auxiliares (23,8% respetivamente), enquanto os administrativos correspondem a apenas 14,3% dos trabalhadores, associado há menor necessidade desta função. Não se registou qualquer outra função de recursos humanos alocada aos centros de convívio, a que acresce ainda salientar que alguns trabalhadores acumulam mais do que um cargo.

Figura 42 – Perfil dos recursos humanos afetos aos centros de convívio, em 2021 (%)





Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

Com uma forte articulação com esta estrutura de funções dominada pelos técnicos, verifica-se uma primazia do Ensino Superior (38,1%) no nível de qualificações dos recursos humanos. Este representa um fator positivo a destacar da presente resposta social, atendendo a rarefação deste padrão nas demais respostas sociais concelhias ou mesmo regionais/nacionais.

Com um peso percentual mais relevante, seguem-se os trabalhadores com o 3º Ciclo do Ensino Básico (23,8%) e muito embora não se identifiquem trabalhadores com o 1º Ciclo do Ensino Básico, as globalidades de trabalhadores com o Ensino Básico representam 33,3% dos trabalhadores da resposta social. Acresce ainda notar que uma franja dos trabalhadores não dispõe de qualquer nível de ensino completo (4,8%)

Considerando apenas os trabalhadores para os quais foi indicado o vínculo contratual, registam-se apenas vínculos contratuais sem termo (100%). Quanto à afetação horária, observa-se um forte equilíbrio entre os trabalhadores alocados à valência a tempo inteiro (50%) e a tempo parcial (50%).

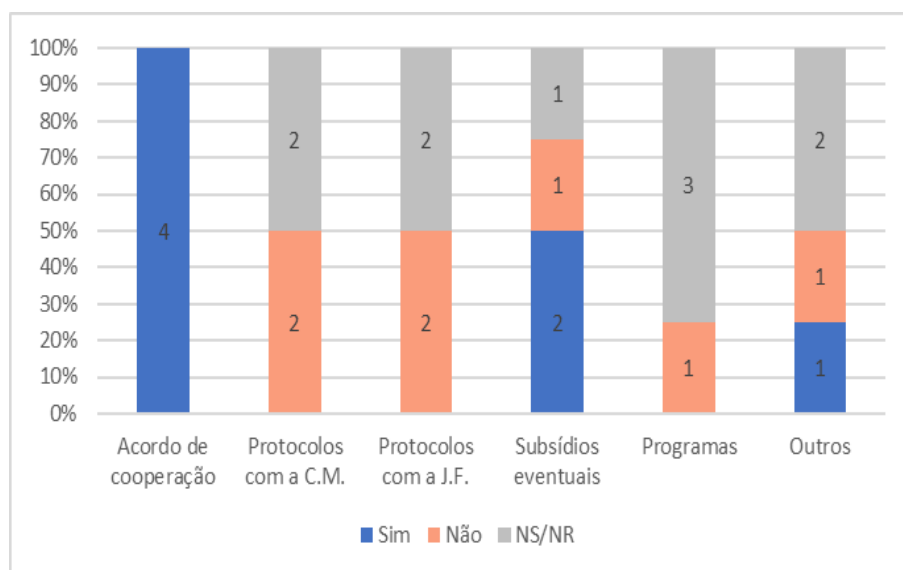
Por último, a grande maioria dos trabalhadores acumula o trabalho nos centros de convívio com outras valências (11 de um total de 13 recursos humanos afetos no Concelho aos centros de convívio).

Perspetivas de investimentos a curto prazo diversas

As fontes de financiamento dos centros de convívio apresentam-se circunscritas e amplamente dependentes dos Acordos de Cooperação com o Instituto de Segurança Social (ISS). Esta constitui a única fonte de financiamento transversal à totalidade dos centros de d convívio, facto que reitera assim a dependência das transferências da Administração Central para se assegurar o funcionamento desta resposta social. Esta fonte de financiamento abrangia um quantitativo muito significativo de utentes (63).

Entre as demais fontes de financiamento identificam-se apenas os subsídios eventuais, indicados apenas por 2 entidades, tendo apenas uma outra entidade, indicado outras fontes de financiamento.

Figura 43 – Fontes de financiamento para a resposta social centro de convívio, 2021 (N.º)



Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

Não obstante alguns dos aspetos positivos identificados anteriormente, sobretudo numa análise comparativa com o quadro geral apresentado por outras respostas sociais no Município, verifica-se que no âmbito dos centros de convívio, nenhuma das entidades gestoras considera a realização de investimentos na valência, nos próximos 2 anos.

Esta contração do investimento da valência no horizonte temporal de curto prazo resulta da concertação de múltiplos aspetos, tais como a própria estrutura de financiamento da resposta social acima apresentada, da crescente diversificação do perfil da população sénior e idosa, que procura cada vez mais respostas sociais distintas das convencionais (universidades sénior, por exemplo), mas também do clima económico pautado por uma forte incerteza, o que obstaculizam indelevelmente a capacidade de investimento das entidades, assim como subsequentemente limita o investimento contínuo na qualificação da oferta.

As preocupações com o investimento continuado na oferta social, nas suas diferentes vertentes e domínios, colocam-se hoje, com maior acuidade, na agenda social, de forma a assegurar a continua qualificação da oferta e a sua adequação à evolução das exigências legais e normativas em vigor. A avaliação global positiva realizada pela totalidade das entidades gestoras desta resposta social, a par da ausência de constrangimentos identificados, poderá também explicar a ausência de investimentos previstos para os próximos 2 anos, de forma a salvaguardar a necessária sustentabilidade financeira destas respostas sociais, sem que tal comprometa a qualidade da oferta existente.

5.2.1.3. Estrutura Residencial para Idosos

Considera-se estrutura residencial para pessoas idosas (ERPI), o estabelecimento para alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, em que sejam desenvolvidas atividades de apoio social e prestados cuidados de enfermagem. A estrutura residencial pode assumir uma das seguintes modalidades de alojamento: a) Tipologias habitacionais, designadamente apartamentos e ou moradias; b) Quartos e c) Tipologias habitacionais em conjunto com o alojamento em quartos (Carta Social, MTSSS – 2021).

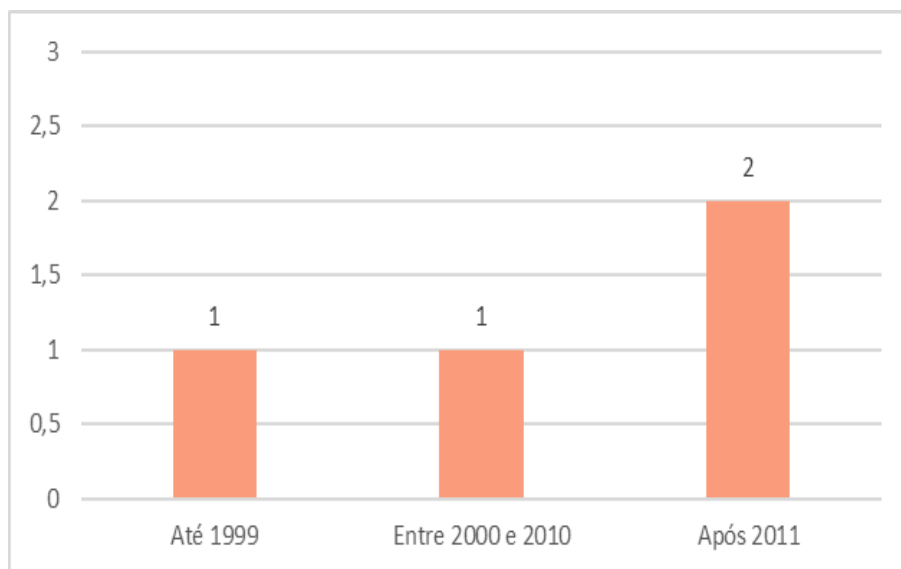
Em 2021, existiam 4 ERPI, geridas exclusivamente por entidades não lucrativas

Em 2021, existem no Município 4 respostas sociais de ERPI orientadas para as pessoas idosas, geridas exclusivamente por entidades SFL, indicativo, portanto, da ausência de intervenção do setor privado lucrativo nesta valência.

A distribuição territorial da oferta apresenta uma importante cobertura territorial, com a resposta social ERPI a encontrar-se presente em três freguesias, designadamente, na União de Freguesias de Parreira e Chouto (2 ERPI), na União de Freguesias da Chamusca e Pinheiro Grande e na Freguesia da Carregueira (1 ERPI respetivamente). Esta espacialização indica assim a ausência da valência apenas nas Freguesias de Vale de Cavalos e de Ulme. A proximidade aos contextos sociofamiliares dos utentes no processo de institucionalização constitui-se essencial para o seu sucesso ou, pelo menos, para a mitigação dos constrangimentos indeclináveis que este acarreta. Esta abordagem fundamenta assim o padrão locativo das ERPI registado no Município, que muito embora proporcionando uma considerável cobertura territorial, caracteriza-se por uma maior centralidade da oferta.

A oferta de ERPI atualmente existente no Município apresenta um histórico de entrada em funcionamento progressivo ao longo das últimas décadas, acompanhando assim a própria intensificação do envelhecimento demográfico. A ERPI mais antiga em funcionamento iniciou atividade em 1983, tendo assim aproximadamente quatro décadas de experiência. Na primeira década do século XXI, a Chamusca passou a contar com mais outra ERPI, pelo que aquando da realização da anterior Carta Social do Concelho, em 2010, apenas estas duas ERPI já se encontravam em funcionamento. Desde então, registou-se um aumento do investimento nesta valência, tendo sido criadas mais duas ERPI (2012 e 2015).

Figura 44 – Abertura de ERPI, por intervalos de anos, em 2021 (N.º)



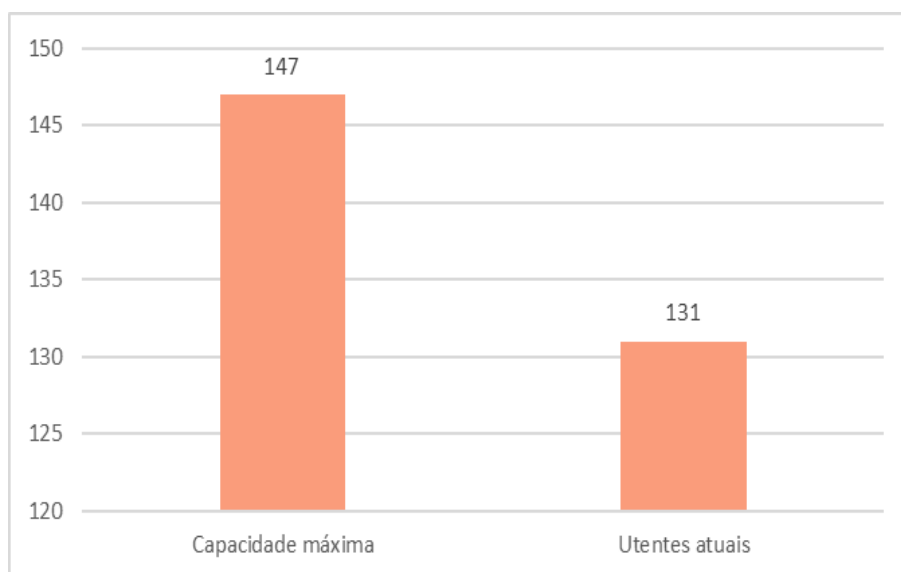
Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

Resposta social com uma taxa de ocupação de 89%, em 2021

A capacidade instalada atualmente nesta resposta social é de 147 lugares, no entanto, atualmente as ERPI totalizavam 131 utentes, o que perfazia uma taxa de ocupação de 89%. Embora se tratando de uma taxa de ocupação bastante elevada, esta regista uma capacidade efetiva de acompanhar a tendência de crescimento da procura (16 lugares disponíveis).

Apesar deste padrão médio concelhio, identificam-se algumas dissemelhanças entre as 4 respostas sociais de ERPI no Concelho. Uma única resposta social se encontra atualmente a funcionar no limite da sua capacidade máxima (taxa de ocupação de 100%). Todas as demais ERPI apresentam taxas de ocupação elevadas (uma com uma taxa de ocupação de 84% e as duas restantes de 90%), muito embora o número de lugares disponíveis varie entre 2, 6 e 8.

Figura 45 – Capacidade máxima e utentes atuais das ERPI, em 2021 (N.º)



Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

De acordo com a informação fornecida pelas entidades gestoras/proprietárias no decurso do processo de recenseamento, não se identifica qualquer situação de sobrelotação no funcionamento destas respostas sociais.

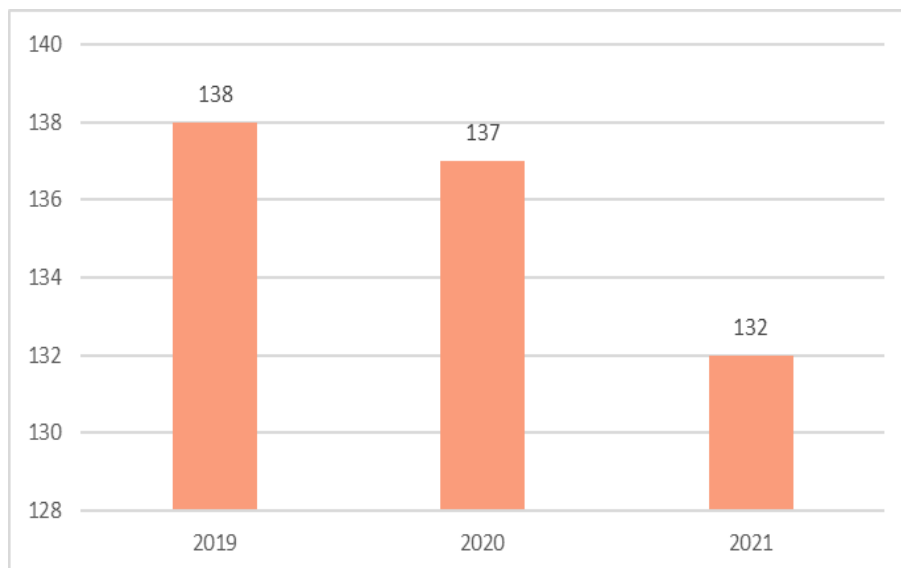
No triénio 2019 a 2021, as ERPI registaram uma quebra de -4,3% dos utentes

No triénio 2019 a 2021, os utentes das ERPI no Concelho registaram uma quebra ligeira (taxa de variação de 4,3%). Esta quebra manifestou-se de forma progressiva, no período considerado, decrescendo assim o quantitativo de utentes de 138 utentes, em 2019, para 132 utentes, em 2021.

Os utentes das ERPI representam, em geral, o segmento da população idosa mais vulnerável, em que ocorre uma maior incidência da mortalidade, agravada pela pandemia da COVID-19, o que poderá explicar esta quebra. O conjunto de medidas excecionais e temporárias relativas à situação epidemiológica da COVID-19 ao dificultarem a proximidade e interação entre os idosos e os seus

familiares, a par de uma quebra de rendimentos de alguns agregados familiares, poderão ainda explicar uma contração da procura. Todavia, tratou-se de uma quebra ligeira dos utentes, sobretudo, atendendo ao elevado impacto da mortalidade gerada por COVID-19 em muitas ERPI, no país.

Figura 46 – Utesntes das ERPI, entre os anos 2019, 2020 e 2021 (N.º)



Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

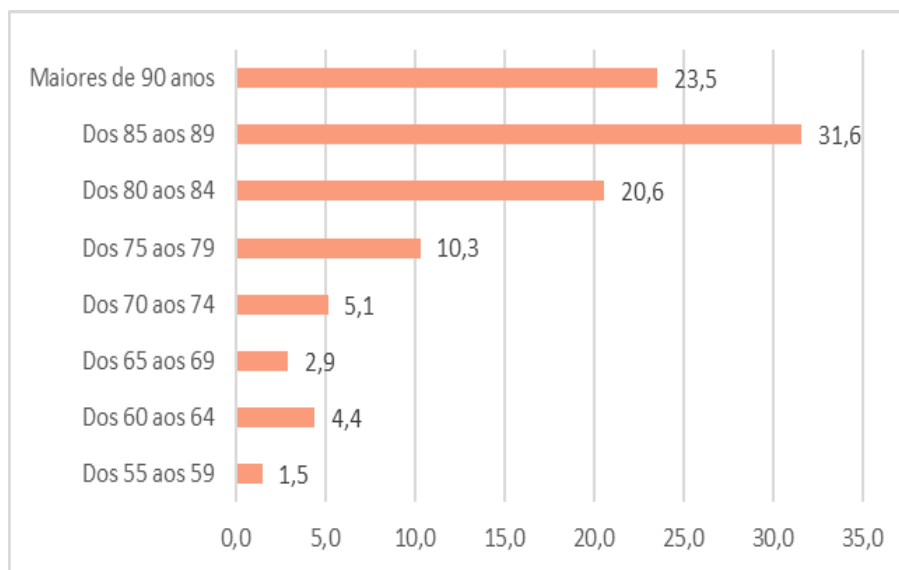
ERPI do Concelho com prevalência de resposta a utentes provenientes da própria freguesia

Muito embora constituindo uma resposta de âmbito concelhio, sem que obedeça a um padrão de inserção local nos territórios do quotidiano dos seus utentes, verifica-se que todas as ERPI têm utentes provenientes maioritariamente da própria freguesia. Esta é inequivocamente uma potencialidade, pelos efeitos positivos que apresenta no processo de institucionalização dos idosos.

O perfil dos utentes da presente resposta social encontra-se marcado pela preponderância dos indivíduos do sexo feminino (63,2%), enquanto os do sexo masculino representam 37% procura efetiva.

Os utentes apresentam-se heterogéneos quanto às faixas etárias, evidenciando a transversalidade das situações de dependência, com recurso a institucionalização, a diferentes idades. Contudo, verifica-se que a população até aos 65 anos assume uma expressão muito diminuta (5,9%) e até aos 74 anos de idade circunscreve-se aos 8,1%, dados que retratam as progressivas melhorias nas condições gerais de saúde, de vida e bem-estar que a população idosa e que explicam que com esta idade maioritariamente possam ser indivíduos autónomos e ativos. É a partir do grupo etário dos 75 aos 79 anos de idade que se observa uma maior procura das ERPI, intensificando-se a procura subsequentemente até ao grupo etário dos 85 aos 89 anos de idade que constitui o segmento dos utentes com maior peso (31,6%). Os utentes com 90 ou mais anos constituem o segundo grupo mais relevante, pois representam 23,5% da procura efetiva, reflexo da cada vez maior longevidade da população.

Figura 47 – Utentes das ERPI, por grupo etário (%)



Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

Serviços complementares diversos, embora com prevalência de serviços básicos

Os serviços complementares assegurados pelas ERPI apresentavam-se heterogéneos, com uma vasta diversidade de serviços e atividades proporcionadas aos utentes. Contudo, são os serviços que visam responder às necessidades básicas da população, tais como a confeção e o serviço de refeições e os cuidados de saúde, a tipologia de serviços complementares dominantes, sendo assegurados pelas 4 ERPI em funcionamento no Concelho da Chamusca. A estes serviços de natureza mais central no âmbito de intervenção da resposta social, acrescem os serviços de cabeleireiro, também assegurados pela totalidade das ERPI, demonstrativo do enfoque crescente das ERPI no bem-estar dos utentes e diversificação do perfil dos próprios utentes da resposta social.

A crescente diversificação do perfil dos idosos verificado no decurso dos últimos anos, com uma cada vez maior valorização e cuidado com a imagem, explica que 3 ERPI proporcionem serviços de pedicure e assegurem atividades desportivas, musicais e culturais.

O acompanhamento psicológico representa o serviço complementar menos assegurado nas ERPI, existindo apenas em 2 respostas desta tipologia, não deixando, no entanto, de evidenciar a cada vez maior consciencialização da sociedade para a importância da saúde mental.

No Concelho da Chamusca, nenhuma das ERPI em atividade promove atividades de férias aos seus utentes, facto amplamente decorrente da vulnerabilidade da condição física em que estes utentes muitas vezes se encontram e regularidade de cuidados que exigem, o que impossibilita a realização de atividades no exterior, não obstante, a possibilidade de influência de outros fatores, tais como dificuldades de transporte ou insuficiência de recursos humanos.

ERPI com bom estado de conservação

De acordo com a avaliação realizada pelas entidades gestoras/proprietárias da resposta social, a maioria das ERPI do Município apresentam-se bom estado de conservação, tendo apenas uma entidade efetuado uma classificação de “razoável”.

Esta avaliação amplamente favorável encontra-se fortemente associada a múltiplos outros fatores, entre os quais se destacam a totalidade das ERPI disporem de espaços exclusivos para o respetivo funcionamento, facto que não compromete o desenvolvimento harmonioso das respetivas atividades e serviços. Acresce que todas foram construídas de raiz para o efeito e reúnem as condições adequadas para a prestação do serviço.

Perfil de trabalhadores afeto às ERPI com primazia de mulheres e prevalência de fracas qualificações

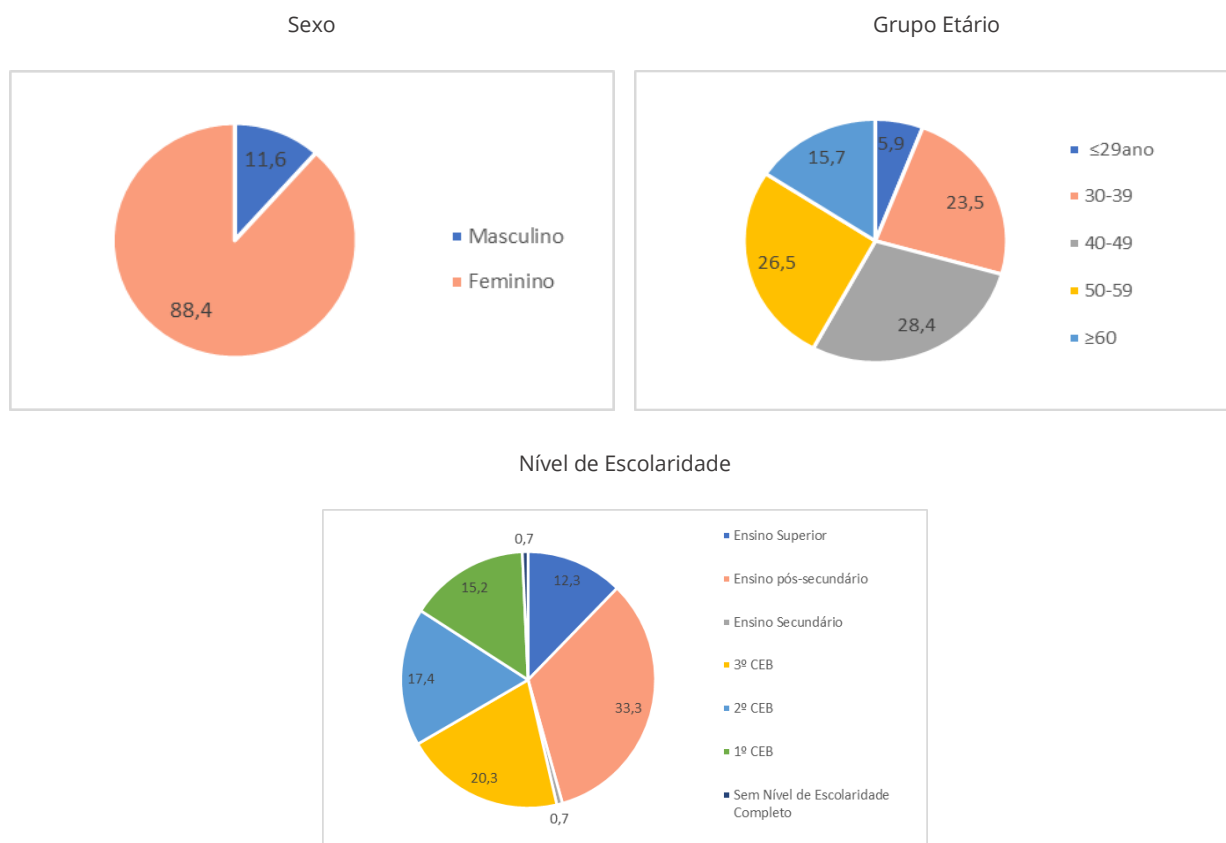
Em 2021, a resposta ERPI abrangia 131 recursos humanos no Concelho da Chamusca, o que dá um número de trabalhadores médio de 33 recursos humanos por ERPI. Contudo, uma análise individualizada da alocação de recursos humanos a esta valência demonstra uma amplitude de trabalhadores considerável, oscilando entre um mínimo de 14 e um máximo de 55 trabalhadores.

O perfil dos recursos humanos afetos à resposta social torna inequívoca o predomínio de mulheres a desempenharem funções nas ERPI, representando estas 88,4% dos trabalhadores, enquanto os indivíduos do sexo masculino constituem 11,6% dos trabalhadores.

Esta constitui-se também como uma área de trabalho que abrange recursos humanos de todas as faixas etárias, desde trabalhadores abaixo dos 29 anos até aos que registam 60 ou mais anos. Não obstante, o grupo dos 40 aos 49 anos representa o mais significativo (28,4%), seguido dos trabalhadores com idades compreendidas entre os 50 e os 59 anos de idade (26,5%). As condições primordialmente físicas inerentes ao desempenho destas funções consubstanciam a estrutura de idades dos trabalhos das ERPI.

A tipologia de cargos exercidos demonstra a ampla preponderância da função de auxiliar, que representa 66,7% do total de recurso humanos. Não obstante, esta resposta social conta com uma vasta diversidade de outras funções, tais como os técnicos (10,9%) ou os dirigentes e administrativos que representam respetivamente 5,1% dos recursos humanos. Acrescem ainda diversos outros trabalhadores, a desempenharem funções muito diversas, que constituem 12,3% dos trabalhadores.

Figura 48 – Perfil dos recursos humanos afetos às ERPI, em 2021 (%)



Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

Com uma forte articulação com esta estrutura de funções, verifica-se uma primazia do ensino pós-secundário no nível de escolaridade dos trabalhadores das ERPI (33,3%). Contudo, a maioria dos recursos humanos apresenta um nível de escolaridade circunscrito ao ensino básico (52,9%), refletindo um perfil de trabalhadores com baixas qualificações. Importa ainda salientar que apenas 12,3% dos trabalhadores apresentam um nível de escolaridade superior, proporção inferior à de qualquer um dos três ciclos do ensino básico (15,2% tem o 1º Ciclo do Ensino Básico, 17,4% tem o 2º Ciclo do Ensino Básico e 20,3% tem o 3º Ciclo do Ensino Básico), evidenciando assim uma diminuta absorção e valorização do capital humano qualificado.

Por último, na avaliação das condições laborais identificam-se alguns aspetos favoráveis, como sendo a prevalência dos vínculos contratuais sem termo (78,3%), ainda que um segmento dos trabalhadores afeto às ERPI se encontre numa situação mais precária (21,7%) e destaca-se ainda o facto de 98,2% dos recursos humanos estar afeto a tempo inteiro à valência. Apenas cerca de 1/5 dos trabalhadores da resposta social (21,4%) acumulam o trabalho nas ERPI com outras valências.

Prevalência de entidades com investimentos programados a curto prazo

As fontes de financiamento das ERPI apresentam-se muito circunscritas, tendo a totalidade das entidades indicado unicamente os Acordos de Cooperação com o Instituto de Segurança Social (ISS).

Esta fonte de financiamento reitera a relevância das transferências da Administração Central para o setor social, à semelhança do observado na generalidade das respostas sociais em Portugal.

Esta fonte de financiamento abrangia um quantitativo muito significativo de utentes (114), o que representa 87% dos utentes atuais da resposta social.

Apenas uma entidade gestora da valência ERPI apresenta investimentos programados para o curto prazo (3 indicaram não ter qualquer investimento programado), o que reflete por um lado as condições gerais favoráveis apresentadas pelas entidades gestoras, mas reflete também o clima de instabilidade económica que o país atravessa. Considerando a entidade gestora com investimentos programados, estão previstos investimentos de ampliação das instalações e de renovação e remodelação, a serem executados com recurso a programas nacionais de apoio aos equipamentos sociais, assim como a programas de apoio comunitários.

Primazia dos constrangimentos financeiros

Das 4 ERPI em funcionamento no Concelho, 2 delas não apresentaram qualquer constrangimento atual ao funcionamento da resposta social.

Entre as 2 ERPI com constrangimentos, foram apresentados apenas dificuldades financeiras, que podem resultar de diversos aspetos, tais como a quebra de utentes verificada no último triénio, ainda que ligeira, a persistência de funcionamento das ERPI abaixo da sua capacidade máxima, constrangimentos agravados pela situação epidemiológica da COVID-19 e respetivo conjunto de medidas excecionais e temporárias adotadas. Os constrangimentos de ordem financeira constituem-se particularmente relevantes pela abrangência do seu impacto negativo no funcionamento das respostas sociais.

5.2.1.4. Serviço de Apoio Domiciliário

Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária (Carta Social, MTSSS – 2021).

Em 2021, existiam 6 SAD exclusivamente geridas por entidades não lucrativas

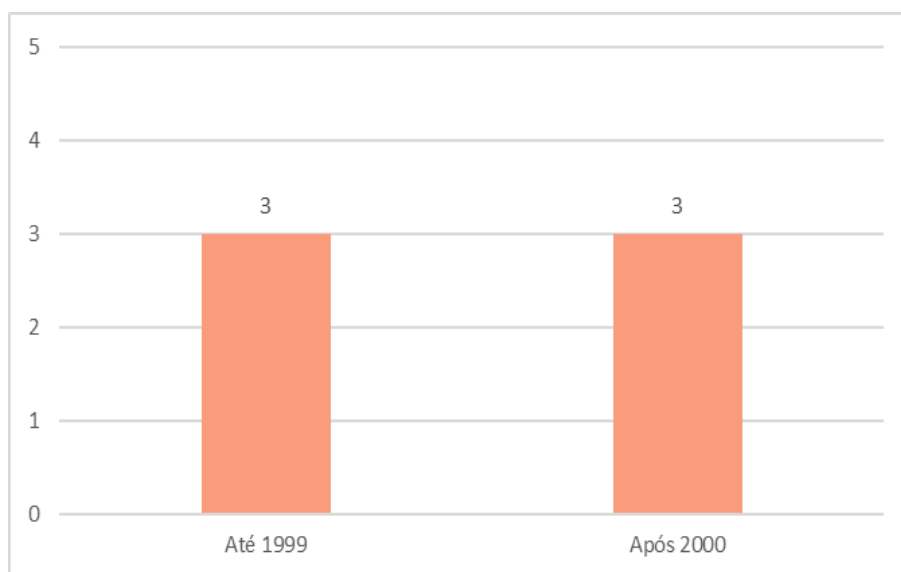
Em 2021, existem no Município 6 respostas sociais de serviço de apoio domiciliário (SAD) orientados para as pessoas idosas, tratando-se de uma resposta social gerida exclusivamente por entidades SFL.

A distribuição territorial da oferta apresenta uma dispersão territorial, com existência de uma SAD em todas as freguesias do Concelho, a que acresce que na União de Freguesias de Parreira e Chouto coexistem duas respostas sociais.

A oferta atual de SAD entrou em funcionamento na sua totalidade num curto período, tendo o SAD mais antigo iniciado atividade em 1990 e o mais recente em 2006, acompanhando assim o aumento da expressão do fenómeno do envelhecimento populacional na sociedade portuguesa.

Subsequentemente, a totalidade da oferta de SAD apresenta um importante histórico de intervenção e já se encontrava em funcionamento aquando da realização da Carta Social da Chamusca, em 2010.

Figura 49 – Abertura de SAD, por intervalos de anos, em 2021 (N.º)



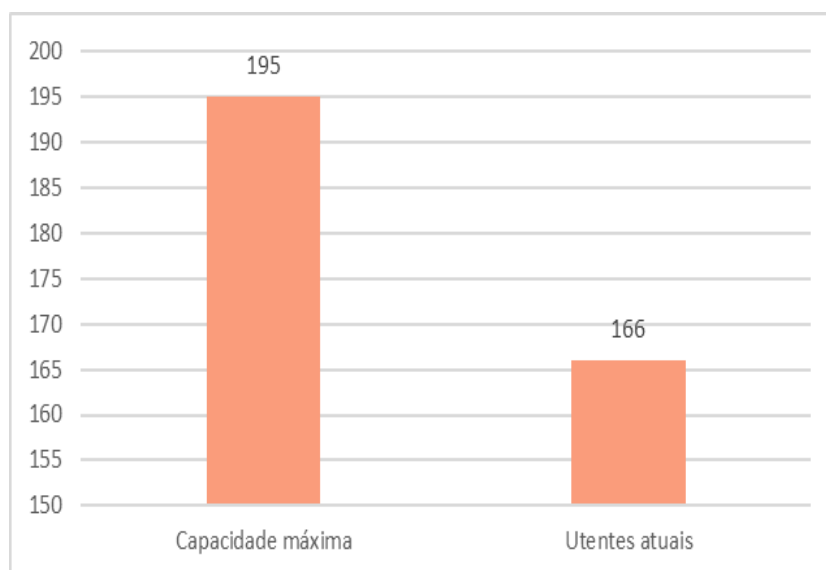
Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

Resposta social com uma taxa de ocupação de 85,1%, em 2021

A capacidade instalada atualmente nesta resposta social é de 195 lugares, no entanto, em 2021, os SAD totalizavam 166 utentes, o que perfazia uma taxa de ocupação de 85,1% e indica a existência de 29 lugares disponíveis no conjunto da resposta social no Concelho, para acompanhar um eventual aumento da procura efetiva.

Apesar deste padrão médio concelhio, identificam-se capacidades instaladas e níveis de procura ligeiramente assimétricos no Concelho, sendo que estes oscilam entre um mínimo de 20 lugares e um máximo de 45 lugares. Por conseguinte, as várias respostas sociais apresentam taxas de ocupação diferenciadas oscilando entre os 55% e 100%, sendo que metade destas respostas estão a funcionar no limite da sua capacidade.

Figura 50 – Capacidade máxima e utentes atuais dos SAD, em 2021 (N.º)



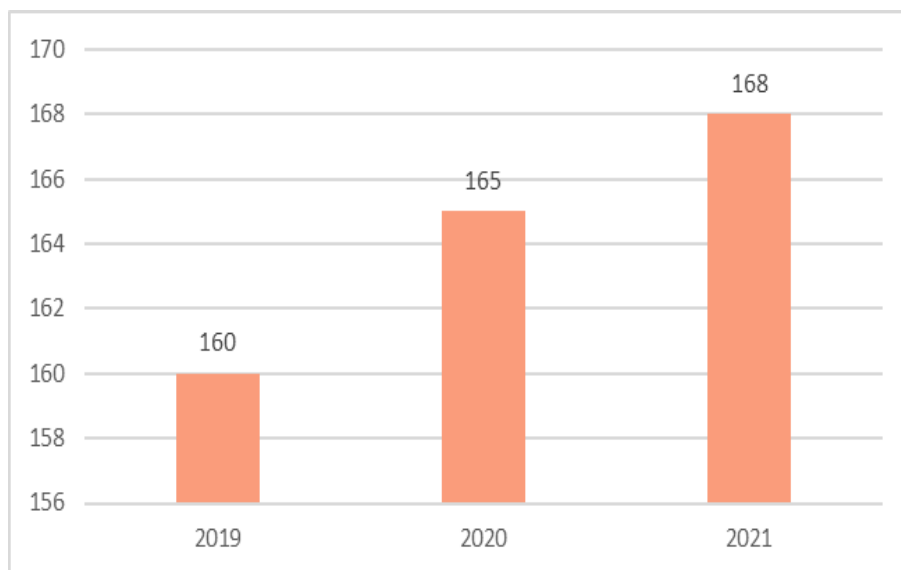
Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

No triénio 2019 a 2021, os SAD registaram um acréscimo da procura de 5%

No triénio 2019 a 2021, os utentes da presente resposta social registaram um aumento progressivo do quantitativo de utentes, ainda que ligeiro, tendo passado de 160 utentes, em 2019, para 165 utentes, em 2020, para 168, em 2021, perfazendo uma variação positiva de 5% da procura.

Esta dinâmica da procura representa uma tendência inversa à da generalidade das respostas sociais, em igual período, que tiveram uma quebra da procura, na sequência dos confinamentos gerais da população decretados no âmbito da Pandemia da COVID-19 e das muitas medidas de saúde pública adotadas. Esta valência ao permitir responder às necessidades dos utentes idosos no seu próprio domicílio, representou uma vantagem acrescida em tempos de Pandemia, ao permitir assim que utentes, por vezes, particularmente fragilizados, possam permanecer no próprio domicílio, sem ficarem tão expostos à propagação da doença.

Figura 51 – Utentes dos SAD entre os anos 2019, 2020 e 2021 (N.º)



Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

Não obstante esta análise global para a resposta social, importa salientar que se registaram importantes assimetrias entre as respostas sociais de SAD, com duas respostas desta tipologia a registarem um acréscimo da procura, uma das quais muito acentuada (33,3% e 10,5%), duas respostas a manterem inalterada a procura e outras duas a registarem quebras no número de utentes (-4,9% e -8,3%).

Prevalência de utentes provenientes maioritariamente da freguesia

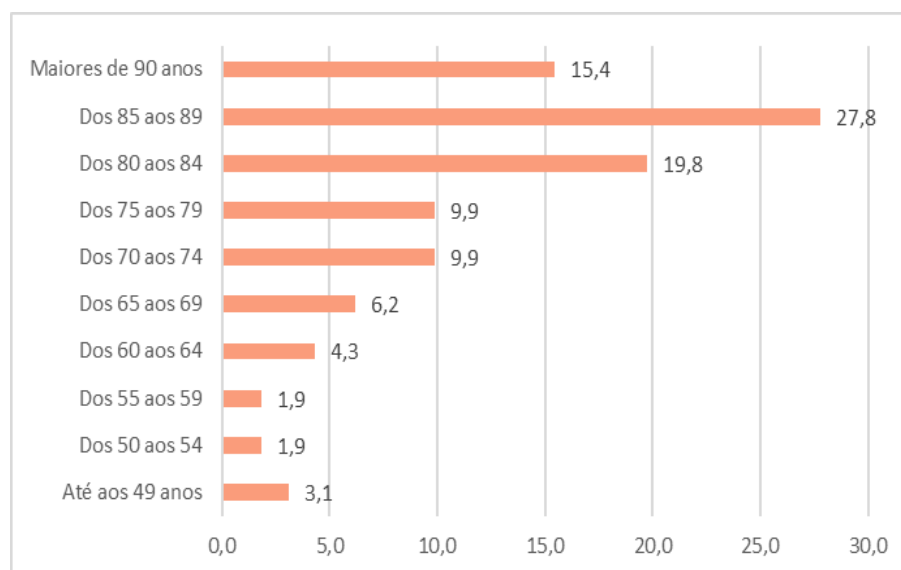
Um aspeto comum a todos os SAD em funcionamento no Concelho consiste no facto da maioritariamente os utentes serem provenientes da própria freguesia onde o respetivo equipamento se localiza, reiterando assim tratar-se de uma resposta social preferencialmente de âmbito local, muito embora com serviço ao domicílio.

Os utentes apresentam uma ténue assimetria em resultado do sexo, verificando-se que os utentes do sexo feminino são os que mais procuram este tipo de resposta social (53%, face a 47% de utentes do sexo masculino), situação que resulta da conjugação de múltiplos fatores de âmbito diverso.

O perfil dos utentes caracteriza-se por uma importante heterogeneidade de faixas etárias. Ainda que constituindo uma resposta social para as pessoas idosas, os SAD apresentam utentes com idades compreendidas até aos 49 anos de idade (3,1%) reiterando assim que esta não se trata de uma resposta social exclusiva dos mais idosos, mas que dá suporte a pessoas de todas as idades em situação de dependência temporária ou definitiva.

Contudo, 88,9% dos utentes de SAD são pessoas com 65 ou mais anos, evidenciando-se um aumento dos níveis da procura efetiva correlativamente ao aumento da idade, decorrente da deterioração das condições físicas e psicológicas dos utentes, a par com o aumento de situações de isolamento social. Entre estes, a faixa etária entre os 85 e os 89 anos de idade é a mais relevante (27,8%).

Figura 52 – Utentes dos SAD, por grupo etário (%)



Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

Serviços complementares diversos e heterogéneos, com prevalência de atividades essenciais

Os serviços complementares assegurados pelos SAD apresentavam-se heterogéneos. No entanto, destacavam-se a confeção, a higiene pessoal e o tratamento de roupas, serviços assegurados pela totalidade das respostas de SAD.

A aquisição de géneros alimentares ou outros artigos, os serviços de telealarme/teleassistência, o acompanhamento a deslocações ao exterior e a higiene habitacional encontram-se igualmente entre os serviços complementares mais frequentemente assegurados por esta resposta social, uma vez que apenas uma entidade referiu não prestar estes serviços.

A estes acrescem vários outros serviços complementares, ainda que assegurados por um número inferior de entidades (4), tais como o acompanhamento psicossocial individual e familiar, a colaboração na toma de medicação, a cedência de fraldas e o serviço de transporte. Os restantes serviços são promovidos por um quantitativo variável e mais residual de entidades.

SAD com bom estado de conservação

Os SAD maioritariamente não dispunham de espaços exclusivos (5), sendo que apenas 1 entidade gestora indicou o contrário.

A maioria das entidades gestoras efetuou uma boa avaliação do estado de conservação das instalações (5), sendo que apenas 1 indicou um estado de conservação “razoável”. Para esta avaliação globalmente muito favorável contribui o facto de todos os SAD funcionarem em instalações construídas de raiz para o efeito.

A totalidade das entidades gestoras considerou que o espaço onde funcionam reúne as condições adequadas para a prestação do serviço.

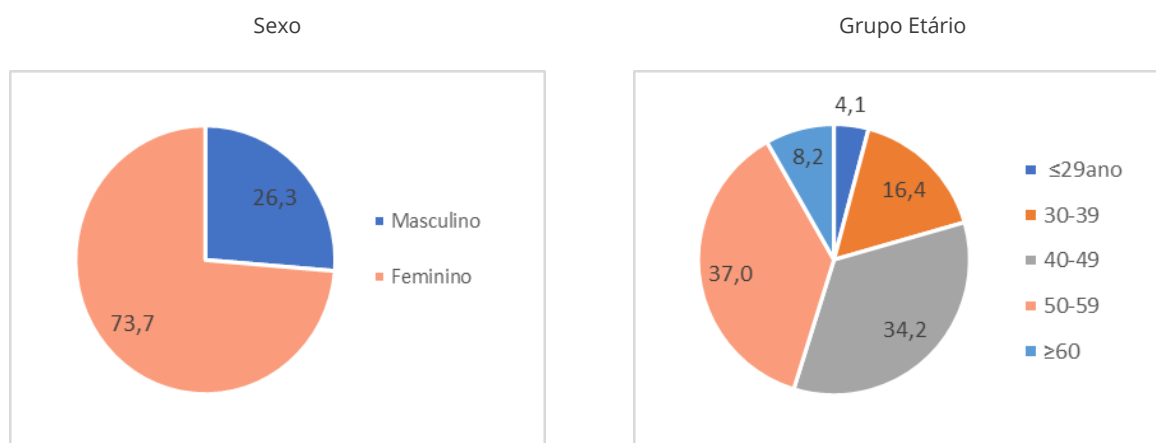
Perfil de trabalhadores afeto aos SAD com primazia de mulheres em idades ativas mais avançadas

Em 2021, a resposta SAD totalizava 64 recursos humanos no Concelho da Chamusca. A análise do perfil dos trabalhadores evidencia que esta constituía uma área de trabalho amplamente dominada por mulheres, que representavam 74% dos trabalhadores, enquanto os indivíduos do sexo masculino representavam apenas 26% dos trabalhadores.

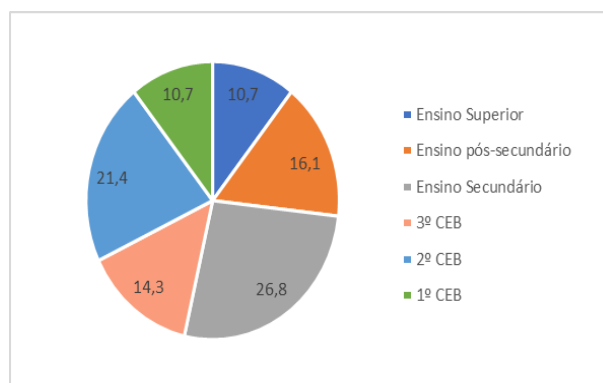
Esta constitui-se também como uma área de trabalho com prevalência de trabalhadores em idades mais avançadas, com primazia dos trabalhadores com idades compreendidas entre os 40 e os 59 anos de idade, que representavam 71,2% do total de recursos humanos. Entre as faixas etárias mais jovens verifica-se uma menor preferência por este tipo de serviços, à semelhança do observado para a generalidade do domínio das pessoas idosas (os trabalhadores abaixo dos 29 anos de idade representavam apenas 4,1% do total de recursos humanos). A partir dos 60 ou mais anos observa-se também uma quebra dos recursos humanos afetos à resposta (8,2%), associado às exigências físicas que a resposta exige.

A tipologia de cargos exercidos demonstra a ampla preponderância de funções mais desqualificadas, designadamente, a de auxiliar (36%) e de outras (20%), muito embora os dirigentes representem 21% dos recursos humanos da valência. Os administrativos constituem 9% do total de recursos humanos da valência, e os técnicos apresentam um peso ligeiramente superior de 14%, indicando assim um fraco recurso a trabalhadores técnicos e qualificados.

Figura 53 – Perfil dos recursos humanos afetos ao SAD, em 2021 (%)



Nível de Escolaridade



Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

Refletindo a estrutura de funções dominante, verifica-se uma primazia do ensino secundário (26,8%) que conjuntamente com os trabalhadores com o ensino pós-secundário constituem 42,9%. Não obstante, estes apresentam um peso menor do que os trabalhadores com qualificações restritas ao ensino básico que na sua totalidade constituem 46,4% dos recursos humanos da valência.

Os trabalhadores com ensino superior representam o segmento menos relevante (10,7%), uma proporção igual à registada pelos trabalhadores com o 1º Ciclo do Ensino Básico.

Por último, importa salientar que cerca de 37,5% dos trabalhadores acumula o trabalho nas SAD com outras valências, uma evidência comum a várias respostas sociais do presente domínio de intervenção, sugestivas de pressão acrescida no desempenho das funções por parte dos trabalhadores.

Maioria das entidades gestoras desprovidas de investimentos para os próximos 2 anos

A grande maioria das entidades gestoras/proprietárias não apresenta investimentos programados para o curto prazo (4, enquanto apenas 2 indicaram ter investimentos programados). Esta leitura apresenta uma forte articulação com o clima económico pautado por uma forte incerteza, que compromete amplamente a capacidade de investimento das entidades, assim como subsequentemente limita o investimento contínuo na qualificação da oferta.

Considerando as duas entidades gestoras que indicaram ter investimentos programados, identifica-se uma heterogeneidade de investimentos previstos, tais como a ampliação das instalações e a aquisição de equipamento.

Prevalência de constrangimentos financeiros e ausência de espaço próprio para funcionamento da resposta social

Apenas 4 entidades gestoras/proprietárias dos SAD indicaram confrontar-se com constrangimentos no funcionamento da resposta social. À semelhança da generalidade das demais respostas sociais prevalecem constrangimentos de ordem financeira, a que acresce a necessidade de disporem de espaços próprios para o funcionamento da resposta social. Tratando-se de aspetos distintos, as limitações financeiras acabam por estar na origem do segundo constrangimento indicado.

5.2.1.5. Academia/Universidade Sénior

Esta não é uma resposta social formal ou com acordo com a Segurança Social. No entanto, por promover o combate ao isolamento e à exclusão social através da educação/formação (não certificada) da população sénior contribui para a manutenção de uma vida social ativa por via do desenvolvimento de atividades socio-recreativas e culturais, o que justifica a sua inclusão e abordagem no presente documento.

Em 2021, existiam 6 Academias/Universidades Seniores, exclusivamente geridas por entidades públicas

Em 2021, existiam 6 Academias/Universidades Seniores no Concelho da Chamusca, geridas por entidades da Administração Local, designadamente, pela Autarquia e por algumas das suas freguesias, mais concretamente, pela União de Freguesias da Chamusca e Pinheiro Grande, pela União de Freguesias de Parreira e Chouto e pelas Juntas de Freguesia de Carregueira, Ulme e Vale de Cavalos. A oferta concelhia acompanha assim o padrão prevalecente nestas respostas no país, uma vez que desde o surgimento da primeira instituição educativa vocacionada para este segmento da população em Portugal, na década de 70, que se segue predominantemente o modelo inglês caracterizado por uma oferta não formal e assegurada por entidades gestoras sem fins lucrativos, por oposição ao modelo francês que privilegia uma oferta mais formal, lecionada em universidades tradicionais.

Esta dotação considerável conferia ao Concelho da Chamusca particular singularidade, fazendo deste o Concelho com maior oferta de Academias/Universidades Seniores em toda a NUTS III Lezíria do Tejo, numa sub-região onde existem apenas duas outras respostas similares (uma resposta no Concelho de Salvaterra de Magos e outra no Concelho da Azambuja). O investimento da Administração Local da Chamusca nas Academias/Universidades Seniores, uma resposta que emergiu relativamente recente na sociedade portuguesa, traduz o estreito acompanhamento técnico e político local das mudanças sociais mais recentes. Efetivamente, as Academias/Universidades Seniores procuram dar resposta à mudança do perfil da população sénior nos anos mais recentes, em particular no que trata à valorização da aprendizagem contínua e das atividades lúdicas e sócio recreativas, mas também como forma de mitigação do declínio cognitivo geralmente associado à idade, tendências a que a oferta municipal tem procurado acompanhar e responder.

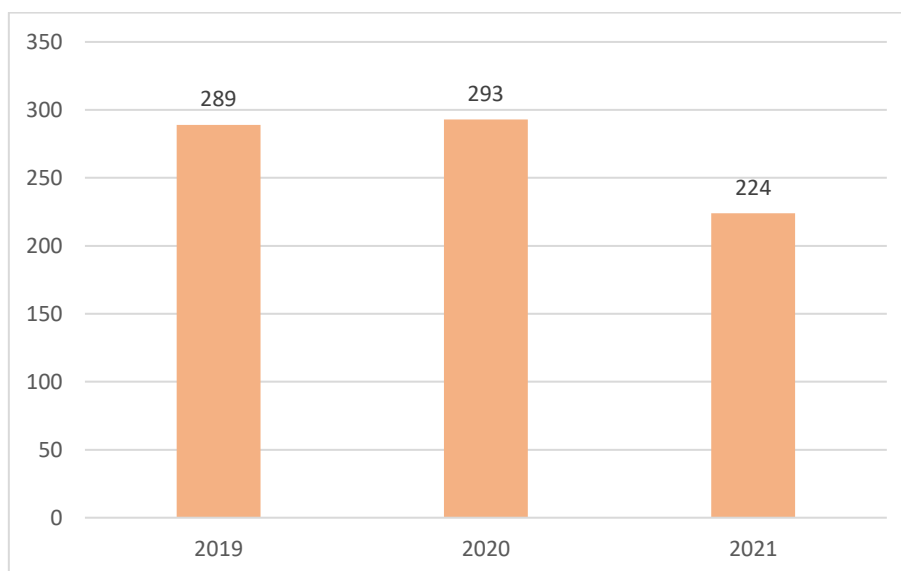
Este é, no entanto, um investimento relativamente recente no Concelho, à semelhança do observado na generalidade da sociedade portuguesa, que tem emergido à medida que se observa a um crescimento dos níveis de qualificação e de instrução entre a população sénior. Subsequentemente, esta é uma oferta com menos de uma década de existência, com as primeiras Academias/Universidades Seniores a iniciarem atividade na freguesia sede de Concelho, no ano de 2013, a que se seguiram anos de disseminação da oferta pelo território concelhio, com a última a iniciar atividade no ano de 2018, na Freguesia de Ulme.

Último triénio com uma quebra muito expressiva da procura (-22,5%) na sequência da Pandemia por COVID-19

Em 2019, as Academias/Universidades Seniores do Concelho totalizavam 289 utentes e em 2020 ascendiam a 293 utentes. Porém, esta trajetória de crescimento da procura viria a ser interrompida com o eclodir da Pandemia da COVID-19, em março de 2020, especialmente considerando os seus efeitos particularmente nefastos entre a população idosa e mais vulnerável. Assim, aquando da realização dos inquéritos, a Academia/Universidade Sénior apresentava um total de 224 utentes no Concelho da Chamusca.

Subsequentemente, no triénio 2019 a 2021 observou-se uma quebra de aproximadamente 1/5 dos utentes (-22,5%), uma proporção que ilustra a evolução desfavorável da procura em resultado dos impactos da crise sanitária despoletada pelo novo coronavírus SARS-CoV-2, mas por outro lado, o quantitativo global de utentes traduz uma assinalável valorização social da resposta.

Figura 54 – Utentes da Academia/Universidade Sénior entre 2019 e 2021 (N.º)



Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

O padrão espacial difuso assim como a maior consciencialização individual e coletiva da importância de um envelhecimento ativo e saudável, a par com o perfil de atividades diferenciado que as Academias/Universidades Seniores apresentam contribuíram incontornavelmente para os níveis de procura registados. Ainda assim, os impactes da Pandemia foram expressivos, situação que se prevê que seja ultrapassada com a normalização da situação sanitária e elevado esforço de vacinação especificamente dirigido a este segmento da população.

Prevalência de utentes com idades compreendidas entre os 65 e os 79 anos de idade e dos indivíduos do sexo feminino

Esta é uma resposta claramente dirigida para a população sénior com maior disponibilidade de tempo livre, em geral associada à entrada na reforma por velhice, mas que preserva elevados níveis de autonomia, em geral associada a uma visão mais otimista desta nova fase da vida.

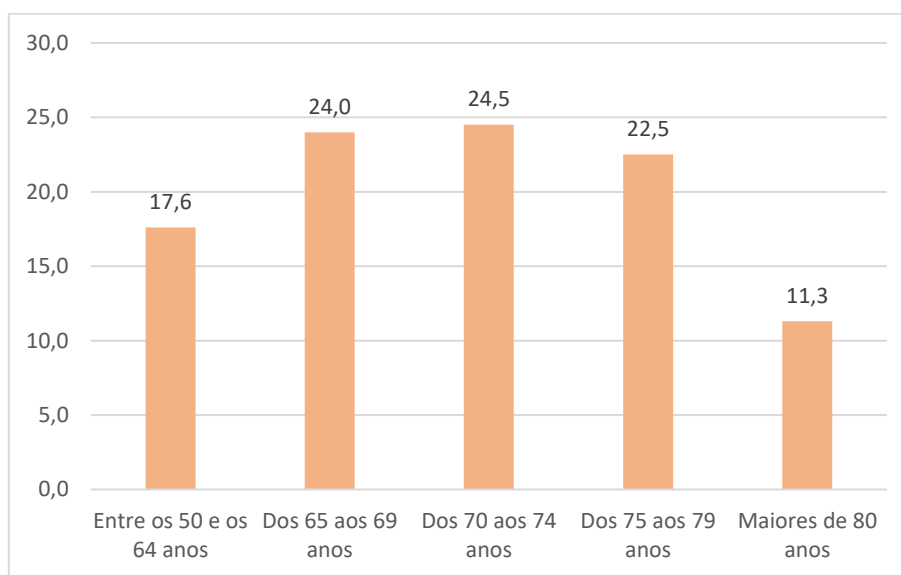
Por conseguinte, 71% dos utentes encontra-se na faixa etária entre os 65 e os 79 anos de idade (49 utentes entre os 65 e os 69 anos; 50 utentes entre os 70 e os 74 anos; 46 utentes entre os 75 e os 79 anos).

O grupo etário abaixo dos 64 anos de idade apresenta uma menor expressão comparativa, uma vez que se trata de uma população em idade ativa e, por isso, maioritariamente inserida no mercado de trabalho. Porém, aproximadamente 1/5 dos utentes encontra-se entre os 50 e os 64 anos de idade, com uma incidência em ambos os sexos.

Acima dos 80 anos, os constrangimentos associados à idade, à doença e à maior dependência manifestam-se numa menor proporção relativa deste grupo (11%). Todavia, a forte transversalidade etária que esta resposta apresenta constitui a evidência da sua adequabilidade à procura atual pautada por uma maior abertura a experiências de novas competências e por uma procura de maiores níveis de satisfação e de realização pessoal.

A valorização social da Academia/Universidade Sénior regista, no entanto, dissemelhanças notáveis com base no sexo. Esta é uma resposta procurada preferencialmente por mulheres (70%), enquanto os indivíduos do sexo masculino têm uma expressão estatística circunscrita a 30% do total de utentes.

Figura 55 – Características dos utentes da Academia/Universidade Sénior, em 2021 (%)



Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

Aquando do recenseamento da resposta, não foi registado qualquer candidato em lista de espera, sendo que os critérios de admissão de utentes cingiam-se à idade (que oscilava entre ter mais 50 anos ou ter 65 ou mais anos) ou ser pensionista.

As Academias/Universidades Seniores consubstanciam-se como uma resposta predominantemente local e, por isso, a sua área de influência é sobretudo a freguesia, verificando-se que a maioria dos utentes atuais é aí residente.

Período de funcionamento representa um importante fator de compensação, no tempo e no espaço, do vazio deixado pela saída do mercado de trabalho

A totalidade das Academias/Universidades Seniores do Município tem um funcionamento circunscrito aos dias úteis e um horário relativamente similar, abrindo entre as 9h00m e as 10h00m e encerrando entre as 17h00m e as 18h00m. Assim, estas desempenham uma compensação, no tempo e no espaço, pelo ingresso da população sénior na fase da reforma, ocupando assim o vazio, durante os dias úteis, deixado pela saída do mercado de trabalho, processo que na sociedade portuguesa se perpetua ainda de forma predominantemente abrupta e desprovido da devida preparação prévia.

Procurando mitigar os efeitos negativos do envelhecimento, mas também garantir níveis adequados de estímulo e motivação que permita à população sénior um envelhecimento ativo e saudável após a reforma, quebrando ciclos de isolamento, a ocupação nestas Academias/Universidades Seniores prevê a ocupação do tempo em atividades coletivas e a prossecução de interesses pessoais. Assim, são desenvolvidos vários tipos de atividades, designadamente, aulas (presenciais e online), visitas de estudo, workshops, participação em eventos e feiras, centradas no desenvolvimento de diversas áreas curriculares.

A estruturação destas atividades assume assim a maior relevância, desempenhando um papel estratégico na promoção de um envelhecimento com qualidade.

Estrutura de recursos humanos circunscrito e com uma repartição homogénea por sexos, ainda que os cargos dirigentes sejam exclusivamente ocupados por homens

Como referido anteriormente, as Academias/Universidades Seniores em Portugal acompanham predominantemente o modelo inglês destas instituições de ensino dirigidas para a população sénior, o que se traduz no perfil de utentes, mas também no dos recursos humanos, verificando-se assim uma estrutura mais circunscrita e frequentemente com professores também eles seniores que colaboram com estas respostas enquanto voluntários.

Na Chamusca, as Academias/Universidades Seniores totalizam 13 recursos humanos. Estes repartem-se em múltiplas funções, nomeadamente, 3 dirigentes, 3 técnicos, 1 auxiliar e 5 na categoria de outros (não foi obtida esta informação para um dos recursos humanos). No que trata aos níveis de escolaridade, a totalidade dos dirigentes e técnicos são compostos por indivíduos com o ensino superior, enquanto entre os trabalhadores das demais categorias identificam-se níveis de ensino inferiores.

A estrutura de recursos humanos por sexo, demonstra uma repartição tendencialmente homogénea, uma vez que 7 são homens e 5 são mulheres. De salientar, no entanto, que a totalidade dos dirigentes são do sexo masculino reiterando assim a prevalência dos homens nas estruturas dirigentes das instituições na generalidade da sociedade portuguesa, mesmo em setores com prevalência das mulheres, como é o caso do Terceiro Setor.

5.3. Pessoas Vítimas de Violência

Nos últimos anos, a temática do combate à violência diversificou-se amplamente, a par com a diversificação das formas de discriminação e violência de uma pessoa ou grupo de pessoas, podendo esta ter múltiplas motivações (com base na nacionalidade, origem étnica, religião, orientação sexual ou política, identidade de género, raça, cor, sexo).

Subsequentemente, o apoio às vítimas de violência ganhou uma importante notoriedade na sociedade portuguesa, em resultado da promoção de inúmeras e diversas campanhas de sensibilização para a ação contra toda e qualquer forma de violência, dirigidas ao apoio às vítimas, mas também às respetivas famílias e à sociedade em geral, a par de maiores níveis de informação da população contra o facto de a violência ter várias formas e implicar a prática de vários crimes.

O domínio de intervenção das pessoas vítimas de violência no Município da Chamusca abrange uma resposta social, a de centro de atendimento a pessoas vítimas de violência.

Figura 56 – Oferta de respostas e serviços sociais, para o domínio de intervenção das Pessoas Vítimas de Violência, no Concelho, em 2021



Fonte: Inquérito CEDRU, 2021

5.3.1. Centro de Atendimento

Resposta, desenvolvida através de um serviço constituído por uma ou mais equipas técnicas e pluridisciplinares, que assegura o atendimento, apoio e reencaminhamento das mulheres vítimas de violência, tendo em vista a proteção destas (Carta Social, MTSSS – 2021).

Em 2021, existia 1 resposta de Centro de Atendimento gerido por uma entidade não lucrativa

No Concelho da Chamusca existe um centro de atendimento a vítimas de violência (EMAV-APAV - Equipa Móvel de Apoio a Vítimas da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima), gerido por uma entidade SFL. Este constitui um dos 9 polos de atendimento existentes na Lezíria do Tejo, a que acresce um Gabinete de apoio à Vítima de Santarém.

A entidade gestora/proprietária não participou até ao momento no processo de recenseamento desenvolvido no âmbito da presente Carta Social.

6. Exercício de cenarização

6.1. Enquadramento

No processo de elaboração dos instrumentos de planeamento setorial, a componente demográfica assume um papel relevante enquanto um dos pilares de sustentação do modelo de desenvolvimento territorial essencial para a programação de equipamentos. Neste quadro, emerge a necessidade de prospetivar os quantitativos populacionais futuros para se identificarem, atempadamente, as carências e os desafios que daí resultam, nomeadamente na programação dos equipamentos para satisfazer os habitantes que se irão instalar no concelho num futuro próximo e/ou para suprimir as necessidades atualmente existentes.

As diversas alterações observadas em Chamusca nos últimos anos e aquelas que é possível perspetivar num futuro imediato, nomeadamente em termos económicos e urbanísticos, refletem-se nas características de atração populacional de alguns territórios, o que obriga a estabelecer e analisar correlações entre as dinâmicas da população e as dinâmicas de desenvolvimento local promovidas pelo Município.

Por outro lado, considerados em termos globais, as características da base demográfica e dos recursos humanos, constituem inegavelmente o principal fator potenciador para a prossecução do processo de desenvolvimento e, simultaneamente, para a adoção e realização de todo o tipo de ações a empreender, na melhoria da qualidade de vida e bem-estar socioeconómico das populações. Aliás, o facto de se considerar este potencial numa dupla perspetiva - mão-de-obra e mercado de consumo -, implica que, por arraste, todos os setores produtivos possam estar logo à partida condicionados ou potenciados em função de determinadas características demográficas, nomeadamente pelo decréscimo populacional e pelo envelhecimento da estrutura etária da população.

O presente exercício pretende apoiar o processo de programação de equipamentos e serviços sociais, permitindo compreender tanto a evolução global do Concelho (com cenários), como também por freguesia. Permitirá, igualmente, facultar informação sobre a evolução dos grupos etários adequados aos diversos equipamentos, respostas e serviços, respondendo às diferentes necessidades de programação de equipamentos de apoio social, para o ano horizonte de 2030.

6.2. Modelo de Estimativa Adotado

Num primeiro momento, foram realizadas projeções demográficas para 2025 e 2031, utilizando o modelo cohort survival. Nesta projeção, espacialmente centrada nas diversas freguesias do concelho, considerou-se a evolução temporal da população, por grupos etários, no período de 2011 - 2021, para se prospetivar a sua evolução para o horizonte temporal de 2021-2025 e para 2021-2031. Dadas as características do concelho, o impacto previsível gerado pela crise pandémica, e o timing de realização (muito próximo do Recenseamento Geral da População de 2021), as projeções demográficas, incluindo o crescimento natural e as taxas migratórias, foram, numa fase posterior, desenvolvidas segundo dois cenários prospetivos.

A aplicação do modelo, com o objetivo de prospetivar a população residente no concelho, no ano de 2025 e 2031, a partir da evolução demográfica patenteada durante a segunda década de 2000,

processou-se a vários níveis: estrutura etária, taxas brutas e específicas de mortalidade e natalidade, e saldo migratório.

O primeiro passo metodológico centrou-se na recolha estatística das variáveis necessárias:

- › População residente para todas as freguesias do concelho, por grupo etário, em 2011 e em 2021;
- › Nados-vivos por grupos etários das mães (grupos etários decenais férteis: dos 10 aos 59 anos), para todas as freguesias, entre 2011 e 2020;
- › Óbitos, por grupo etário, para todos os anos entre 2011 e 2020;
- › Óbitos com menos de 1 anos entre 2011 e 2020;
- › Taxa de mortalidade infantil média do último quinquénio;
- › Taxa de natalidade e mortalidade para as freguesias, o concelho, a Lezíria do Tejo e o Continente, em 2011 e 2021;
- › Taxa de crescimento migratório para o Continente e a Lezíria do Tejo, entre 2010 e 2021.

Com a população residente em 2011, com o saldo fisiológico (crescimento natural) durante o período 2011-2020 e com a população recenseada em 2021, foi encontrado o saldo migratório (à população recenseada em 2021 subtraiu-se o saldo fisiológico) e a respetiva taxa.

Elaboraram-se, depois, as taxas de natalidade específicas ((nados-vivos por grupo etário / população residente por grupo etário)*Taxa de sobrevivência infantil) e as taxas de sobrevivência associadas a cada grupo etário (1-(óbitos por grupo etário/ população residente média do grupo etário na década)). Para se encontrarem as taxas de sobrevivência a aplicar na década de projeção, consideraram-se os nados-vivos registados ao longo da segunda década de 2000. As taxas de natalidade específicas que foram consideradas para o período em projeção foram as registadas em 2021, aplicando-se, depois, a probabilidade de sobrevivência (1- taxa mortalidade infantil). Esta operação permite quantificar o número de nados-vivos que sobrevivem, sendo importante pelo facto de neste período da vida a mortalidade ser relativamente elevada.

As taxas de migração utilizadas foram as obtidas na década anterior, mas aplicadas à população residente em 2021, pois considerou-se que a tendência se iria manter (partiu-se do pressuposto de que nas décadas seguintes - 2021 / 2025 e 2021-2031 -, o saldo migratório iria ser semelhante, sendo por isso aplicado este saldo à população de 2021).

O quadro seguinte sintetiza, por freguesia⁶, os principais indicadores demográficos resultantes da aplicação do exercício apresentado. Para projetar a população do primeiro escalão (0 - 9 anos), multiplicaram-se os produtos das taxas de natalidade específicas, pela população residente no grupo etário respetivo, em 2021. Os escalões etários seguintes, correspondem ao produto da população residente em 2021, pelas taxas de sobrevivência e de migração, dos grupos etários anteriores. Para o último escalão, a operação tem a mesma lógica, mas entra-se em linha de conta com os grupos etários anterior (60 - 69 anos) e o último (70 e mais anos) que engloba o resto da população, dado que é um grupo etário aberto.

⁶ Dada a riqueza da informação existente e a possibilidade do aprofundamento da mesma a menores escalas de análise, adotou-se como referencial administrativo a organização existente antes da última reconfiguração (agregação de freguesias, em 2013 - Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro - Reorganização Administrativa do Território das Freguesias; Declaração de Retificação n.º 19/2013, de 28 de março; Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro).

Quadro 35 – Evolução demográfica do concelho, 2025 e 2031 (A - cenário tendencial e B – cenário alternativo voluntarista, C - cenário alternativo retrativo)

Grupo etário	2021	CENÁRIO TENDENCIAL		CENÁRIO ALTERNATIVO (VOLUNTARISTA)		CENÁRIO ALTERNATIVO (RETRATIVO)	
		2025	2031	2025	2031	2025	2031
0-9	568	549	525	708	714	522	508
10-19	713	669	610	838	864	655	602
20-29	686	783	775	868	861	686	678
30-39	826	781	657	896	796	914	812
40-49	1126	834	792	979	990	999	908
50-59	1243	1119	928	1170	1209	1103	1029
60-69	1300	1266	1233	1296	1290	1221	1285
+70	2068	2197	2135	2112	2197	1950	1976
Total	8530	8198	7655	8867	8921	8050	7798
Var. face a 2021		-3,9	-10,3	4,0	4,6	-5,6	-8,6

Fonte: INE (2021) e elaboração própria (2025 e 2031)

Conforme se conclui da análise do quadro anterior, a população tenderá, no cenário tendencial (Cenário A), a manter uma evolução negativa muito acentuada, contabilizando-se um decréscimo, em 2025, em torno dos 4% (menos 330 residentes, aproximadamente). Não obstante, face às dinâmicas existentes e emergentes, o Cenário B (voluntarista), deverá refletir uma maior aproximação à realidade demográfica perspectivada para os próximos anos.

Com base neste cenário B, em 2025, a população residente no concelho será de 8.867 residentes e, em 2031, de 8.921 habitantes, traduzindo neste último um acréscimo de 4,6% face ao valor contabilizado em 2021.

6.3. Cenarização por domínio específico

Em função da análise anterior será assumido para o exercício de programação o cenário voluntarista. Neste quadro, procede-se para os vários domínios-chave a um exercício de estimativas populacionais para os principais grupos-alvo dos equipamentos e respostas sociais presentes no concelho, para os quais se possa estabelecer uma relação direta idade/população-alvo.

Domínio Infância e Juventude

Numa leitura por grupos etários decenais, verifica-se que a população infantil (0-9 anos) tenderá a diminuir no concelho (uma variação de -7,6%, entre 2021 e 2030; cenário tendencial). Ao incluírem-se os jovens, passando a considerar o grupo etário dos sub-20, o comportamento é idêntico, uma vez que o escalão etário seguinte, 10-19, também diminui (-14,4%).

Uma análise de maior detalhe, permite relevar que a população alvo das creches se situará em torno das 139 crianças, em 2031 (cenário expansionista), e concentrar-se-á, sobretudo, na freguesia da Chamusca (59 crianças).

Quadro 36 – Evolução da população jovem e da população-alvo de creche, 2025 e 2031 (cenários de referência para a programação)

CHAMUSCA (concelho)		
	Cenário tendencial	Cenário expansionista
		Cenário retrativo

Grupos etários	2021	2025	2031	2021	2025	2031	2021	2025	2031
0-2 anos	162	130	125	162	142	139	162	132	111
0-3 anos	200	195	188	200	212	208	200	187	167
0-9 anos	568	549	525	568	708	714	568	522	508

Fonte: INE (2021) e elaboração própria (2025 e 2031)

Quadro 37 – Evolução da população jovem e da população-alvo de creche, 2025 e 2031 (cenários de referência para a programação), por freguesia

Grupos etários	Carregueira									Chamusca								
	CENÁRIO TENDENCIAL			CENÁRIO EXPANSIONISTA			CENÁRIO RETRATIVO			CENÁRIO TENDENCIAL			CENÁRIO EXPANSIONISTA			CENÁRIO RETRATIVO		
	2021	2025	2031	2021	2025	2031	2021	2025	2031	2021	2025	2031	2021	2025	2031	2021	2025	2031
0-2 anos	26	28	27	26	28	27	26	26	25	60	47	45	60	59	59	60	46	42
0-3 anos	35	42	40	35	42	40	35	40	37	75	70	68	75	88	89	75	70	62

Grupos etários	Chouto									Parreira								
	CENÁRIO TENDENCIAL			CENÁRIO EXPANSIONISTA			CENÁRIO RETRATIVO			CENÁRIO TENDENCIAL			CENÁRIO EXPANSIONISTA			CENÁRIO RETRATIVO		
	2021	2025	2031	2021	2025	2031	2021	2025	2031	2021	2025	2031	2021	2025	2031	2021	2025	2031
0-2 anos	14	8	7	14	8	7	14	7	6	16	9	9	16	10	10	16	9	9
0-3 anos	18	11	11	18	11	11	18	11	9	20	14	13	20	14	13	20	13	12

Grupos etários	Pinheiro Grande									Ulme								
	CENÁRIO TENDENCIAL			CENÁRIO EXPANSIONISTA			CENÁRIO RETRATIVO			CENÁRIO TENDENCIAL			CENÁRIO EXPANSIONISTA			CENÁRIO RETRATIVO		
	2021	2025	2031	2021	2025	2031	2021	2025	2031	2021	2025	2031	2021	2025	2031	2021	2025	2031
0-2 anos	15	13	12	15	13	12	15	14	12	18	16	16	18	19	19	18	14	11
0-3 anos	24	19	18	24	19	18	24	21	18	25	24	24	25	27	27	25	21	16

Grupos etários	Vale de Cavalos								
	CENÁRIO TENDENCIAL			CENÁRIO EXPANSIONISTA			CENÁRIO RETRATIVO		
	2021	2025	2031	2021	2025	2031	2021	2025	2031
0-2 anos	13	10	9	13	10	10	13	9	7
0-3 anos	13	14	14	13	15	15	13	13	10

Fonte: INE (2021) e elaboração própria (2025 e 2031)

Domínio Pessoas idosas

A população com idade superior a 65 anos, registará um ligeiro decréscimo no cenário expansionista/voluntarista (menos 3%, entre 2021 e 2031), atingindo, em 2031, os 2.605 residentes. A maioria desta população estará concentrada na freguesia de Chamusca (1.031). A população com mais de 70 anos, em 2031, rondará os 1.937 residentes no concelho.

	CHAMUSCA (concelho)								
	CENÁRIO TENDENCIAL			CENÁRIO EXPANSIONISTA			CENÁRIO RETRATIVO		
	2021	2025	2031	2021	2025	2031	2021	2025	2031
65 e mais anos	2688	2430	2351	2688	2594	2605	2688	2258	1893
70 e mais anos	2068	1797	1735	2068	1912	1937	2068	1950	1976

Fonte: INE (2021) e elaboração própria (2025 e 2031)

Quadro 38 – Evolução da população idosa e da população-alvo de Centro de dia e ERPI, 2025 e 2031 (cenários de referência para a programação), por freguesia

	Carregueira									Chamusca								
	CENÁRIO TENDENCIAL			CENÁRIO EXPANSIONISTA			CENÁRIO RETRATIVO			CENÁRIO TENDENCIAL			CENÁRIO EXPANSIONISTA			CENÁRIO RETRATIVO		
	2021	2025	2031	2021	2025	2031	2021	2025	2031	2021	2025	2031	2021	2025	2031	2021	2025	2031
65 e mais anos	572	574	558	572	574	558	572	527	519	901	825	815	901	955	1031	901	814	797
70 e mais anos	453	448	431	453	468	471	453	408	399	699	610	605	699	725	807	699	602	569

	Chouto									Parreira								
	CENÁRIO TENDENCIAL			CENÁRIO EXPANSIONISTA			CENÁRIO RETRATIVO			CENÁRIO TENDENCIAL			CENÁRIO EXPANSIONISTA			CENÁRIO RETRATIVO		
	2021	2025	2031	2021	2025	2031	2021	2025	2031	2021	2025	2031	2021	2025	2031	2021	2025	2031
65 e mais anos	190	179	175	190	193	203	190	152	128	205	216	216	205	218	221	205	203	192
70 e mais anos	145	123	120	145	143	150	145	122	117	171	153	150	171	173	180	171	152	149

	Pinheiro Grande									Ulme								
	CENÁRIO TENDENCIAL			CENÁRIO EXPANSIONISTA			CENÁRIO RETRATIVO			CENÁRIO TENDENCIAL			CENÁRIO EXPANSIONISTA			CENÁRIO RETRATIVO		
	2021	2025	2031	2021	2025	2031	2021	2025	2031	2021	2025	2031	2021	2025	2031	2021	2025	2031
65 e mais anos	180	187	189	180	187	189	180	175	169	317	308	294	317	309	296	317	293	292
70 e mais anos	105	122	125	105	123	128	105	101	99	248	230	219	248	232	222	248	214	207

	Vale de Cavalos								
	CENÁRIO TENDENCIAL			CENÁRIO EXPANSIONISTA			CENÁRIO RETRATIVO		
	2021	2025	2031	2021	2025	2031	2021	2025	2031
65 e mais anos	323	300	275	323	310	315	323	295	267
70 e mais anos	247	241	233	247	251	253	247	210	206

Fonte: INE (2021) e elaboração própria (2025 e 2031)

(página propositadamente deixada em branco)

7. Auscultação de Parceiros

Um processo participativo envolvendo os vários atores sociais concelhios é um processo imperativo na Revisão das Cartas Sociais, constituindo-se de uma complementaridade estratégica à análise anterior suportada nos indicadores provenientes de estatísticas oficiais e dos inquéritos.

Neste sentido foram realizadas entrevistas a parceiros estratégicos da esfera social do Município da Chamusca, que procuraram facultar uma perspetiva múltipla e abrangente da oferta atual, assim como dos desafios mais prementes que se desenham no horizonte de curto e médio prazo. As entrevistas realizaram-se no período de fevereiro a setembro de 2021, em formato online e envolveram múltiplos atores. Num primeiro tempo, foi auscultado o Município da Chamusca, na qualidade de principal ator territorial e em resultado do seu aprofundado conhecimento concelhio, e num segundo tempo, foram auscultados parceiros setoriais estratégicos, em geral, entidades gestoras de equipamentos e respostas sociais no Município da Chamusca. Os parceiros sociais envolvidos apresentam históricos de intervenção e naturezas jurídicas da entidade distintos, no entanto, detêm algumas das ofertas quantitativamente mais abrangentes e com intervenção em tipologias de respostas distintas, nomeadamente: Santa Casa da Misericórdia da Chamusca, Aconchego – Centro de Apoio Social e o Centro de Apoio de Apoio Social da Carregueira.

Do processo de auscultação resultaram importantes conclusões a considerar na revisão do presente instrumento de planeamento, entre os quais se destacam os seguintes:

- › reconhecimento da relevância da Carta Social enquanto instrumento de planeamento, bem como da sua revisão atualmente em curso, essencial para dotar o Município, os atores do ecossistema social, assim como a população em geral, de um instrumento de planeamento atualizado e útil, essencial para uma eficaz e eficiente gestão da oferta e da procura de equipamentos e respostas sociais.
- › dinâmicas demográficas presentes no Município marcadas por uma tendência de decréscimo da população constituem desafios acrescidos à intervenção social e reiteram a necessidade de monitorização e atualização regular da Carta Social de maneira a garantir a adequação entre a oferta e a procura no Município ao longo do tempo e que seja eficaz na melhoria das condições de vida da população em geral e, em particular, da população mais vulnerável;
- › proatividade do ecossistema de atores sociais para reforço e qualificação da oferta social concelhia. Como evidência de tal, salienta-se a candidatura da Santa Casa da Misericórdia da Chamusca ao programa PARES para a requalificação e ampliação da ERPI e criação de uma creche; assim como a candidatura da Aconchego – Centro de Apoio Social ao mesmo programa para a criação de uma ERPI, em Vale de Cavalos, um investimento cofinanciado pela Autarquia e que reitera as práticas colaborativas entre o Município e as entidades com intervenção no setor social. Neste contexto, destacam-se ainda as candidaturas finalizadas do PRR, de quatro entidades sociais, com vista à aquisição de veículos elétricos que refletem também o compromisso destas entidades com a transição climática, por via do investimento na mobilidade sustentável.
- › apreensão quanto às necessidades emergentes decorrentes do acentuado processo de envelhecimento demográfico e crescente dependência desta população. A manifesta insuficiência de recursos humanos e financeiros para assegurar o suporte necessário às situações de demência apresenta impacto elevado na generalidade das respostas sociais, no domínio de intervenção das pessoas idosas, e consolida-se como uma dessas necessidades.
- › apreensão dos vários atores quanto à insuficiência generalizada de resposta face aos desafios emergentes no Município da Chamusca. A acrescer ao domínio de intervenção das pessoas idosas,

que assume particular centralidade, destacam-se ainda os domínios de intervenção das pessoas com doença do foro mental/psiquiátrico, as pessoas com deficiência e a população imigrante, dada a complexidade de problemáticas muitas vezes subjacentes.

8. Análise SWOT

Tendo por base o estudo de caracterização da oferta social anteriormente realizado, apresenta-se seguidamente uma análise SWOT essencial para sistematizar as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças que se colocam à Carta Social e que importa conhecer previamente ao desenho do seu modelo estratégico.

Quadro 39 - Análise SWOT

FORÇAS	FRAQUEZAS
› Posicionamento estratégico e proximidade geográfica à Área Metropolitana de Lisboa, principal metrópole do país; › Localização entre os dois importantes subsistemas de Santarém/Cartaxo/Almeirim/Alpiarça e Torres Novas/Entroncamento/Vila Nova da Barquinha; › Centros de dia com padrão de distribuição espacial favorável para uma resposta de proximidade; › Decréscimo acentuado da taxa de analfabetismo (9,48% em 2011 e 6,38% em 2021); › Ecossistema de atores sociais diversificado com âmbitos de intervenção do local ao nacional; › Respostas sociais geridas na sua maioria por entidades sem fins lucrativos apresenta-se como uma vantagem para um acesso universal; › Instalações adequadas às suas especificidades nas respostas sociais; › CATL, creche e centro de dia com capacidades instaladas que possibilitam responder a um potencial aumento da procura (taxa de ocupação entre 69 e 80%); › Acréscimo da procura das respostas sociais de SAD e Centro de Convívio entre 2019 e 2021; › Crescimento de população ativa imigrante, nos últimos anos, configura dupla vantagem para o mercado de trabalho social e para um maior dinamismo demográfico.	› Aumento da população em lugares isolados, proliferando assim uma estrutura de povoamento dispersa acarreta desafios acrescidos à programação da rede de equipamentos coletivos sociais; › Taxa de variação populacional negativa, entre 2011 e 2021, mais acentuada do que a tendência sub-regional e nacional (-15,7%); › Persistência de uma percentagem muito significativa da população residente com níveis de instrução iguais ou inferiores ao ensino básico (74%, em 2021); › Progressivo e acentuado envelhecimento demográfico traduz alterações consideráveis na distribuição etária da população (31,5% da população correspondia a população idosa, em 2021), atingindo aproximadamente os 40% na freguesia de Vale de Cavalos; › Elevada proporção de pensionistas da Segurança Social (40,1%); › Pensões de velhice com um valor muito abaixo da média nacional; › Resposta social de creche com serviços circunscritos à atividade essencial do seu funcionamento; › Creche com taxa de cobertura manifestamente reduzida (26%), especialmente para uma resposta que se pretende universal e que registou um aumento da procura entre 2019 e 2021; › CATL, Centro de Dia e ERPI com quebras pronunciadas da procura (entre os 4,3% e os 16%) despoletada pelos efeitos colaterais da Pandemia da COVID-19; › SAD e ERPI com assinaláveis constrangimentos financeiros desfavoráveis à realização de investimentos a curto prazo, com potencial para comprometer a contínua qualificação destas respostas sociais; › Centro de Convívio, ERPI e SAD com taxas de ocupação próximas do limiar ou mesmo no limite, indicativo da incapacidade de acompanhar o crescimento da procura no Concelho; › Proporção de utentes em idade avançada nas ERPI (31% dos utentes tem entre 85-89 anos e 23,5% mais de 90 anos) acarreta desafios para a prestação de cuidados; › Forte feminização do mercado de emprego afeto aos equipamentos e respostas sociais (93,1% dos recursos humanos são do sexo feminino), o que embora constituindo uma realidade à escala nacional, comporta constrangimentos e desafios acrescidos; › Primazia de recursos humanos com fracas qualificações e em idades avançadas nas respostas sociais constitui um obstáculo para o desenvolvimento de novos serviços e cuidados à população-alvo.

FORÇAS	FRAQUEZAS
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
- Contexto pós-pandêmico marcado por uma maior consciencialização política e social sobre a importância do reforço do investimento na oferta social; - Anos mais recentes marcados pela emergência/consolidação de novas abordagens sociais, com particular destaque para a contínua desinstitucionalização dos indivíduos, maior articulação entre as respostas sociais e de saúde (por exemplo, a hospitalização domiciliária enquanto nova modalidade de internamento), reforço das equipas de apoio domiciliário, sensibilização para a importância da saúde mental, etc... - Criação da “Creche Feliz: Rede de Creches Gratuitas” em que a Segurança Social assegura o pagamento de creches, creches familiares e amas em situações específicas potenciará um aumento da procura destas respostas sociais nos próximos anos; - Aprovação recente do “Estatuto do Cuidador Informal” (pela Lei n.º 100/2019, de 6 de setembro) que define os direitos e deveres do cuidador e da pessoa cuidada e estabelece as respetivas medidas de apoio; - Coexistência de novas formas de trabalho (presencial, híbrido e remoto) representam uma desmaterialização das pendularidades convencionais e uma oportunidade de crescimento de cidades/Concelhos de média e menor dimensão; - Período de forte investimento na inovação e digitalização com potencial de alavancagem de novas abordagens nas respostas sociais; - Disponibilização de financiamento para requalificação e alargamento da rede de equipamentos e respostas sociais e inovadoras, enquadrado no PRR, concretamente para Comunidades de Inserção e Habitação Colaborativa (Co-Housing), fundamental para a promoção do envelhecimento ativo e reforço das relações intergeracionais; - Mobilização concertada de várias fontes de financiamento, europeias e nacionais, nomeadamente, o novo período comunitário de apoio (PT2030) e do mecanismo de recuperação e resiliência (PRR), favorável ao reforço da eficácia e resiliência da rede e apoio a uma nova geração de equipamentos e respostas sociais; - Disponibilidade, ao nível internacional, da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, das Nações Unidas, dotado de uma visão mais abrangente e inclusiva das problemáticas sociais; - Implementação de políticas públicas sociais assentes em modelos <i>bottom-up</i> reforcem a adequabilidade e pertinência das mesmas; - Maior sensibilização da população sénior para a importância de um envelhecimento ativo; - Processo de descentralização de competências em curso no domínio da ação social, através do quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais.	- Crescente complexidade dos fenómenos sociais, económicos e demográficos reforça a premência de modelos de planeamento dinâmicos, pró-ativos e com abordagens interdisciplinares; - Poli-crisis representam fator de risco acrescido à sustentabilidade das entidades e dos equipamentos sociais, como por exemplo o aparecimento de pandemias e vírus, que expõem as fragilidades e vulnerabilidades das populações; - Forte envelhecimento populacional como fator de agravamento dos problemas de saúde de elevada magnitude (por exemplo, a demência na população idosa), exige fortes níveis de articulação entre os setores sociais e da saúde; - Constrangimentos atuais no SNS representam fator de pressão acrescida para algumas respostas sociais; - Ausência de reconhecimento social do trabalho não remunerado da população idosa, mas ativa, fracas/nulas oportunidades de participação no desenvolvimento social e enquanto líderes na resolução de desafios, ilustram o desaproveitamento deste segmento da população; - Ausência de medidas de proteção social com capacidade efetiva de promover o bem-estar material e reduzir a indigência entre a população mais idosa, em particular, entre os mais vulneráveis; - Medidas de apoio às famílias com crianças e jovens e respetiva despesa pública alocada amplamente insuficientes a nível nacional, transversal aos vários ciclos políticos e económicos, o que compromete a redução da pobreza infantil; - Inexistência de planos de ação específicos nos equipamentos e respostas sociais que acompanhem a mitigação da emergência climática, traduzindo um reduzido compromisso com as metas da descarbonização e aumento da eficiência energética; - Regime de inspeção aos equipamentos, respostas e serviços sociais a nível nacional com fragilidades e lacunas persistentes, permissivos ao surgimento de segmentos da oferta que colocam em causa a dignidade humana; - Dificuldades de contratação de determinadas tipologias de recursos humanos nos equipamentos sociais; - Insuficiente aproveitamento das oportunidades para o mercado de trabalho desencadeadas pelos mais recentes movimentos migratórios (transitórios ou permanentes); - Práticas de avaliação da satisfação dos utentes e respetivos familiares ainda manifestamente insuficientes, embora nevrálgicas para a avaliação e implementação de estratégias de melhoria contínua da oferta.

9. Modelo Estratégico

9.1. Visão Estratégica

A Revisão da Carta Social da Chamusca visa a implementação de um novo instrumento de planeamento, atualizado e amplamente informado, capaz de orientar a oferta e a procura de equipamentos, respostas e serviços sociais no Concelho da Chamusca, num período de médio prazo, até 2030.

Sem prejuízo do seu dinamismo demográfico, o Município da Chamusca apresenta múltiplos desafios, de escala diversa, com condições propícias para afetar a oferta de equipamentos, respostas e serviços sociais, tal como explanado anteriormente. A convergência destes fatores, que se potenciam mutuamente, limita a capacidade da oferta se adequar paulatinamente à procura, podendo comprometer os elevados níveis de esforço e de investimentos realizados pelos atores sociais e territoriais concelhios, regionais e nacionais.

Perante este contexto, a Autarquia da Chamusca e a Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo reconhecem a necessidade de se munir de um instrumento atualizado e rigoroso, capaz de apoiar todo o ecossistema de atores sociais, assim como contribuir para garantir uma melhoria contínua das condições de vida da sua população, no momento presente, mas também nos próximos anos.

Com base nestes pressupostos, foi desenhado um modelo estratégico especificamente pensado para responder aos desafios e problemáticas que atualmente se identificam no Concelho, mas também aqueles que embora assíncronos, urge atempadamente acautelar e mitigar possíveis impactos negativos.

A visão estratégica deste modelo radica na concertação da trilogia: objetivos, princípios e critérios seguidamente apresentados, que importa claramente identificar e conhecer, na medida em que toda a estratégia proposta é por eles norteada.

Os **objetivos** da visão estratégica desenhada para a Carta Social agora em revisão são três, encontram-se estritamente articulados entre si e visam, em última análise, robustecer o setor social em matéria de oferta.

O primeiro e primordial objetivo consiste necessariamente em garantir a maior adequação possível da oferta de equipamentos, respostas e serviços sociais às necessidades atuais e imediatas de desenvolvimento social e de crescimento económico e populacional no Concelho. Esta adequação, que deve ser permanentemente equacionado e assegurada, é irrevogável para garantir que o Município da Chamusca se constitui a consubstanciar como um território qualificado e polarizador no sistema urbano regional.

O segundo objetivo consiste em reforçar o carácter multi e intersectorial que o domínio social deve assumir na generalidade das políticas municipais e regionais, essencial para assegurar a transversalidade da esfera social nas demais opções de investimento, uma vez que apenas esta concertação é plausível de conduzir a uma eficácia e eficiência dos resultados.

O terceiro e último objetivo centra-se no reforço da concertação entre os atores do ecossistema social, porque apesar destes disporem de amplo histórico de trabalho conjunto, importa garantir a sua continuidade, bem como a existência de espaços e canais de comunicação regulares.

Figura 57 – Objetivos da Visão Estratégica da Carta Social da Chamusca

GARANTIR a adequação da oferta e da procura • O ajustamento da oferta de equipamentos, respostas e serviços sociais à evolução da procura constitui-se um pilar nevrálgico para garantir o crescimento e desenvolvimento social.	REFORÇAR o caráter multi e intersectorial do domínio social • Importa reforçar o papel central do domínio social na tomada de decisões no Concelho, assim como na região, bem como assegurar a sua transversalidade nas demais políticas públicas.	ROBUSTECER a concertação entre atores sociais • Urge dar continuidade ao trabalho de concertação entre os vários atores do ecossistema social, beneficiando do histórico de trabalho anterior, essencial para assegurar a continuidade das respostas.
--	--	---

Fonte: CEDRU, 2023

A estruturação da visão estratégica pressupõe igualmente a definição dos **princípios** basilares que a orientam. Estes emanam dos principais referenciais políticos e sociais de desenvolvimento consensualmente aceites entre as sociedades mais avançadas, encontrando-se assim em linhas com as principais diretrizes internacionais, europeias e nacionais.

O planeamento da rede de equipamentos sociais na Chamusca nos próximos anos, de forma a constituir-se como um processo dinâmico, íntegro e assente numa visão holística do território, das suas populações e tecido empresarial deve ser construído assente em nove princípios centrais, sem prejuízo de outros que possam ser considerados.

- › Equidade – O planeamento da rede de equipamentos deve maximizar a possibilidade de a oferta social permitir que cidadãos em iguais condições possam ter iguais oportunidades de acesso aos equipamentos, respostas e serviços sociais. Este princípio insere-se na esfera da justiça social e procura consolidar Chamusca como um território de iguais oportunidades para todos os cidadãos.
- › Racionalidade – Num contexto de escassez de recursos técnicos, humanos e financeiros não é viável promover uma igual distribuição dos equipamentos, respostas e serviços sociais pelo território, sendo por isso fulcral identificar e seleccionar os territórios nevrálgicos para a localização da oferta social sem comprometer os demais princípios.
- › Policentrismo – O planeamento da rede de equipamentos, respostas e serviços sociais deve contribuir para a promoção de um sistema urbano municipal e preferencialmente regional também policêntrico, visando assim o desenvolvimento de um policentrismo interurbano a múltiplas escalas.
- › Sustentabilidade – A estruturação da rede deve acautelar a tomada de decisões financeiramente sustentáveis, de médio e longo prazo, de forma a salvaguardar que os investimentos realizados, de natureza, pública, privada ou outra, sejam canalizados para as melhores opções de investimento possível.
- › Cooperação – Todo o processo de planeamento da rede de equipamentos, respostas e serviços sociais deve assentar num amplo processo de cooperação entre os principais atores do ecossistema social e territorial, na medida em que são conhecedores das especificidades territoriais e setoriais, assim como dos desafios em emergência. Como tal, estes devem ser atores ativos no processo, beneficiando as decisões tomadas de consenso e reconhecimento, mitigando assim constrangimentos futuros.
- › Transição Climática – Os Municípios dispõem hoje de um aprofundado conhecimento do seu território e dos seus recursos naturais, pelo que as decisões tomadas devem de procurar mitigar ao máximo eventuais impactos negativos neste domínio. Num tempo amplamente marcado pela emergência climática, urge salvaguardar o território, os recursos naturais e a conservação da natureza,

considerando ainda que Chamusca se insere na NUT II Alentejo, uma região com uma vulnerabilidade nas previsões para as alterações climáticas.

- › **Resiliência** – Os últimos anos, ficaram marcados por múltiplas e sequenciais crises de natureza diversa (económicas e financeiras, sociais, ambientais, de saúde, conflitos bélicos de larga escala, etc....), que têm demonstrado a maior vulnerabilidade da sua ocorrência, muitos dos quais de forma substancialmente imprevisível. Com efeito, o planeamento futuro da rede de equipamentos, respostas e serviços sociais deve procurar viabilizar os investimentos que demonstrem maior resiliência a estas poli-crisis, detendo uma forte capacidade adaptativa.
- › **Digitalização** – Na Era da digitalização, constitui-se crucial que os equipamentos, respostas e serviços sociais efetuem os respetivos processos de transição digital, essencial para que consigam acompanhar as mais recentes e emergentes necessidades e aspirações da sociedade. Aplicando-se este princípio amplamente à oferta atual, que deve procurar efetuar esta transição digital, aplica-se, no entanto, de forma ainda mais incisiva ao planeamento de novos equipamentos, respostas e serviços sociais, que devem basear-se em sistemas integrados, abertos à comunidade e altamente personalizados às necessidades específicas dos cidadãos.
- › **Transparência** – Todo este processo de reflexão e construção da futura rede de equipamentos, respostas e serviços sociais deve ser amplamente transparente, salvaguardando o interesse da sua população e dos seus atores setoriais.

Figura 58 – Princípios da Visão Estratégica da Carta Social da Chamusca



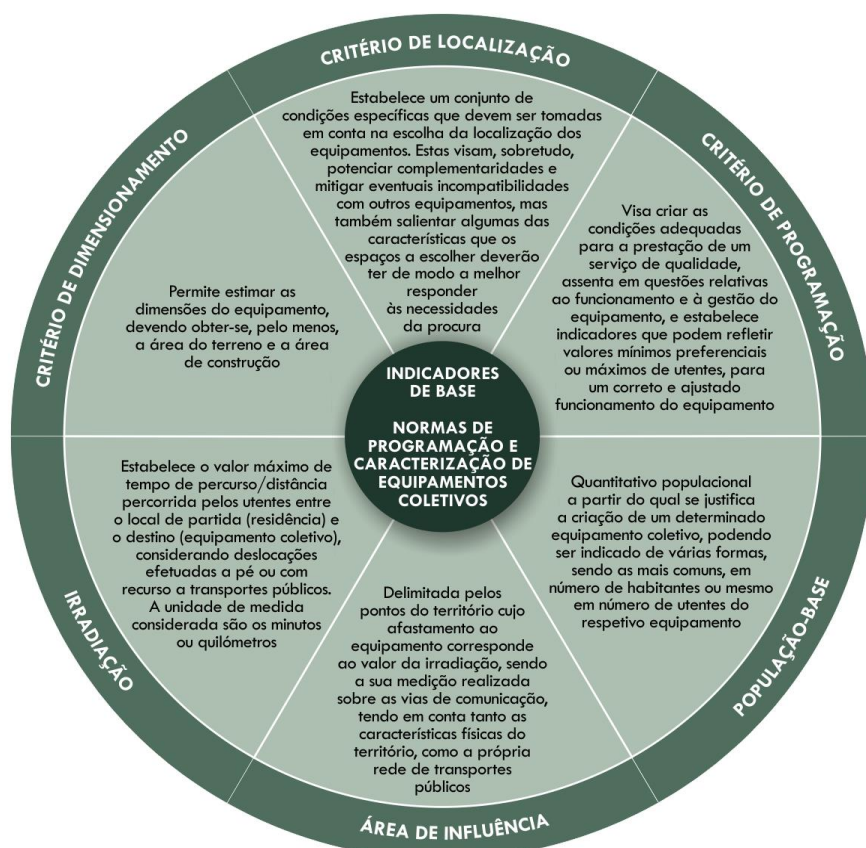
Fonte: CEDRU, 2023

A operacionalização destes princípios obedece a um ciclo, em que todos são fulcrais e indispensáveis para a promoção de uma rede de equipamentos, respostas e serviços sociais moderna e qualificada.

A programação de equipamentos coletivos deve ainda obedecer a um elenco de critérios e normas de programação. Em Portugal, este exercício continua a ter como principal referência as Normas de Programação e Caracterização de Equipamentos da Direção-Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU), atual Direção-Geral do Território (DGT), que estabelece seis indicadores principais: 1) critério de

localização; 2) critério de dimensionamento; 3) critério de programação; 4) irradiação; 5) área de influência; 6) população-base.

Figura 59 – Indicadores de base definidos nas Normas de Programação e Caracterização de Equipamentos Coletivos



Fonte: Adaptado por CEDRU das Normas Para a Programação e Caracterização dos Equipamentos Coletivos, DGOTDU.

Não obstante a contemporaneidade que as Normas de Programação e Caracterização de Equipamentos da DGOTDU continuam a apresentar, estas circunscrevem-se a apenas algumas tipologias de respostas e serviços sociais.

Estas Normas encontram-se sistematizadas nos quadros seguintes, ainda que considerando algumas tipologias e domínios de intervenção atualmente não disponíveis na oferta existente no Concelho da Chamusca. Nestes quadros foram ainda considerados os documentos e instrumentos legais elaborados pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social regulares essenciais para sustentarem o presente exercício de programação de equipamentos.

Quadro 40 – Normas de Programação Aplicáveis às Respostas e Serviços Sociais de Nível Local

DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO	RESPOSTAS E SERVIÇOS SOCIAIS	NORMAS DE PROGRAMAÇÃO			
		POPULAÇÃO-BASE	CRITÉRIO DE PROGRAMAÇÃO	CRITÉRIO DE DIMENSIONAMENTO	CRITÉRIO DE LOCALIZAÇÃO
INFÂNCIA E JUVENTUDE	Creche/ Creche Familiar	5.000 Habitantes	Freguesia com: 1. Elevada Taxa de Atividade Feminina 2. Elevada taxa de natalidade	Unidade Mínima: 5 crianças Unidade Máxima: 35 crianças	1. Espaço com assinalável proximidade às áreas residenciais, de modo a evitar pendularizações diárias significativas
	CATL/CAF	2.000 Habitantes		Unidade Mínima: 5 crianças ou jovens Unidade Máxima: 60 crianças ou jovens divididos por 2 turnos	2. Espaço central, com boas acessibilidades, incluindo abastecimento a bombeiros
	Ludoteca- Ludobiblioteca				
PESSOAS IDOSAS	Academia/Universidade Sénior	Variável consoante o número de idosos	Freguesias com elevados índices de envelhecimento e dependência de idosos	Unidade para 40 a 50 pessoas Área Média das Instalações: Área útil – 3 m²/pessoa Área de construção – 4 m²/pessoa Área do Espaço Exterior – a definir	3. Espaço central, de modo a evitar que os utentes fiquem sujeitas a extensos trajetos diários
	Centro de Convívio/Espaços Sénior e Respostas Sociais Similares				
	Centro de Dia			Unidade para 40 a 50 pessoas Área Média das Instalações: Área útil – 5,5 m²/pessoa Área de construção – 7 m²/pessoa Área do Espaço Exterior – a definir	4. Com acessibilidade adequada na via pública e edifícios, de forma a assegurar a mobilidade para todos 5. Zona segura a peões e veículos, incluindo abastecimento a bombeiros 6. Afastado de zonas industriais, poluentes, ruidosas ou insalubres

Fonte: Adaptado por CEDRU das Normas Para a Programação e Caracterização dos Equipamentos Coletivos, DGOTDU.
Só estão presentes na tabela as Respostas e Serviços Sociais para as quais existem Normas de Programação.

Quadro 41 – Normas de Programação Aplicáveis às Respostas e Serviços Sociais de Nível Concelhio – Localização de Proximidade

DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO	RESPOSTAS E SERVIÇOS SOCIAIS	NORMAS DE PROGRAMAÇÃO			
		POPULAÇÃO-BASE	CRITÉRIO DE PROGRAMAÇÃO	CRITÉRIO DE DIMENSIONAMENTO	CRITÉRIO DE LOCALIZAÇÃO
PESSOAS IDOSAS	Estrutura Residencial para Idosos (Lar de Idosos e Residência)	Variável consoante o número de idosos	Território com elevados índices de envelhecimento e dependência de idosos	1. Unidade para 30 a 40 pessoas 2. Área média das instalações: Área Útil – 24 m²/pessoa Área de construção – 32 m²/pessoa Área de espaço exterior – a definir	1. Em zonas habitacionais, para que a oferta esteja inserida nos quotidianos de vivência dos utentes, mitigando os efeitos disruptivos que acometem a respetiva institucionalização 2. Preferencialmente localizado na proximidade de jardins públicos, lugares de culto, zonas comerciais e serviços estratégicos 3. Com acessibilidade adequada na via pública e edifícios, de forma a assegurar a mobilidade para todos 4. Em territórios com boa acessibilidade às estruturas de saúde 5. Afastado de zonas industriais, poluentes, ruidosas ou insalubres
COMUNIDADE EM GERAL	Centro Comunitário / Centro de Recursos	Variável consoante as necessidades	Existência de problemáticas sociais que justifiquem a implantação do equipamento.	Unidades para 50 pessoas em simultâneo Área Média das Instalações: Área Útil - 7,5 m²/pessoas Área de construção - 10 m²/pessoa Área do espaço exterior – a definir	1. Ter boa inserção no tecido urbano ou rural, preferencialmente num local central 2. Com acessibilidade adequada na via pública e edifícios, de forma a assegurar a mobilidade para todos 3. Ser servido por transportes públicos
	Refeitório/Cantina Social			Varia de acordo com as necessidades e o número de pessoas abrangidas	4. Afastado de zonas industriais, poluentes, ruidosas ou insalubres
PESSOAS ADULTAS COM DEFICIÊNCIA	Centro de Atividades Ocupacionais	Variável de acordo com as necessidades	Incidência de jovens e adultos com deficiência grave e/ou profunda	1. Unidades para 30 jovens ou adultos, em edifício próprio ou adaptado 2. Área média das instalações – 300 m²	1. Ter boa inserção no tecido urbano ou rural, preferencialmente num local central 2. Com acessibilidade adequada na via pública e edifícios, de forma a assegurar a mobilidade para todos 3. Ser servido pela rede pública de transportes para pessoas com deficiência 4. Afastado de zonas industriais, poluentes, ruidosas ou insalubres

DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO	RESPOSTAS E SERVIÇOS SOCIAIS	NORMAS DE PROGRAMAÇÃO			
		POPULAÇÃO-BASE	CRITÉRIO DE PROGRAMAÇÃO	CRITÉRIO DE DIMENSIONAMENTO	CRITÉRIO DE LOCALIZAÇÃO
PESSOAS EM SITUAÇÃO DE DEPENDÊNCIA	Serviço de Apoio Domiciliário	Variável consoante as necessidades	-	1. A Portaria n.º 38/2013, de 30 de janeiro, estabelece as condições de instalação e funcionamento do SAD e procede ao ajustamento desta resposta social às exigências de uma gestão eficaz e eficiente face ao estabelecido pelo Despacho Normativo n.º 62/99, no Anexo Áreas Funcionais estabeleceu vários dimensionamentos a ter em conta, para áreas distintas do SAD.	1. O SAD pode ser desenvolvido partir de uma estrutura a criar para o efeito ou, a partir de uma estrutura já existente, desde que reúna as condições de instalação previstas 2. O SAD, independentemente do modelo de instalação, deve encontrar-se inserido na comunidade, de modo a garantir-se a acessibilidade dos serviços junto da população 3. O local de implantação do SAD deverá ter fácil acesso a viaturas.
PESSOAS COM DOENÇA DO FORO MENTAL/PSIQUIÁTRICO/DEMÊNCIAS	Fórum Sócio Ocupacional	Variável consoante as necessidades	Existência de condições por parte dos serviços de saúde e da solidariedade e segurança sociais locais	1. Unidades de 30 utentes	1. Ter boa inserção no tecido urbano preferencialmente num local central, permitindo a utilização dos diversos equipamentos coletivos e serviços locais 2. Com acessibilidade adequada na via pública e edifícios, de forma a assegurar a mobilidade para todos 3. Ser servido pela rede pública de transportes.

Quadro 42 – Normas de Programação Aplicáveis às Respostas e Serviços Sociais de Nível Concelhio – Localização Central

DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO	RESPOSTAS E SERVIÇOS SOCIAIS	NORMAS DE PROGRAMAÇÃO			
		POPULAÇÃO-BASE	CRITÉRIO DE PROGRAMAÇÃO	CRITÉRIO DE DIMENSIONAMENTO	CRITÉRIO DE LOCALIZAÇÃO
FAMÍLIA E COMUNIDADE	Centro de Acolhimento de Emergência Social	Variável de acordo com as necessidades	-	Unidade de pequenas dimensões	1. Implantar-se em zonas habitacionais e aglomerados urbanos 2. Em territórios com boa acessibilidade aos equipamentos de saúde, educação, formação profissional, desportivos, culturais e recreativos 3. Com acessibilidade adequada na via pública e edifícios, de forma a assegurar a mobilidade para todos 4. Ser servido por rede de transportes públicos
	Residência	Variável de acordo com as necessidades	O relatório “Infeção VIH/SIDA: a situação em Portugal a 31 de dezembro de 2015” publicado pelo Instituto de Saúde Dr. Ricardo Jorge, I.P. indicava que 73,2% dos 54.297 casos cumulativamente notificados de infeção por VIH se concentram nas zonas urbanas/periurbanas de três distritos, em que por esta razão importa concentrar o investimento, designadamente: - Lisboa - Porto - Setúbal	Unidade mínima – 5 utentes Unidade máxima – 12 utentes	1. Em territórios com boa acessibilidade aos equipamentos de saúde, educação, formação profissional, desportivos, culturais e recreativos 2. Com acessibilidade adequada na via pública e edifícios, de forma a assegurar a mobilidade para todos 3. Ser servido por rede de transportes públicos
PESSOAS COM VIH/SIDA E SUAS FAMÍLIAS	Centro de Atendimento/Acompanhamento Psicossocial (CAAP)	Variável de acordo com as necessidades	-	Unidade mínima – 20 utentes	1. Implantar-se em zonas habitacionais

DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO	RESPOSTAS E SERVIÇOS SOCIAIS	NORMAS DE PROGRAMAÇÃO			
		POPULAÇÃO-BASE	CRITÉRIO DE PROGRAMAÇÃO	CRITÉRIO DE DIMENSIONAMENTO	CRITÉRIO DE LOCALIZAÇÃO
PESSOAS COM COMPORTAMENTOS ADITIVOS E SUAS FAMÍLIAS				Unidade máxima – 60 utentes	e aglomerados urbanos 2. Em territórios com boa acessibilidade às estruturas de saúde 3. Ser servido por rede de transportes públicos
	Apartamento de Transição	Variável de acordo com as necessidades	Existência de Toxicodependentes que não consolidaram a sua autonomia na fase de tratamento	Unidade mínima – 6 utentes Unidade máxima – 12 utentes	1. Ter boa inserção no tecido urbano ou rural, preferencialmente num local central 2. Com acessibilidade adequada na via pública e edifícios, de forma a assegurar a mobilidade para todos 3. Ser servido pela rede pública de transportes para pessoas com deficiência 4. Afastado de zonas industriais, poluentes, ruidosas ou insalubres

Fonte: Adaptado por CEDRU das Normas Para a Programação e Caracterização dos Equipamentos Coletivos, DGOTDU.
Só estão presentes na tabela as Respostas e Serviços Sociais para as quais existem Normas de Programação.

9.2. Modelo Territorial

As últimas décadas em Portugal, em especial após o 25 de abril de 1974, verificaram-se importantes e céleres transformações urbanas em Portugal. Estas conduziram a uma forte macrocefalia do sistema urbano nacional, com a Área Metropolitana de Lisboa a consolidar-se como a principal e quase exclusiva grande polaridade nacional. Concomitantemente, verificou-se uma forte concentração da população e das atividades económicas ao longo da faixa litoral ocidental e no Algarve. Consequentemente, verificou-se um forte despovoamento do restante território e uma rarefação das atividades económicas, com prejuízos assinaláveis em matéria de desenvolvimento social, de crescimento económico e de sustentabilidade urbana.

A rede de programação de equipamentos coletivos tem um papel nevrálgico na organização do território e na construção de um sistema urbano concelhio (e regional) policêntrico, contribuindo para a relevância de um determinado território, influenciando amplamente na rede de fluxos, de conectividade urbana e de cooperação, beneficiando o crescimento e dinamismo das áreas rurais e centros urbanos próximos. O encerramento de equipamentos coletivos e de serviços públicos em centros urbanos de média ou menor dimensão, ao longo dos últimos anos em Portugal, desempenhou um papel nefasto na desvitalização territorial. É neste contexto que se entende que falar sobre sistemas urbanos não significa centrar a atenção apenas nas cidades e um sistema urbano policêntrico representa inequivocamente um fator de desenvolvimento territorial.

É neste contexto que emerge a Carta Social, pois para além de instrumento de desenvolvimento social, constitui-se também como instrumento de ordenamento do território, devendo por isso contribuir para reforçar o sistema urbano concelhio policêntrico, o que deve operacionalizar-se através de:

- › solidificar as centralidades urbanas existentes no território, com a devida afetação de equipamentos sociais de nível concelhio de localização central;
- › dotar as áreas residenciais com os equipamentos de proximidade necessários, de modo a assegurar respostas nos territórios, promotoras de pendularizações de curta distância (preferencialmente efetuadas a pé);
- › revitalizar em termos sócio urbanísticos os espaços urbanos periféricos e as áreas rurais.

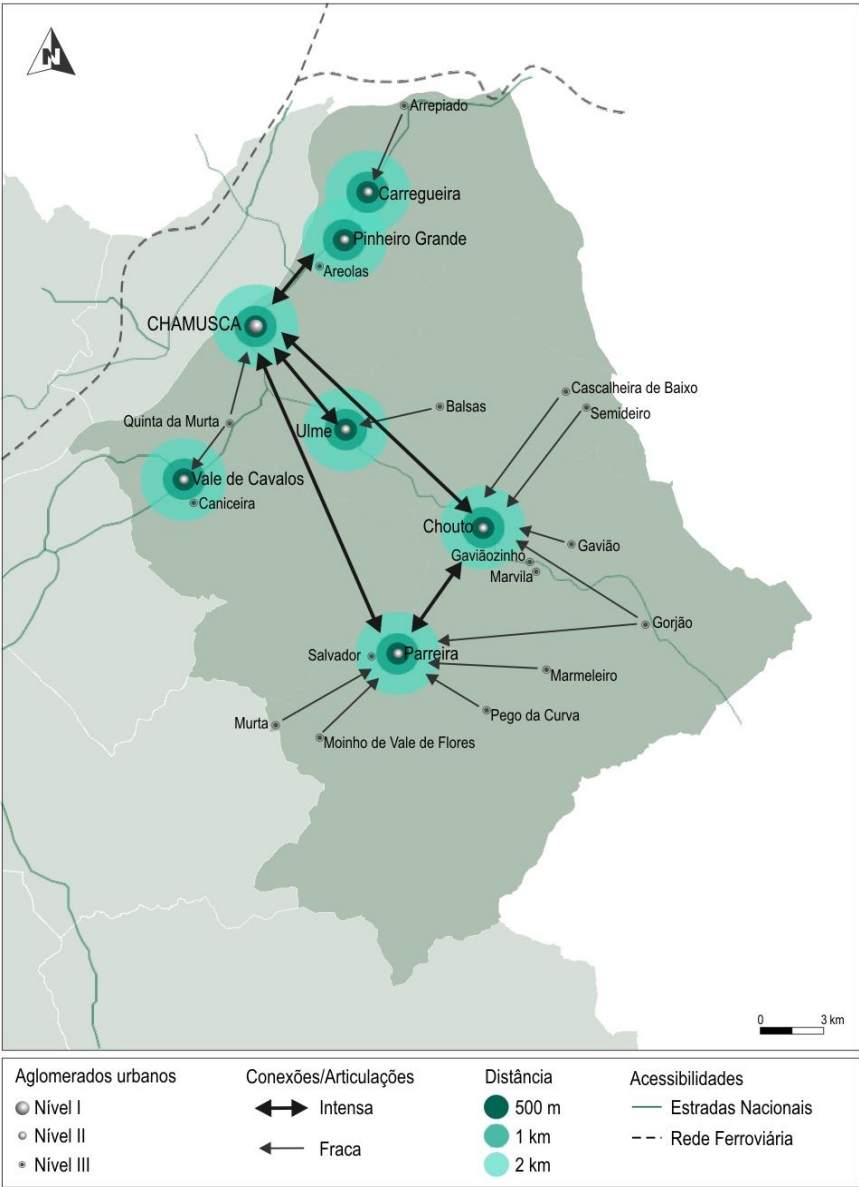
Muito embora a Chamusca se localize entre dois subsistemas importantes, designadamente o que agrega Santarém/Cartaxo/Almeirim/Alpiarça (Lezíria do Tejo) e o que agrega Torres Novas/Entroncamento/Vila Nova da Barquinha (Médio Tejo), a vila da Chamusca constitui um centro urbano que concentra funções centrais com um espectro territorial limitado, sobretudo associado ao seu território municipal, apresentando uma oferta de funções urbanas pouco desenvolvida, em termos de densificação, diversificação e qualificação, com impacto mitigador na consolidação deste aglomerado enquanto âncora de um sistema urbano polinucleado.

A organização do território da Chamusca dispõe de um aglomerado urbano de nível I (a Vila da Chamusca), suportado numa rede de seis aglomerados urbanos de nível II. Muito embora as principais conexões se estabeleçam com a Vila da Chamusca, a existência de conexões intensas entre alguns desses aglomerados urbanos de nível intermédio, atestam o crescimento de concentração de funções nestes núcleos, ao longo dos últimos anos. A estes acrescem ainda uma nebulosidade de aglomerados urbanos de nível III, especialmente concentrados em torno dos aglomerados de nível II de Chouto e Parreira.

Os fatores potenciadores de uma qualificação territorial proporcionados pela execução da estratégia desenhada na presente Carta Social traduzem-se assim como uma oportunidade de reforçar a urbanidade desta multiplicidade de centros urbanos de menor dimensão, enquanto reforça a principal aglomeração urbana concelhia. Ainda que as propostas apresentadas considerem esta hierarquização de aglomerados urbanos, estas procuram a um tempo mitigar alguns dos constrangimentos atualmente existentes em termos de oferta de equipamentos e respostas sociais e a outro tempo, ao procurar densificar e diversificar a oferta de respostas sociais, têm a ambição de induzir nestes aglomerados crescentes níveis de mobilidade e de conectividade que contribuam para um policentrismo urbano e subsequentemente para a coesão social, urbana e territorial.

Na implementação da estratégia aqui proposta, a questão crítica consistirá na capacidade de a concretizar, garantindo a dimensão e o custo necessário, a par com uma forte articulação com o ecossistema de atores sociais envolvido e com os enormes desafios que a sociedade atual enfrenta (poli-crisis, Guerra na Ucrânia e efeitos multifacetados subsequentes, alterações climáticas, transição digital, forte envelhecimento da sociedade portuguesa...) e que nem sempre são fáceis de sincronizar.

Figura 60 - Contributo da Rede de Equipamentos Coletivos Sociais para o Sistema Urbano Policêntrico do Concelho da Chamusca



Fonte: CEDRU, 2023

9.3. Eixos de Intervenção e Tipologias de Ações

A operacionalização da visão estratégica consubstancia-se numa matriz de eixos de intervenção, que constituem as grandes áreas de intervenção da Carta Social do Município da Chamusca:

- › **EIXO 1 - AUMENTAR A CAPACIDADE DE RESPOSTA**, com destaque para o domínio de intervenção das crianças e jovens, da população idosa, das pessoas em situação de dependência e para as pessoas com deficiência e considerando a tipologia de respostas já existentes no Concelho.
- › **EIXO 2 - DIVERSIFICAR A OFERTA**, com a finalidade de suprimir lacunas em matéria de respostas e serviços sociais a nível concelhio.
- › **EIXO 3 - PROMOVER A ACESSIBILIDADE TERRITORIAL**, uma vez que a existência de barreiras à acessibilidade geográfica aos equipamentos coletivos representa um constrangimento da maior relevância ao acesso da população, despoletando iniquidades territoriais e fraturas sociais, tanto mais significativas quanto mais vulneráveis os públicos-alvo em questão.
- › **Eixo 4 - QUALIFICAR A OFERTA EXISTENTE**, o que aglutina essencialmente uma melhoria das condições físicas do equipamento (melhorar o conforto térmico, promover a transição digital, eliminar fragilidades físicas, etc....), mas também das condições humanas (valorizar a formação, a qualificação e capacitação contínua dos trabalhadores).

Com base no diagnóstico realizado anteriormente, suportado em estatísticas oficiais, nos dados dos inquéritos às entidades gestoras dos equipamentos, respostas e serviços sociais e ainda na auscultação dos principais atores locais, identificaram-se as seguintes ações prioritárias de intervenção:

- › **EIXO 1 - AUMENTAR A CAPACIDADE DE RESPOSTA**
 - **Aumentar o número de vagas em creche, na União de Freguesias da Chamusca e Pinheiro Grande**

Fundamentação: O Concelho dispõe de uma única creche localizada na União de Freguesias da Chamusca e Pinheiro Grande, gerida pela Santa Casa da Misericórdia da Chamusca, uma entidade do Terceiro Setor. Em 2023, esta apresentava um total de 42 utentes para uma capacidade máxima instalada de 45 lugares, funcionando assim com uma taxa de ocupação de cerca de 94%. Considerando o contexto atual marcado pela entrada em funcionamento do Programa “Creche Feliz”, que se estima que venha a impulsionar substancialmente a procura desta resposta social, a oferta atual em creche revela-se substancialmente circunscrita.

Constitui-se assim da maior relevância dar continuidade ao investimento nesta resposta estratégica para a primeira infância, no decurso dos próximos anos. Este investimento deve passar, desde logo, pelo aumento da capacidade instalada, beneficiando assim as condições atualmente existentes.

- **Criar uma extensão do Centro de Dia de Ulme, na localidade do Semideiro**

Fundamentação: Muito embora a resposta social centro de dia apresente uma taxa de ocupação intermédia no Concelho, em termos de acessibilidade espacial identificam-se lacunas que importa superar, constrangimentos efetivos ao acesso da população idosa à resposta social.

A inexistência desta oferta social na localidade do Semideiro representa atualmente o constrangimento mais relevante, em concordância com o diagnóstico realizado, pelo que a

criação de uma extensão do Centro de Dia de Ulme, gerido pelo Centro de Apoio Social de Ulme-Casulme, uma Associação de Solidariedade Social, face ao seu adequado desempenho, constitui-se uma mais-valia para o reforço da adequação da oferta.

- **Criação do Lar Aldeia (projeto piloto), na localidade do Semideiro**

Fundamentação: Num tempo profundamente marcado pelo envelhecimento populacional, fragmentação das tradicionais redes de suporte familiar e forte valorização, individual e coletiva, da demora da institucionalização da pessoa idosa, tanto quanto possível, pelos ganhos que tal acarreta para a sua condição física e mental, o processo de inovação social passa indelevelmente pela dinamização de novas abordagens ajustadas às especificidades dos territórios e dos públicos-alvo.

É neste contexto, que emerge o projeto-piloto de criação de um lar aldeia, na localidade do Semideiro. Inspirado em projetos similares, que emergem um pouco por toda a Europa (por exemplo, Pescueza, em Espanha), este assenta numa visão integrada de desenvolvimento social e territorial. Mais especificamente este projeto visa a promoção do envelhecimento ativo da população idosa aí residente, mantendo-se nas suas próprias casas; de valorização territorial, com requalificação gradual do parque edificado, para possibilitar o acolhimento de respostas e serviços necessários ao desenvolvimento do projeto; e de revitalização demográfica, uma vez que a captação de recursos humanos jovens e em idade ativa para o desempenho destas funções, mediante a criação de condições essenciais, poderá impulsionar um rejuvenescimento deste território, contrariando assim o seu paulatino despovoamento.

› **EIXO 2 - DIVERSIFICAR A OFERTA**

- **Criar uma resposta de apoio ocupacional para a população adulta em idade ativa, na União de Freguesias da Chamusca e Pinheiro Grande**

Fundamentação: Atualmente, o Concelho da Chamusca não dispõe de qualquer resposta social orientada para as pessoas com doenças do foro mental/psiquiátrico. Esta lacuna torna-se tanto mais expressiva quando considerada a sua quase inexistência em todo o território da NUTS III Lezíria do Tejo, uma oferta circunscrita ao fórum sócio-ocupacional localizado no Concelho de Santarém, em funcionamento com uma taxa de ocupação de 100% e, portanto, com uma clara insuficiência de resposta. O apoio a este público-alvo constitui-se da maior relevância, considerando as fragilidades existentes ao nível do próprio suporte familiar, uma vez que os cuidadores informais se apresentam frequentemente pouco capacitados e apresentam uma elevada sobrecarga.

A promoção da saúde mental tem constituído uma prioridade do município. Para além do trabalho recentemente desenvolvido, que tem possibilitado um aumento do conhecimento sobre os problemas de saúde mental existentes, encontra-se em curso a preparação de um projeto com vista ao levantamento das necessidades efetivas no território concelhio. Com base neste trabalho será possível o desenvolvimento de uma estratégia adequada às necessidades da população com doenças do foro mental/psiquiátrico capaz de impulsionar o necessário processo de mudança centrado na melhoria do bem-estar desta população e sua integração social. Concomitantemente, com base no diagnóstico realizado e em todo o conhecimento disponível, afirma-se da maior pertinência a criação de uma resposta de apoio ocupacional para a população adulta em idade ativa, na União de Freguesias da Chamusca e Pinheiro Grande. Mais concretamente, de um fórum sócio-ocupacional, resposta,

desenvolvida em equipamento, destinada a pessoas com desvantagem, transitória ou permanente, de origem psíquica, visando a sua reinserção sociofamiliar e ou profissional ou a sua eventual integração em programas de formação ou de emprego protegido (Carta Social, GEP).

- **Construção de ERPI com espaços individualizados para população autónoma e grandes dependentes (projeto piloto), na Freguesia de Vale de Cavalos**

Fundamentação: No município, assim como na generalidade do país, o perfil dos utentes das ERPI encontra-se fortemente marcado pela coexistência de utentes muito idosos, com elevada dependência e uma incidência considerável de situações de demência, com utentes que, embora idosos, apresentam níveis de autonomia e bem-estar físico e mental amplamente superiores. A confluência destes dois perfis de idosos, cada um dos quais com cuidados específicos associados, limita fortemente a resposta aí desenvolvida e o tipo de serviços prestados.

Face a este contexto, a construção de uma ERPI com espaços individualizados para utentes autónomos e utentes considerados grandes dependentes é uma opção que se afigura atualmente como amplamente vantajosa, pelos ganhos de qualidade e eficiência das respostas dinamizadas, na medida em que contribui para um envelhecimento mais ativo e saudável da população autónoma, ao mesmo tempo que permite libertar alguma disponibilidade da resposta para cuidados mais exigentes e específicos para os grandes dependentes. Esta abordagem visa proporcionar uma resposta mais ajustada às diferentes necessidades dos utentes. Em momento algum deve traduzir uma penalização ou concorrer para um maior isolamento dos grandes dependentes, devendo a articulação entre ambos ser promovida, com vantagens recíprocas para ambos os perfis de utentes.

- **Construir uma Residência de Autonomização e Inclusão (RAI), na União de Freguesias da Chamusca e Pinheiro Grande**

Fundamentação: A Residência de Autonomização e Inclusão (RAI) é uma resposta de alojamento residencial temporário ou permanente, desenvolvida em apartamento, moradia ou outra tipologia de habitação similar, inserida em áreas residenciais na comunidade, destinada a pessoa com deficiência ou incapacidade, com capacidade de viver de forma autónoma, e tem por objetivo, mediante apoio individualizado, proporcionar condições para a concretização de um projeto de vida autónomo e inclusivo.

Atualmente, existem três RAI na Lezíria do Tejo, localizadas nos concelhos de Coruche, Cartaxo e Santarém. Cada uma destas respostas sociais apresenta uma capacidade instalada de 5 lugares e apresentava, em janeiro de 2023, 5 utentes, conducentes a taxas de ocupação de 100%. Esta revela inequivocamente uma incapacidade da resposta para continuar a responder às necessidades da sub-região, pelo que a criação de um RAI no Concelho da Chamusca se reveste da maior adequação. A presente ação prioritária contribuirá ainda para o reforço da oferta social concelhia, desprovida de qualquer resposta social para as pessoas adultas com deficiência.

- **Criar um Centro de Alojamento Temporário para Vítimas de Violência Doméstica, na União de Freguesias da Parreira e Chouto**

Fundamentação: O Centro de Alojamento Temporário são casas destinadas temporariamente a acolher vítimas de violência doméstica, podendo estas estar acompanhadas dos seus filhos e têm como missão prestar a necessária proteção e acolhimento de uma pessoa em situação de elevada vulnerabilidade e risco.

A inexistência de casas de abrigo para vítimas de violência doméstica em toda a NUTS III Lezíria do Tejo reitera a importância desta resposta no Concelho da Chamusca.

› EIXO 3 - PROMOVER A ACESSIBILIDADE TERRITORIAL

- **Construir uma ERPI, na Freguesia de Ulme**

Fundamentação: Em 2023, a taxa de ocupação das ERPI no Concelho da Chamusca situava-se nos 97%, apresentando estas um total de 141 utentes, para uma capacidade instalada de 145 lugares. Assim, a disponibilidade de apenas 4 lugares em ERPI afirma-se inquestionavelmente insuficiente, quer face ao envelhecimento populacional, quer ao aumento da esperança média de vida.

Em face do exposto e considerando o padrão locativo da oferta atualmente existente, a construção de uma ERPI, na Freguesia de Ulme, afirma-se de uma importância estratégica para a continuidade da adequação da oferta à procura.

- **Construir um Pavilhão Terapêutico, na Freguesia de Carregueira**

Fundamentação: No âmbito da contínua qualificação e inovação da oferta social orientada para a população idosa, essencial para responder às necessidades decorrentes da mudança de perfil da pessoa idosa, a construção de um Pavilhão Terapêutico, do Centro de Apoio Social da Carregueira, afirma-se como uma opção relevante pelos efeitos multiplicadores que apresenta em termos de envelhecimento ativo e de bem-estar na saúde deste público-alvo.

Este projeto, cuja conceção e modelo tem vindo a ser desenvolvido, nos anos mais recentes, prevê a construção de um pavilhão com apenas um piso, constituído por um local para a prática de atividades físicas, possuindo ainda uma ligação interna com a ERPI aí existente, cuja gestão é da competência da mesma entidade proprietária.

› EIXO 4 - QUALIFICAR A OFERTA EXISTENTE

- **Qualificar e capacitar os recursos humanos**

Fundamentação: Pensada a médio e longo prazo, a Carta Social deve ser entendida como um instrumento estratégico que preconiza o desenvolvimento de um município cada vez mais coeso, qualificado e inclusivo. Neste contexto, a qualificação e capacitação dos recursos humanos consubstancia-se como uma ação estratégica fulcral, que deve ser transversal à generalidade das respostas sociais dinamizadas no município. A insuficiência e a desqualificação dos recursos humanos acarretam custos acrescidos, quer em termos de baixo desempenho, quer do comprometimento do desenvolvimento social e do bem-estar dos utentes e respetivas famílias. Por conseguinte, importa promover uma estratégia de gestão, formação e qualificação dos recursos humanos, contribuindo para regular atualização de competências, essenciais para responder da forma mais informada, qualificada e inovadora em concordância com as necessidades dos utentes.

- **Qualificar as condições de operacionalidade geral dos equipamentos no âmbito da eficiência energética e do conforto térmico**

Fundamentação: O contexto atual encontra-se profundamente marcado pelas alterações climáticas e subsequentes questões de segurança e custos acrescidos no abastecimento de energia. Por conseguinte, urge reduzir a dependência energética, bem como as emissões de

dióxido de carbono (CO₂) e os próprios custos com o setor energético. Os edifícios, em geral, e os equipamentos coletivos sociais, em particular, desempenham um papel central, enquanto grandes consumidores de energia, pelo que se impõe a necessidade de qualificar as condições de operacionalidade geral dos equipamentos visando um melhor desempenho em termos de eficiência energética e um incremento dos níveis de conforto térmico, essencial para o bem-estar de utentes e profissionais.

Esta ação poderá ser incrementada de forma individualizada ou considerando um plano integrado de eficiência energética nos equipamentos sociais de forma a torná-los energeticamente mais eficientes e, por conseguinte, sustentáveis. A presente ação integra ainda um vasto conjunto de melhorias operacionais (equipamentos, infraestruturas) que devem ser melhoradas e substituídas no decorrer dos anos, de forma a assegurar a contínua adequabilidade da oferta.

- **Reabilitar o edificado com constrangimentos físicos**

Fundamentação: A presente Carta Social permitiu identificar alguns constrangimentos físicos nos equipamentos coletivos sociais, que importará mitigar nos próximos anos. A reabilitação do edificado constitui-se nevrálgica num quadro de qualificação das respostas existentes, de consequente adaptação às necessidades emergentes, mas também de revitalização do território concelhio.

- **Melhorar a articulação do serviço prestado nas diversas respostas sociais com os utentes, respetivas famílias e recursos humanos**

Fundamentação: O esforço de colaboração triangular entre utentes, famílias e os recursos humanos constitui-se inegavelmente um fator estratégico potenciador da prossecução do processo de desenvolvimento e qualificação da oferta social. Neste contexto, devem ser consideradas múltiplas abordagens que o possibilitem (por exemplo, incorporação de soluções inovadoras que agilizem a comunicação, inquéritos regulares à satisfação de utentes e famílias com a qualidade dos serviços proporcionados, entre outros).

- **Diversificar a oferta de serviços em Creche**

Fundamentação: Muito embora se verifique na generalidade do país níveis de satisfação adequados dos pais/responsáveis legais das crianças com a oferta de serviços existentes em creche, a oferta de serviços disponíveis apresenta-se ainda tendencialmente insuficiente e circunscrita. Estes resultam da própria evolução dos serviços de educação e cuidados para crianças. Com a massificação do trabalho feminino, entre as décadas de 70 e 90 do século XX, em Portugal, a par com o processo de êxodo rural e crescimento urbano concentrado ao longo do litoral, verificou-se um incremento significativo da oferta de serviços de creche, ainda que inicialmente limitados à necessidade de supervisão das crianças mais pequenas e respetiva supressão das necessidades básicas, durante o período de trabalho das mães. A célere evolução recente da sociedade, assim como a maior consciencialização sobre a importância da primeira infância no desenvolvimento da criança e futuro adulto, impõe atualmente uma necessidade de readaptação da oferta dos serviços prestados em creche. Assim, torna-se necessário conceber modelos inovadores de creche, que para além de assegurarem o respetivo cumprimento da lei em vigor, contribuam efetivamente para a construção de espaços de desenvolvimento integral das crianças, assentes num projeto pedagógico adequado à idade e potenciador de um desenvolvimento harmonioso, integral e adaptativo face às especificidades do atual contexto temporal e espacial.

- **Diversificar a oferta de serviços em SAD**

Fundamentação: Os SAD apresentam-se atualmente como uma resposta social crucial, constituindo uma importante alternativa e/ou complementaridade ao suporte familiar, com transversalidade a vários públicos-alvo (pessoas idosas e pessoas com incapacidade, temporária ou definitiva, de diferente tipo).

Enquadrado na reforma da provisão de equipamentos e serviços sociais, importa dar continuidade ao desenvolvimento de um modelo inovador de SAD, que integre novas valências, complementares ao apoio domiciliário. Destacam-se valências como sendo as promotoras de autonomia funcional, de que é exemplo a fisioterapia ou a terapia da fala, e/ou cognitiva, como são as terapias ocupacionais. Esta diversificação de serviços constitui-se fulcral para a melhoria das condições de vida e de bem-estar dos utentes, e subsequentemente das suas famílias, enquanto retarda, tanto quanto possível, a institucionalização dos indivíduos apoiados.

9.4. Programa de Ação

Para os Eixos e Ações Prioritárias de Intervenção anteriormente identificadas foi construída uma matriz que corresponde ao programa de ação da presente Carta Social da Chamusca, para o horizonte temporal de 2030.

Nesta matriz é identificada, para cada uma das Ações Prioritárias de Intervenção, a respetiva localização geográfica, considerando a unidade territorial da freguesia. Para investimentos transversais, o mesmo critério foi aplicado.

Nesta fase optou-se por não apresentar a respetiva estimativa de investimento previsto, em resultado da atual conjuntura macroeconómica pautada por uma forte variação de preços dos bens e serviços, com tendência de aumento generalizado (inflação), sobretudo, considerando que se encontra em análise um horizonte temporal ainda alargado, que se estende de 2023 a 2030. A indicação do investimento previsto carece ainda de um estudo pormenorizado das especificidades técnicas das respostas sociais sinalizadas nas ações prioritárias de intervenção, pelo que a apresentação de estimativas orçamentais nesta fase não se revela pertinente.

De acordo com o programa de ação seguidamente apresentado, as quinze ações prioritárias de intervenção propostas apresentam um cronograma diferenciado. Temporalmente, estas ações podem dividir-se em dois grandes conjuntos, em que um primeiro, que engloba a totalidade das ações dos Eixos 1, 2 e 3, apresentam diferentes níveis de prioridade, repartidos pelos 3 períodos de tempo considerados, enquanto que o segundo conjunto abrange as ações do Eixo 4, cuja operacionalização é transversal aos vários períodos de tempo, na medida em que configuram ações continuadas no tempo, uma vez que as necessidades aí patentes carecem de um investimento contínuo.

A Carta Social que aqui se apresenta detém especificidades distintas dos demais instrumentos de planeamento setoriais (por exemplo, da Carta Educativa). A estratégia aqui desenhada constitui uma ambição de desenvolvimento concelhio, que carece, no entanto, do envolvimento e participação de todos os atores sociais, não podendo resultar do esforço único da Autarquia da Chamusca, nem configura o propósito de investimento do município. Esta Carta Social visa assim melhor enquadrar os investimentos a efetivar pelos diversos atores sociais, potenciando as disponibilidades de financiamento sempre que estas se verificarem.

Quadro 43 – Programa de Ação da Carta Social da Chamusca

EIXOS	AÇÕES PRIORITÁRIAS DE INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	CRONOGRAMA		
			2023-2024	2025-2027	2027-2030
EIXO 1	Aumentar o número de vagas em creche	União de Freguesias da Chamusca e Pinheiro Grande			
	Criar uma extensão do Centro de Dia de Ulme	Semideiro			
	Criação do Lar Aldeia (projeto piloto)	Semideiro			
EIXO 2	Criar uma resposta de apoio ocupacional para a população adulta em idade ativa	União de Freguesias de Chamusca e Pinheiro Grande			
	Construção de ERPI com espaços individualizados para população autónoma e grandes dependentes (projeto piloto)	Vale de Cavalos			
	Construir uma Residência de Autonomização e Inclusão	União de Freguesias da Chamusca e Pinheiro Grande			
	Criar um Centro de Alojamento Temporário para Vítimas de Violência Doméstica	União de Freguesias de Parreira e Chouto			
EIXO 3	Construir uma ERPI	Ulme			
	Construir um Pavilhão Terapêutico	Carregueira			
EIXO 4	Qualificar e capacitar os recursos humanos	Concelho			
	Qualificar as condições de operacionalidade geral dos equipamentos no âmbito da eficiência energética e do conforto térmico	Concelho			
	Reabilitar o edificado com constrangimentos físicos	Concelho			
	Melhorar a articulação do serviço prestado nas diversas respostas sociais com os utentes, respetivas famílias e recursos humanos	Concelho			
	Diversificar a oferta de serviços em Creche	Concelho			
	Diversificar a oferta de serviços em SAD	Concelho			

Fonte: CEDRU, 2023



CEDRU – Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano, Lda.

Rua Fernando Namora, 46 A

1600-454 Lisboa - Portugal

Telefone: + 351 21 712 12 40

Email: geral@cedru.com

URL: www.cedru.com | www.facebook.com/cedru.pt

Documento:

Revisão da Carta Social da Chamusca – Relatório Final

Data:

agosto de 2023